

CADERNO DE PROPOSTAS



II CONFERÊNCIA DE **EDUCAÇÃO**

INCLUSÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM
COMO COMPONENTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO



Uma cidade cada dia melhor.



Sumário

EDUCAÇÃO INFANTIL	4
ENSINO FUNDAMENTAL	18
ENSINO MÉDIO.....	47
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	60
VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO.....	68
INCLUSÃO SOCIAL.....	90
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	123
GESTÃO DEMOCRÁTICA	138
SAÚDE DO TRABALHADOR	149

EDUCAÇÃO INFANTIL

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

O presente documento propõe uma reflexão em torno dos desafios para implementação da política de Educação Infantil no município de Contagem, pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.

Na primeira parte apresentam-se os dados do atendimento, em seguida as concepções de Educação Infantil, criança e aprendizagem/desenvolvimento que são referências para a política municipal. Ao final, têm-se as proposições a serem discutidas na II Conferência Municipal de Educação de Contagem.

2. ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: SITUAÇÃO ATUAL

Contagem conta atualmente com uma população estimada de 603.376 habitantes, sendo que 63.687 são crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Em 2005, segundo dados do INEP, 12.485 crianças estavam matriculadas em instituições públicas e privadas do município. A oferta de vagas é maior na Rede Privada, e acentua-se ainda mais quando se considera as inúmeras instituições (particulares, comunitárias, filantrópicas e confessionais) não registradas que atendem nas várias regiões da cidade. Dos 251 estabelecimentos registrados, 228 são privados.

Várias estruturas de atendimento educacional podem ser observadas na cidade para o trabalho com crianças de 0 até 6 anos:

- Na Rede Pública Municipal, em Pólos de Educação Infantil, em turmas nas escolas de Ensino Fundamental e em Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEIs;
- Em instituições privadas sem fins lucrativos, comunitárias ou filantrópicas, que constituem a Rede Conveniada, que mantém convênio com a Prefeitura Municipal;
- Em instituições particulares.

Em 2007, a Rede Municipal atendeu 4.033 crianças, em 34 instituições, sendo 17 pólos, 14 escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil e

3 Centros Municipais.

Na Rede Conveniada são atendidas 3.421 crianças, em 33 instituições, sendo repassada anualmente uma verba no valor de R\$ 1.785.732,00, de acordo com o número de crianças atendidas. Além disso, a Prefeitura garante a alimentação a todas as crianças.

Em relação ao regime de funcionamento, os Centros Municipais de Educação Infantil e várias instituições da Rede Conveniada oferecem atendimento em horário integral, principalmente para as crianças de 0 a 3 anos. Os Pólos e as turmas em escolas do Ensino Fundamental funcionam em horário parcial e atendem crianças de 3 a 5 anos.

A partir dos dados apresentados, estima-se que a Educação Infantil tem uma demanda potencial na cidade de 50.000 crianças, o que representa 80% da população nesta faixa etária. Nesse sentido, pensar a Educação Infantil em Contagem assinala a necessidade de investimentos e a constituição de uma política educacional que tenha foco na criança de 0 até 6 anos e que busque reverter estes números, ampliando o atendimento. Assim, a Prefeitura está investindo na construção de Centros Municipais de Educação Infantil. Até 2008 serão mais 9 (nove) CEMEIs inaugurados que atenderão, aproximadamente, a 2000 crianças.

3. CONCEPÇÕES ORIENTADORAS

Explicitar as concepções de criança, Educação Infantil, aprendizagem/desenvolvimento, significa discutir sobre o que os envolvidos nas práticas de educação e cuidado das crianças crêem e pensam não apenas sobre esses aspectos, mas também sobre sociedade, educação e formação humana. Além disso, significa também a oportunidade de revelar as concepções subjacentes às práticas que desenvolvem, buscando coerência entre o discurso e as ações vivenciadas no cotidiano.

Entender a criança ora como um ser que já nasce pronto ou ora como um sujeito capaz de construir seu próprio conhecimento foram, por muito tempo, concepções marcantes na Educação Infantil. Atualmente, no plano do discurso, parece não haver divergências sobre a ideia de que a criança é um sujeito social e histórico e um cidadão de direitos, produtora de cultura e nela inserida. As distorções, em geral acontecem em relação ao entendimento do real significado

dessa concepção e das implicações dela decorrentes.

Ao se discutir a concepção de criança, é preciso considerar que no processo de aprendizagem e desenvolvimento, ela passa por diferentes formas de pensar e agir que caracterizam suas relações com o mundo físico e social. Várias modificações de ordem biológica ocorrem nos primeiros anos de vida, envolvendo, principalmente, o movimento e a percepção. Outras dizem respeito ao desenvolvimento dos sistemas simbólicos, sendo a linguagem o aspecto de maior relevância nesse período inicial da vida humana. Assim, na perspectiva do cuidar/educar, as múltiplas linguagens ocupam um lugar fundamental, sendo o brincar a linguagem privilegiada. As linguagens cumprem o papel de mediadoras das relações entre os vários sujeitos envolvidos nas ações realizadas nas instituições, bem como possibilitam as interações das crianças com a natureza e com a cultura, construindo sua subjetividade e constituindo-as como sujeitos sociais.

Nesse processo, é preciso observá-las, ouvi-las, entendê-las, conhecer as diversas culturas nas quais estão inseridas, conhecer suas hipóteses, seus desejos, saber das suas vivências, das suas experiências, de seus movimentos, do jeito de se relacionarem com os outros e com elas mesmas, com os objetos e com o mundo.

As instituições de Educação Infantil (IEIs), nesse contexto, cumprem um importante papel de cuidar/educar crianças de 0 até 6 anos, devendo considerar tanto as suas necessidades básicas de saúde, higiene, sono, alimentação, proteção, quanto às demais questões relativas à afetividade, à sociabilidade e à apropriação de conhecimentos sobre o mundo físico e social. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, tornando-as sujeitos cada vez mais humanos, inseridos na cultura.

Além disso, é fundamental que a diversidade existente na IEI seja reconhecida e que sejam pensadas e desenvolvidas várias ações, estratégias, posturas, cuidando/educando para que todos os sujeitos sejam incluídos e se sintam acolhidos.

4. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Constitui-se como um direito, cabendo ao poder público traçar políticas que garantam o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 até 6 anos.

Na constituição dessa política umas das ações desenvolvidas foi a realização, em 2005, da *1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem*, que contou com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e outras instituições de ensino que atuam na cidade, bem como organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e grêmios estudantis. Foram realizadas cinco pré-conferências, uma em cada Núcleo Regional, onde as escolas e instituições apresentaram propostas que seriam encaminhadas à plenária da Conferência.

A Educação infantil, enquanto sub-tema do eixo Direito à Educação: Inclusão Social (Acesso, permanência e qualidade) teve um total de 157 propostas para serem deliberadas e mais 3 colocadas como do processo de organização interna da escola para serem apreciadas. As propostas focavam no atendimento, no acesso, em aspectos legais, no financiamento, no regime de funcionamento e no quadro de pessoal para atuar nesta etapa. Havia muita contradição entre as propostas, sendo que o debate foi intenso e provocou a aprovação em plenária de 51 propostas e a deliberação da criação de um fórum específico, onde 19 propostas deveriam ser debatidas, dada a amplitude das mesmas e a necessidade de maior aprofundamento e reflexão.

O Fórum teve o objetivo de discutir o perfil do profissional para atuar na Educação Infantil e aconteceu nos dias 21, 22 e 28 de agosto e 05 de setembro de 2006, tendo sido aprovadas 9 propostas e constituído um fórum permanente para discussão da política municipal e para formação continuada dos diferentes atores sociais envolvidos no processo.

O Fórum Permanente da Educação Infantil aconteceu ao longo de 2007 com quatro encontros, em que se debateram os temas: “A Política Educacional e Educação Infantil” com a professora Lívia Fraga; “As Implicações do Sistema Municipal de Educação na Educação Infantil”, com a professora Rita Coelho; “Avanços e Desafios nas Políticas Educacionais na Educação Infantil”, com a professora Roseana Mendes, dentro do I Seminário de Educação Infantil de Contagem e o tema “Os Impactos do FUNDEB na Educação Infantil”, com a professora Tereza Cristina de Melo.

É importante salientar que no processo de discussão da I Conferência foram definidos alguns princípios norteadores da política educacional da Rede Municipal que dialogam com a especificidade da Educação Infantil. Dentre eles destacam-se alguns princípios que são fundamentais.

Educação como direito do sujeito: acesso e qualidade na Educação Infantil

Considerando que os seis primeiros anos de vida da criança são essenciais para o pleno desenvolvimento humano, como apontam várias pesquisas, faz-se necessário estabelecer metas claras e investimentos que assegurem a expansão do acesso à Educação Infantil, o fortalecimento da concepção de infância e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento, através da constituição de uma política pública articulada. Essa política aponta, necessariamente para aspectos que precisam ser discutidos para que o direito à Educação Infantil seja garantido. Nesse sentido, muitos são os desafios:

- Ampliar o atendimento em rede própria;
- Ampliar o financiamento da Educação Infantil;
- Organizar o Sistema Municipal de Educação de Contagem;
- Articular as políticas de Educação Infantil com as demais políticas sociais;
- Investir na formação dos profissionais da Educação Infantil;
- Melhorar as condições das IEs comunitárias por meio de uma política de conveniamento estruturada e intersetorial;
- Regular a Educação Infantil no âmbito da Educação Básica e sua articulação com o Ensino Fundamental;
- Orientar as IEs quanto à organização e quanto ao currículo a ser desenvolvido;
- Estabelecer, em consonância com a legislação, critérios de qualidade quanto à organização, funcionamento e atendimento;
- Promover avaliações das políticas públicas.

Esses desafios vêm sendo enfrentados no município através do desenvolvimento de ações, projetos, programas, tais como:

- Construção de uma rede pública de atendimento às crianças de 0 até 6 anos – 8 CEMEIs previstos e 01 a ser inaugurado – priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social;
- Reforma de pólos e escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil;
- Destinação de verbas para as IEIs públicas com foco no atendimento à criança de 0 até 6 anos, como a verba para a compra de brinquedos para todas as IEIs e verba para o desenvolvimento das ações de cuidado e higiene para os CEMEIs;
- reestruturação do quadro de pessoal das IEIs públicas, possibilitando a reorganização dos tempos e espaços, visando qualificar o atendimento às crianças;
- regulamentação da Educação Infantil quanto aos processos de escrituração, funcionamento escolar, matrícula e organização do calendário escolar;
- realização de atividades de formação continuada para a Rede Pública e a Rede Conveniada: curso Projeto Político-pedagógico articulando o educar, o cuidar e o brincar; I Seminário de Educação Infantil de Contagem; Fórum Permanente da Educação Infantil; curso para Assistentes de Creche A criança de 0 a 3 anos e o seu direito a ter direitos; dia escolar unificado; curso para os Gestores e Coordenadores pedagógicos das IEIs conveniadas em parceria com a PUC;
- reorganização do processo de Convênio com as IEIs privadas, sem fins lucrativos;
- produção e lançamento do CADERNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO com orientações e diretrizes para as IEIs.

Observa-se que muitas ações já foram desenvolvidas, mas ainda há muito a fazer para que a Educação Infantil no município seja efetivamente um direito de todas as crianças, afirmando-se como uma política pública de qualidade que busca o equilíbrio entre a preocupação com a igualdade e com o respeito às diferenças.

Políticas Sociais Públicas Articuladas

A articulação da educação com outros setores como saúde, assistência social, cultura, tem o sentido de colocar a infância como foco de todas as políticas públicas.

Ao articular educação e saúde, é necessário discutir as exigências e critérios colocados atualmente que trazem consigo parâmetros de qualidade relacionados a um ambiente seguro e saudável, aos acidentes na infância, à qualidade nutricional e epidemiológica, tendo em vista, as condições de vida das comunidades onde vivem as crianças atendidas pelas instituições.

Na perspectiva de uma ação intersetorial com a assistência social devem ser pensadas ações que priorizem as famílias em risco social e que no atendimento à Educação Infantil os dados de vulnerabilidade social sejam subsídio para a efetivação da política.

Na interlocução com a cultura, a política de Educação Infantil visa ampliar o acesso das crianças ao patrimônio histórico e cultural, entendendo que elas nascem imersas num mundo já estruturado, numa cultura na qual vários conhecimentos e valores foram construídos, diversos instrumentos e procedimentos foram elaborados. Quanto mais experiências as crianças tiverem, mais possibilidades terão de ampliar seus conhecimentos e de se desenvolver. Assim, à medida que se apropriam dos saberes da cultura e os transformam, vão se desenvolvendo física e afetivamente, bem como do ponto de vista cognitivo-linguístico, social, ético e estético, construindo sua identidade, sua autonomia e formando-se como cidadãs.

Organização do Sistema Municipal de Educação

Com a criação do Sistema Municipal de Educação, garante-se à Educação Infantil uma institucionalidade discutida de forma ampla e plural, tornando-se este, um elemento importante para a construção da identidade da Educação Infantil no município.

Para o ordenamento desse princípio, foram estabelecidos, alguns marcos que apontam para as perspectivas de organização da Educação Infantil na cidade:

- A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e deve pautar-se pela indissociabilidade entre cuidado e educação;

- É dever do Estado, direito da criança, opção da família o atendimento gratuito em instituições públicas de Educação Infantil;
- A Educação Infantil no Sistema Municipal de Contagem atenderá crianças de 0 até 6 anos.
- Quanto ao funcionamento, as Instituições de Educação Infantil poderão organizar o atendimento em regime parcial e/ou integral e funcionar ininterruptamente durante o ano civil.
- O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.
- As Instituições de Educação Infantil devem elaborar, implementar e avaliar seus PPPs apoiando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, com a participação da comunidade escolar.
- A formação de docentes para atuar na EI, segundo o art. 62 da LDBEN n. 9. 394/96, deverá ser realizada em "nível superior admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal".
- As/os professoras/professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil que exerçam papel socioeducativo devem ser qualificados em formação inicial e continuada, especificamente para o desempenho de suas funções com crianças de 0 até 6 anos.
- A política de Educação Infantil é parte das políticas para a infância e deve-se articular com o Ensino Fundamental.
- A política de Educação Infantil deve articular-se com políticas de saúde, assistência social, cultura, justiça, direitos humanos, mulher e diversidades e os fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil.
- Na Educação Infantil, a avaliação será feita mediante o acompanhamento e o registro do desenvolvimento da criança, sem objetivo de promoção.

Discutir os princípios colocados acima possibilita um processo democrático de implementação de políticas públicas para crianças de 0 até 6 anos pautadas na qualidade do atendimento, na expansão do acesso, na regulamentação e

numa ação intersetorial.

5. PROPOSTAS

1. Ampliar gradativamente o atendimento da Educação Infantil, garantindo o acesso em tempo integral e/ou parcial, com investimentos que possibilitem a qualidade na perspectiva do cuidar/educar, buscando atingir a demanda em âmbito municipal;
2. Realizar um mapeamento da demanda de Educação Infantil, tendo em vista os indicadores sociais para subsidiar a ampliação do atendimento;
3. Construir rede física própria para Educação Infantil, através da implantação de CEMEIs em áreas de maior vulnerabilidade social;
4. Desenvolver ações articuladas com o Ensino Fundamental que garantam a manutenção dos pólos como espaço para atendimento à Educação Infantil;
5. Adequar os espaços já existentes, estruturando um programa de reformas que atenda as diretrizes da concepção de espaço na Educação Infantil, os parâmetros de infra-estrutura do MEC e a lei de acessibilidade;
6. Ampliar as verbas destinadas as IEs públicas e conveniadas;
7. Criar a Caixa Escolar para as IEs públicas, garantindo a autonomia financeira;
8. Garantir que as verbas destinadas as IEs públicas e conveniadas sejam aplicadas, respeitando a finalidade e a concepção de Educação Infantil;
9. Estabelecer indicadores de qualidade do atendimento para a Educação Infantil no município;
10. Criar mecanismos de avaliação da qualidade do atendimento às crianças nas IEs do município;
11. Fomentar o processo de construção/ reconstrução dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições tendo como referência o Caderno da Educação Infantil;

12. Garantir formação continuada para todos os profissionais, tendo como base uma concepção de Educação Infantil que privilegia o educar/cuidar e o brincar;
13. Articular programa de formação inicial para os profissionais que atuam na Educação Infantil nas Redes Municipal e Conveniada e que exerçam papel sócio-educativo, a fim de garantir a habilitação em nível médio modalidade normal;
14. Propor a reformulação da resolução 11/02 numa ação articulada com o Conselho Municipal de Educação;
15. Instituir um processo de matrícula na Educação Infantil que garanta o acesso às vagas e respeite os critérios de equidade social e zoneamento;
16. Garantir a inclusão, em caráter prioritário, de crianças com deficiência e sob medida de proteção na Rede Pública de Educação Infantil;
17. Realizar o processo de legalização da Educação Infantil no município, a partir da implantação do Sistema Municipal de Educação, promovendo o credenciamento das IEIs de acordo com as normas e as regulamentações definidas pelo Conselho Municipal de Educação;
18. Realizar um programa de acompanhamento e avaliação do credenciamento e do funcionamento de todas as IEIs, auxiliando-as a estabelecer os planos e as metas para a melhoria permanente da qualidade do cuidado/educação oferecida ;
19. Monitorar o processo do Censo Escolar/EDUCACENSO, garantindo que as IEIs públicas e privadas sem fins lucrativos, comunitárias e filantrópicas, tenham suas matrículas computadas;
20. Estabelecer critérios de convênio para as instituições privadas sem fins lucrativos visando a qualidade do atendimento e adequação às exigências do FUNDEB (Lei 11494/2007);
21. Realizar chamamento público para conveniamento com a Prefeitura;
22. Apoiar tecnicamente as IEIs conveniadas para que atinjam padrões

compatíveis com as exigências legais;

23. Articular a Educação Infantil com o Ensino Fundamental para que se evite o impacto da passagem de uma etapa à outra da Educação Básica, respeitando as culturas infantis e garantindo uma política de temporalidade da infância;
24. Promover políticas intersetoriais entre a Educação Infantil e várias áreas: Saúde, Assistência Social e Cultura, visando atender a criança em sua integralidade;
25. Implantar no município a Ação Estratégica para Saúde Escolar (AENSE), promovida pelo Ministério da Saúde e pelo MEC, com a participação dos diversos atores sociais: escolas, Unidades Básicas de Saúde, equipes de Saúde de Família, gestores, famílias, organizações não-governamentais e sociedade civil;
26. Incentivar as IEs a organizarem o conselho de pais e mães, estimulando a gestão democrática e aprimorando as formas de participação da comunidade;
27. Instituir o Fórum Municipal da Educação Infantil organizado por uma comissão com participação de diferentes atores sociais.

ESCOLA MUNICIPAL SABINO BARROSO

28. Construção de um pólo de Educação Infantil com objetivo de atender alunos de 03,04,05,06 anos, pois a comunidade dos Bairros Nossa Senhora de Fátima, Bairro Betânia e adjacências, são compostas de famílias em sua maioria sem recursos, ficando as crianças pelas ruas do bairro enquanto os pais trabalham. Necessitam ainda de uma creche no Bairro, pois na região não existe nenhuma.

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, EJA e o Ensino Médio. Em fevereiro de 2007 foram divulgados os dados do ENEM e do SAEB, amplamente veiculados pela imprensa e expondo, mais uma vez, a crise da Educação no Brasil. Várias administrações, incluindo o município de Contagem e o Estado de Minas Gerais, se vangloriam de terem conseguido bons resultados nestas avaliações, tentando esconder um problema patente

que é a crise educacional brasileira.

Rapidamente são colocados como culpados do fracasso da educação nacional os professores, e em Contagem não é diferente. Porém na verdade a culpa é de uma política insuficiente que visa somente a divulgação de números para a ONU/UNESCO ao invés de se investir na qualidade da educação de fato.

Somente poderemos superar a crise da Educação quando deixarmos de lado a orientação mercadológica colocadas pelos governos neoliberais, visadas pela UNESCO, Banco Mundial e FMI, prezando a formação para a sustentação do mercado. Inclusive os Fundos, como FUNDEF, governo FHC, e o FUNDEB, governo Lula, trazem pouquíssimos avanços para o financiamento da educação. Temos que romper com os modelos neoliberais e discutir a aplicação de 15% do PIB para a Educação e que todos os entes federativos sigam o mesmo exemplo. Em Contagem devemos aplicar 30% do orçamento para o Ensino Fundamental, para, de fato, termos uma educação de qualidade. Devemos aliar a isto que a autonomia escolar é fundamental para termos uma escola de verdade, que atenda ao anseio da população, ao invés de se priorizar as formulas prontas vindas de gabinetes fechados.

PROPOSTAS

29. Melhorar a qualidade do atendimento prestado em creches, pré-escolas, pólos e Centros de Educação Infantil, por meio de múltiplas ações com investimentos em formação continuada;
30. Ampliar e assegurar financiamento para a Educação Infantil;
31. Garantia de que não seja criado o cargo de Educador Infantil com salário diferenciado (menor);
32. Quantitativo de no mínimo 1.5 profissionais por turma;
33. Garantia de TEMPO PEDAGÓGICO para os professores de Educação Infantil, tendo em vista a necessidade de um tempo para o professor elaborar, avaliar e repensar sua prática diária e registrar o desenvolvimento da criança, conforme a Lei Nº 9394/96;
34. Período de férias na Educação Infantil: garantir ao professor PEB-1, a garantia de suas férias de janeiro e recesso em julho.

MLPCC–MOVIMENTO DE LUTA PRÓ-CRECHES DE CONTAGEM,

REDE CONVENIADA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

35. Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas/centros de Educação Infantil, por meio de múltiplas ações com investimentos em formação continuada dos profissionais, aquisição de material de consumo, didático e lúdico, alimentação, equipamentos, programas de saúde e adequação do espaço físico;
36. Garantir o atendimento em horário integral nos CEIs comunitários de acordo com a demanda das famílias, considerando a realidade e condições de funcionamento das Instituições;
37. Garantir condições para que haja a regularização da autorização de funcionamento dos Centros de Educação Infantil;
38. Construir coletivamente uma peça orçamentária que especifique receitas e despesas destinadas prioritariamente à infância, criando o ORÇAMENTO CRIANÇA EM CONTAGEM;
39. Investir em uma política de formação, exigida pela LDBEN, que garanta:
 - o Realização de diagnóstico do perfil dos profissionais que estão atuando em creches e CEIs;
 - o Formação/Habilitação mínima em nível médio, modalidade normal, para os professores leigos em exercícios nos CEIs.
 - o Articulação com a Secretaria de Estado de Educação e outras instituições (universidades) para atender demanda de formação continuada para os professores de Educação Infantil;
 - o Execução de programas de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil;
 - o Assessoria às Instituições de Educação Infantil para elaboração e implementação das propostas pedagógicas que considerem a criança de zero a seis anos como sujeito ativo e interativo, parte do contexto sócio-cultural.
40. Garantir investimentos para valorização e reconhecimento

profissionais de todos os trabalhadores da Educação Infantil;

41. Garantia na celebração do convenio com vigência de 18 meses com os CEIs para que não haja interrupções nos meses de janeiro e fevereiro do repasse das verbas;
42. Garantia do convênio Merenda Escolar com cobertura de 100% das necessidades nutricionais das crianças de 0 a 6 anos de idade;
43. Garantia da Inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais, extensiva a rede comunitária conveniada;
44. Criar fóruns de discussão intersetorial sobre o Sistema de Garantia de Direitos para a Infância e Adolescência e implementação das Políticas para a área da Infância e Adolescência;
45. Elaborar o Plano Municipal de atendimento que contemple as crianças de 0 a 6 anos;
46. Garantir a intersetorialidade como diretriz no processo de implementação da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
47. Garantir a participação efetiva do Movimento de Luta Pró-Creches de Contagem/MLPCC na construção, implementação e avaliação da Política de Educação Infantil de Contagem.

E.M. JOAQUIM ANTÔNIO DA ROCHA.

48. 1.5 na Educação Infantil com a atuação do professor Peb II (Educação Física, Arte, etc.).

ESCOLA MUNICIPAL IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Equipar realmente as escolas para que as mesmas deixem de ser tratadas como “depósito” de crianças e sim um lugar de formação das mesmas

49. Atendimento à Educação Infantil;

ENSINO FUNDAMENTAL

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental é um direito público subjetivo e deve pautar-se na igualdade de condições para o acesso e permanência de todos na escola.

Essa afirmação traz os conceitos básicos da educação: **“Fundamental”** é o essencial, o básico na formação dos sujeitos. **“Direito”**, o que assegura o acesso. **“Igualdade, acesso e permanência”** decorrem da **qualidade** daquilo que é de direito e fundamental.

Portanto, **“qualidade”** apresenta-se como eixo central do Ensino Fundamental, indicando a necessidade de se concentrar esforços no sentido de buscar, cada vez mais, a instituição de políticas que assegurem a consolidação do ciclo na perspectiva de uma educação de qualidade para todos.

A participação de toda a comunidade nas decisões que buscam consolidar a política, sinaliza a importância de intervenções precisas que possam garantir uma educação de qualidade com foco na inserção sócio-cultural de todos os educandos.

Esse documento apresenta a concepção que norteia o Ensino Fundamental na rede municipal de Contagem, um histórico das ações desenvolvidas pós I Conferência Municipal de Educação e propostas a serem apresentadas na II Conferência Municipal de Educação em 2007.

2. OS CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

A organização da escola em ciclos, respaldada pela Lei nº 9 394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996), é realidade em muitas escolas brasileiras, que até então adotavam o regime de seriação, uma estrutura gradeada, centrada nas disciplinas.

A escola de ciclos de formação é reconhecida como um projeto histórico transformador das bases de organização da escola e da sociedade, de médio e longo prazo, que atua como resistência e fator de organização articulado aos movimentos sociais (GOMES, 2007).

A partir da década de 1990, várias experiências escolares têm demonstrado maior sensibilidade em relação à totalidade da formação humana, traduzida em dimensões significativas:

- coletivos de profissionais que podem redefinir os tempos e espaços escolares, bem como replanejar a enturmação dos estudantes e sua organização em agrupamentos flexíveis, favorecendo as trocas socializantes entre os pares de idade de um mesmo ciclo e de diferentes idades de formação
- escolas que, em sua dinâmica cotidiana, têm definido critérios para atuação de profissionais em determinadas turmas, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
- grupos de educadores(as) que se organizam para realizar uma “pedagogia diferenciada” que permite, ao longo de um período, atender de maneira apropriada às demandas apresentadas pelos estudantes, construindo intervenções adequadas a cada sujeito ou a cada grupo.

Os anos de 1997, 2000, 2006 e 2007 são marcos na implantação do Ciclo de Formação Humana em Contagem. A regulamentação da Reorganização dos Tempos Escolares em Ciclos se deu por intermédio do Adendo II ao Regimento das Escolas Municipais de Contagem, de 4 de dezembro de 1997. Em 2000, o Decreto nº 10 454, de 18 de abril, instituiu na Rede Municipal os Ciclos Dinâmicos de Formação Humana. Finalmente, a Emenda ao Regimento Escolar das Escolas Municipais de Contagem, de 6 de outubro de 2006, regulamentou a reorganização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, possibilitando à escola a revisão do seu fazer pedagógico e implementando, de fato, o atendimento às diretrizes estabelecidas por essa organização.

Segundo Giusta *et al.* (1999, p. 21),

a organização por ciclos instiga uma reflexão acerca das dimensões sociopolíticas da escola, facilitando o desempenho de seu papel no movimento das transformações sociais. Propõe uma escola engajada na formação real dos cidadãos, numa prática que integra a dimensão social e individual na construção de uma nova cultura escolar que visa garantir: direito à formação do aluno; direito à formação continuada

e em serviço do professor e sua valorização profissional; nova relação no processo ensino/aprendizagem; nova relação com o conhecimento e a construção de um currículo narrativo e relacional; mudança do conceito e das práticas de avaliação; nova organização da escola, de seus órgãos e espaços.

Ressalta-se, ainda, que a organização do cotidiano escolar em Ciclos de Formação Humana contribui para que os(as) educadores(as) realizem um trabalho coerente com as demandas dos(as) estudantes. Para isso, a organização dos tempos e espaços escolares e a definição dos projetos, a seleção de conteúdos e das atividades precisam ser sempre discutidas, avaliadas, planejadas e replanejadas pelo coletivo de educadores(as).

3. ESTRUTURAÇÃO DOS CICLOS EM CONTAGEM

O Ensino Fundamental da rede municipal de Contagem conta com 73 instituições, dois turnos e organiza-se em 03(três) ciclos, com duração mínima de 03(três) anos cada um:

- 1º ciclo: ciclo da infância – crianças de 6 a 8 anos de idade
- 2º ciclo: ciclo da pré-adolescência – pré-adolescentes de 9 a 11 anos de idade
- 3º ciclo: ciclo da adolescência – adolescentes de 12 a 14 anos de idade

A organização do cotidiano escolar dos Ciclos de Formação Humana contribui para que os(as) educadores(as) realizem um trabalho adequado e coerente com as demandas que o ser humano apresenta.

4. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CONTAGEM

No município de Contagem, alguns marcos e eventos traduzem ações já realizadas, sobretudo no triênio 2005/2006/2007, com relação ao princípio de uma educação de qualidade social para todos e todas.

Ressalta-se, em 2005, a *Conferência Municipal de Educação*, convocada pelo Decreto nº 181, de 2 de setembro e realizada no período de 28, 29 e 30 de outubro. A conferência reafirmou que o “Ensino Fundamental é direito público subjetivo e deve pautar-se na igualdade de condições para o acesso e permanência de todos(as) na escola”. Referendou, também, o 1º Ciclo do Ensino Fundamental como o Ciclo da Alfabetização e a criação do Núcleo de

Alfabetização e Letramento.

A realidade educacional, contudo, mostrava fatos preocupantes. Na mesma época, foi realizado um diagnóstico em todas as escolas da Rede Municipal com o objetivo de mapear os alunos com o histórico de *continuidade*¹ e com *distorção idade/ciclo*.

A situação descrita apontou para a necessidade de reduzir o número de estudantes em continuidade, trabalhar suas potencialidades, esboçando uma proposta de trabalho que atendesse aos estudantes em seus ritmos diferenciados de aprendizagem. Para delinear essa proposta, definiram-se metas e ações prioritárias, dentre as quais evidenciam-se a formação continuada dos(as) educadores(as), a ampliação do coletivo de professores(as), a facilidade de acesso dos estudantes à literatura e a garantia do kit escolar

*Uma outra ação significativa da Secretaria Municipal de Educação foi o **Aprova Contagem 2007**, que não teve a intenção de avaliar cada escola, mas a de evidenciar um conjunto de fatores que interfere no processo educativo. O processo avaliativo Aprova Contagem possibilitou a escuta de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar através de dois tipos de questionários: um contextual e outro cognitivo:*

Os questionários contextuais agregaram informações sobre o contexto social, econômico e cultural dos estudantes; a formação, as práticas pedagógicas dos educadores, os estilos de liderança e as formas de gestão; os recursos pedagógicos disponíveis; a infra-estrutura e os recursos humanos.

Os questionários cognitivos avaliaram o desempenho dos estudantes em relação às capacidades de leitura e escrita com foco no uso social dessas capacidades e em relação aos conhecimentos lógico-matemáticos e a resolução de problemas.

Fizeram o questionário cognitivo 16.676 estudantes e dos questionários contextuais participaram 2.466 professores, 16.676 estudantes, 67 diretores, 246 pedagogos e 8.025 pais.

5. ATORES DO CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA:

Os ciclos, enquanto proposta pedagógica de reestruturação das bases da

¹ A trajetória do aluno "em continuidade" expressa defasagens ou dificuldades na transição de um ciclo para outro e é um dos fatores que, atualmente, determina a *distorção idade-ciclo*.

educação escolar pressupõe atores imprescindíveis para que se alcancem os objetivos propostos e que se resumem na concretização de uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Dentre esses atores, destacamos o educador, o educando, os pais e mães.

O sujeito educador:

O perfil do(a) educador(a) não pode ser dissociado do novo perfil da escola, instituição cada vez mais dinâmica, cada vez mais inclusiva e aberta às diferenças e ao pluralismo – de culturas, raças, gêneros. O papel do profissional que atua nesse contexto é igualmente mutante e plural – ele não é mais mero transmissor, mas aquele que faz a mediação entre a cultura, o conhecimento e o estudante, ensinando-lhe como aprender a aprender. Nessa perspectiva da educação contemporânea, destaca-se como central no Ciclo de Formação Humana o papel do(a) pedagogo(a) e do(a) professor(a) comprometidos com o processo educativo.

A Rede Municipal de Ensino de Contagem conta, atualmente, com 2006 educadores PEBI, 1799 PEBII e 389 pedagogos, atuando no 1º, 2º e 3º Ciclos, do Ensino Fundamental.

A avaliação Aprova Contagem constatou que, em nosso contexto, a hegemonia da atuação feminina expressa o gênero da maioria dos profissionais, principalmente nos anos iniciais de escolarização.

A experiência de magistério dos professores é diversificada: 35% têm mais de 18 anos de magistério, 21,1% têm entre 3 a 7 anos, 19,7 entre 8 a 12 anos. Com percentual menor aparecem os docentes com 3 a 7 e com menos de 1 ano com 4% em cada uma das situações.

O sujeito educando:

A Rede Municipal de Contagem atende, em 2007, a um número de 18.170 estudantes, no 1º Ciclo, 19.631, no 2º Ciclo e 16.747 no 3º Ciclo, totalizando 54.690 estudantes.

Pesquisas nacionais e internacionais têm estudado fatores determinantes do desempenho escolar. Dentre eles, destacam-se escolaridade e natureza do trabalho dos pais, idade e hábitos de estudos dos estudantes, modo como a escola realiza suas práticas pedagógicas, apreciação dos educandos em relação

aos profissionais que ensinam, entre outros.

Os dados obtidos mostram que, embora tenha havido redução, ainda existem estudantes com idade fora do esperado para o ano escolar que freqüentam. Essa realidade demanda investigação dos motivos pelos quais essa situação persiste, bem como o acompanhamento especial por parte dos educadores, gestores da escola, da rede e também dos pais.

Tais estudantes precisam de acolhida para recuperarem sua auto-estima, valorizar a escola e seus profissionais. Os pais, também, precisam ser esclarecidos para que saibam estimular seus filhos, como trabalhar com eles fora da escola.

Os pais e mães

Na Constituição Federal, os art. 205 e 227 dizem da responsabilidade da família e do Estado com a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9 394/96 - também vem ratificar essa determinação, quando, em seu art. 2º do cap. II, discorre: *"A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para ao trabalho."*

Para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, a escola precisa buscar uma ação integrada com diferentes setores e, principalmente, a proximidade e a parceria com as famílias dos estudantes. Os pais e mães são responsáveis por parte significativa da educação dos filhos(as), e é importante que esses tenham conhecimento e participem do planejamento escolar juntamente com os profissionais da escola.

Outros

"Discutir propostas e implementar ações conjuntas por meio de parcerias proporciona grandes resultados para melhorar a qualidade da escola no país. Procurar postos de saúde, centros culturais, bibliotecas, organizações não governamentais e universidades para que venham trabalhar junto com a escola é um jeito de envolver mais pessoas no propósito de oferecer uma boa formação aos alunos." (*Indicadores da Qualidade na Educação, p.31*)

6. CONSTRUÇÃO CURRICULAR

O Ensino Fundamental organizado em Ciclos de Formação Humana aponta

para a construção de um currículo como um campo de produção de significados, não apenas socializando os conhecimentos trabalhados nas diversas disciplinas com os estudantes, mas também proporcionando um contato com diferentes elementos da produção cultural humana, abrangendo assim, a formação de valores éticos, do pensamento crítico, da capacidade de resolver problemas, participar da vida social e política.

O currículo vai além dos programas de conteúdos e vem sendo entendido como um conjunto de ações, envolvendo todos os segmentos da escola, sob a coordenação do seu coletivo, num processo constante de construção e reconstrução. Da mesma forma, é necessário que a escola avance na relação entre saberes escolares, saberes da comunidade, realidade social, diversidade étnico-cultural, sócio-ambientais, entre outras.

Ao construir a proposta curricular, é importante que a escola contemple os seguintes eixos:

Plano curricular

Concebendo o currículo como um processo em construção e que este precisa pautar as demandas e necessidades próprias de cada idade de formação, busca-se ampliar o entendimento do que sejam os saberes escolares, atender as necessidades atuais e trabalhar os eixos “participação na vida social”, “organização do trabalho e construção da autonomia” e “tratamento da informação” com a devida organização e sistematização no processo de formação dos estudantes. Tais eixos precisam estar contemplados na proposta curricular de modo que perpassem o trabalho dos profissionais de todas as áreas do conhecimento.

♦ Participação na vida social

Saber conviver é saber viver com outras pessoas, na escola ou em qualquer outro lugar. A escola, continuando o processo desencadeado pela família, tem papel fundamental na formação humana, pois se constitui num espaço no qual encontram-se os mais diversos grupos sócio-histórico-culturais sendo, portanto, lugar e vivência, de encontros, disputas, conflitos, realizações e crescimento.

Conhecer e vivenciar os diferentes grupos sociais possibilita que o estudante desenvolva habilidades necessárias para aprender a ser e a conviver. A escola precisa criar possibilidades para que o aluno amplie o conhecimento de si

mesmo, desenvolvendo as atitudes necessárias para o convívio social.

♦ **Organização do trabalho e construção da autonomia**

Saber organizar-se para o desenvolvimento do trabalho é fundamental: organizar rotinas, definir prioridades, pensar tempos e espaços adequados às necessidades do momento, selecionar o material a ser utilizado. Este processo possibilita que os estudantes construam sua autonomia na medida em que escutam e seguem orientações, discutem, debatem e resolvem problemas, organizam-se para apresentar conclusões e sínteses, desenvolvendo atividades individual ou coletivamente.

♦ **Tratamento da informação**

À instituição escolar cabe possibilitar aos estudantes instrumentos para acessar, selecionar, organizar, compreender, questionar e produzir informações. Nesse sentido, o uso das tecnologias digitais no cotidiano da escola torna-se uma necessidade, sendo que professores e a estudantes precisam fazer desses recursos, como exemplo, a internet, ferramentas para construir conhecimentos num ambiente que os desafie.

Conteúdos disciplinares

As questões entram para a sala de aula por meio de inquietações, vivências surgidas do processo, dentro ou fora da escola, e cabe ao grupo, a partir das hipóteses levantadas, organizá-las. Cada questão aglutina em si mesma uma série de conteúdos que integram áreas de conhecimento diferentes para respondê-la. O estudante, no processo de construir conhecimentos, necessita pautar questões concretas contendo, nas mesmas, significado. O sujeito aprendiz, ao buscar responder às demandas e problemas de sua realidade local e mais ampla, estabelece relações entre conceitos construídos por meio de atividades que envolvem várias áreas do conhecimento, gerando, dessa forma, novas necessidades de aprendizagem. Para tanto, é fundamental realizar projetos e outras atividades significativas nas quais os estudantes possam desenvolver as habilidades necessárias.

Organização dos tempos e espaços

♦ **Os tempos**

A organização do cotidiano escolar em Ciclos de Formação Humana contribui para que os(as) educadores(as) realizem um trabalho coerente com as demandas que o ser humano apresenta, construindo habilidades esperadas para cada idade de formação.

Nessa lógica é fundamental considerar:

- as especificidades educativas, cognitivas, sociais e culturais dos(as) educandos(as) para planejar as atividades escolares de acordo com seus conhecimentos prévios, valores e hábitos. Deve-se valorizar, portanto, a articulação dos saberes escolares com os saberes sociais, a partir da experiência sociocultural dos estudantes do ensino fundamental;
- o tempo de 20% a 25% do total da jornada de trabalho semanal dos educadores para a formação continuada, planejamento, avaliação, organização e registro do trabalho, reuniões pedagógicas e articulação com as comunidades;
- o atendimento ao estudante do ensino fundamental na sua singularidade, reconhecendo as peculiaridades de cada idade de formação. Para isso, outras formas de organização do tempo deverão ser direcionadas exclusivamente para o desenvolvimento de atividades que atendam aos diferentes ritmos de aprendizagem, como agrupamentos flexíveis, atendimentos individualizados, regências compartilhadas, dentre outros.

♦ Os espaços

O estudante traz para o espaço escolar uma diversidade de conhecimentos e experiências adquiridos na vida cotidiana que devem ser valorizados no contexto educacional. Procurar novas formas de gerir esse espaço é sair dos limites da sala de aula, é entender que todos os espaços da escola estão repletos de vida. Desse modo, é preciso considerar como espaço de formação todo local, dentro ou fora da escola, que possibilite realizar uma ação educativa. É preciso viabilizar, ainda, todas as formas de integração das famílias ao trabalho pedagógico de desenvolvido pelas escolas.

Nessa perspectiva de ampliação dos espaços escolares, é importante destacar a instituição da verba de trabalho de campo para as escolas.

7. AVALIAÇÃO

A organização em Ciclos de Formação Humana requer uma concepção de avaliação contínua e processual, de modo que seja possível identificar avanços, dificuldades e possibilidades dos estudantes, sem interrupções ao longo de seu processo de formação.

Essa concepção de avaliação necessita contemplar as seguintes funções:

- diagnóstica – verificando os conhecimentos prévios dos estudantes e orientando a definição das estratégias de ensino que serão utilizadas;
- investigativa – buscando elementos que apontem o porquê das dificuldades apresentadas no processo de construção dos estudantes;
- reflexiva – sinalizando os apontamentos necessários para rever estratégias de trabalho propostas;
- inclusiva – evitando procedimentos que classifiquem os estudantes de acordo com as expectativas dos docentes diante do desenvolvimento delas ou que induzam a classificações estáticas e excludentes.

Tendo em vista a implementação de avaliações efetivamente pedagógicas e centradas nas aprendizagens, os registros delas nos Ciclos de Formação Humana precisam ser descritivos, documentados pelos(as) educadores(as) e arquivados na escola.

Os dados da avaliação em Ciclos de Formação Humana deverão ser fornecidos para:

- o estudante, pois essa precisa conhecer seu próprio processo de aprendizagem, detectar avanços e empenhar-se, conscientemente, na superação das dificuldades;
- os pais, mães responsáveis por parte significativa da educação dos(as) filhos(as), para que possam planejar, juntamente com os(as) profissionais, sua parceria e sua atuação na formação dos estudantes;
- o(a) professor(a), que constantemente necessita avaliar sua própria prática, definindo novas estratégias de intervenção no trabalho junto aos estudantes;
- a equipe pedagógica, que deve garantir a continuidade e a coerência da

proposta educativa durante todo o ciclo;

- o sistema municipal de ensino, que necessita realimentar as políticas públicas pertinentes à rede e prover ações condizentes com os diagnósticos consolidados.

8. O ENSINO FUNDAMENTAL 2006/2007

As propostas aprovadas na I Conferência Municipal de Educação, realizada em 2005, foram fundamentais para determinar as ações da Secretaria Municipal de Educação no biênio 2006/2007, estabelecendo um diálogo com a proposta de uma educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, é importante destacar:

Proposta Pedagógica 2006/2007 (Quantitativo 1.5)

Nesse período, a SEDUC tem se empenhado no sentido de assegurar a implantação do quantitativo de 1.5 de professores. Essa ação vem possibilitar a organização das escolas em torno de uma proposta pedagógica coletiva que tenha como eixo a consolidação dos ciclos, que estabeleça um diálogo com o contexto sócio-cultural, que corresponda às expectativas da comunidade e que assegure a qualidade do trabalho desenvolvido.

É importante salientar que, a LDB 9394/96, ao possibilitar a organização do ensino fundamental em ciclos, traz a necessidade de ações que favoreçam essa organização, instituindo práticas pedagógicas que procurem romper com a fragmentação dos conteúdos e a atuação de educadores com propostas que dialoguem com as necessidades dos sujeitos educandos de cada ciclo.

Nesse sentido, vale ressaltar que o quantitativo 1.5 possibilitou organizar os ciclos de forma a atender os estudantes nas suas especificidades e a garantir, para todos os educadores, o tempo pedagógico para planejamento, formação, construção coletiva de projetos e avaliação do processo educativo.

Núcleo de Alfabetização e Letramento

Foi constituído em 2006 o Núcleo de Alfabetização e Letramento, com o objetivo de assegurar a alfabetização, na perspectiva do letramento, no 1º. Ciclo.

Educação integral

A ampliação da jornada educativa garantida através de programas como o EDUCARTE, Bolsa Dignidade, Segundo Tempo, Educação pelo Tambor, Harmonia, Fanfarra, sub Programas dos CAICS, Projetos das Escolas Municipais, vêm garantindo às crianças, adolescentes, jovens e adultos da rede pública de educação o acesso a atividades de lazer, esportes, cultura, letramento, música, meio ambiente, conhecimento sobre a cidade, seus bairros, regiões, lugares e personagens.

Programa Kit Escolar

O programa Kit Escolar tem por objetivo estimular e garantir a permanência dos estudantes nas escolas, contribuindo no seu desenvolvimento intelectual, melhorando sua auto-estima e desonerando os pais na compra de materiais escolares para os filhos.

Linkletr@s

Nos tempos da sociedade informatizada, é imprescindível que as escolas possibilitem aos estudantes o domínio das novas linguagens. Para utilizar as ferramentas e extrair delas o potencial que pode ser aplicado ao ensino, é preciso ter habilidade para usar os recursos tecnológicos e não basta apenas passar o conteúdo para o computador ou para qualquer outro instrumento.

O Linkletr@s é um programa que procura desenvolver competências básicas de leitura, produção de textos e cálculos em matemática, a partir do uso da informática. Foi implantado em 03 escolas da Rede Municipal de Contagem, em 2006 e está em processo de implantação em outras 07 escolas em 2007.

Programa de Leitura

O Programa de Leitura visa contribuir de maneira ampla com a política de leitura, especialmente no que se refere à promoção de atividades de formação de leitores nas escolas e demais espaços públicos como parques, centros culturais, praças e outros. Isso porque a prática de leitura é essencial para o desenvolvimento intelectual e pessoal dos indivíduos, contribuindo para a (re) construção de uma sociedade melhor.

Ações já desenvolvidas pelo programa:

- Circuito Literário

- Distribuição de livros de literatura
- Formação para professores, auxiliares de biblioteca e bibliotecários

Educação Ambiental

A educação ambiental é um conjunto de ações educativas voltadas para preservação da natureza, utilização sustentável dos recursos naturais, consumo consciente e a melhoria da qualidade da vida humana. Quer despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, visando à educação para o cuidado. Cuidado com as plantas, com os animais e, principalmente, com as pessoas. É por isso que a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA - incentiva as escolas da rede a uma reflexão permanente sobre questões ambientais, locais e globais.

Aprova Contagem

Conforme citado anteriormente nesse documento, o Aprova Contagem 2007, processo de avaliação do sistema educacional do município, apresentou-se como instrumento de fundamental importância na análise das políticas públicas em educação até então desenvolvidas e apontando fatores positivos e pontos para melhoria.

É importante considerar os dados do Aprova Contagem relacionados às questões pedagógicas do Ensino Fundamental, resultantes dos questionários cognitivos e dos contextuais *respondidos por alunos, pais, diretores, professores e pedagogos*.

- Os questionários cognitivos indicam que os alunos apresentam dificuldades em identificar conceitos fundamentais das áreas de Língua Portuguesa e Matemática.
- Os professores mencionam como dificuldade, a inexistência de uma proposta curricular mais detalhada para os ciclos.
- Pouco acesso dos estudantes à informática (55 escolas não têm acesso a computadores para estudantes)
- Alto percentual de professores com dificuldades no uso do computador (40%).

- Elevado número de alunos com distorção idade/ciclo, como consequência de históricos de retenção.
- Número significativo de estudantes trabalhadores (inclusive no 1º. Ciclo, com remuneração).
- 83,1% dos professores possuem licenciatura plena e 41,5% possui pós-graduação.
- Docentes afirmaram que o pedagogo contribui com o trabalho das escolas, sobretudo em relação à articulação com o coletivo.
- Os profissionais das escolas afirmam que o quantitativo de 1.5 tem possibilitado o trabalho diferenciado, na perspectiva de consolidação dos ciclos.
- Necessidade de ampliar o diálogo dos pais ou responsáveis com as escolas, principalmente no que se refere à proposta pedagógica.
- Outros.

Nesse contexto, é importante indicar na II Conferência Municipal de Educação, propostas que estabeleçam diálogo direto com a proposta curricular da escola, à inclusão digital, ao perfil dos educandos e educadores e à gestão escolar.

9. PROPOSTAS PARA A 2ª. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2007

50. Constituir grupo de estudos com o objetivo de estabelecer proposta curricular que mencione as capacidades e conceitos específicos dos diversos componentes, tendo como referência os PCN's, os Parâmetros Internacionais, os Referenciais Curriculares Municipais e os Livros didáticos adotados na rede municipal..
51. Instituir ações que assegurem a articulação dos programas e projetos (já existentes) de atendimento integral ao aluno com as propostas pedagógica das escolas.
52. Fortalecer, gradativamente, ações articuladas às propostas pedagógicas das escolas, que tenham por objetivo o atendimento dos estudantes em tempo integral, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade social.

53. Estabelecer ações que atendam às necessidades dos estudantes em distorção idade/ciclo, no turno diurno.
54. Ampliar o número de escolas com laboratórios de informática.
55. Consolidar o Projeto Linkletr@s como ação importante no sentido de assegurar o processo de leitura/escrita e raciocínio lógico/matemático.
56. Constituir comitê inter-setorial para ações com vistas ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade e aos estudantes em situação de trabalho infantil.
57. Fortalecer os Conselhos Escolares estabelecendo fóruns regionais de pais para debates ampliados sobre as escolas das regionais e suas propostas pedagógicas.
58. Assegurar formação continuada em serviço, para educadores da rede municipal, enfatizando práticas pedagógicas que dialoguem com o cotidiano escolar.
59. Concretizar o processo de regulamentação de escolas.
60. Ampliar verba de trabalho de campo, mediante apresentação de projeto elaborado e aprovado pelo coletivo da escola.
61. Implantar laboratórios de ciências nas escolas que atendem ao 2º. e 3º. Ciclos e que ainda não contam com esse espaço.
62. Divulgar e consolidar o Programa de Leitura
63. Consolidar a Política de Educação Ambiental nas escolas, estimulando mudanças de hábitos, que promovam uma melhor qualidade de vida, com preservação, equilíbrio ambiental e sustentabilidade.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 9394/96, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Constituição Federal , 1988.

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Referenciais para a construção da proposta curricular do 1º Ciclo de Formação Humana, 2004

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Referenciais para a construção da proposta curricular do 2º Ciclo de Formação Humana, 2003

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Referenciais para a construção da proposta curricular do 3º Ciclo de Formação Humana, 2004

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Orientação para avaliação da proposta pedagógica de 2007 e reestruturação da proposta de trabalho para 2008 – Ensino Fundamental

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. I Conferencia Municipal de Educação. Construindo Políticas Publicas de Educação pra todos.2005.

LIMA, Elvira Souza. Ciclo de Formação – Uma reorganização do tempo escolar. GEDH – Grupo de Estudos do Desenvolvimento Humano. 2000

CONTAGEM, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Educadores na Rede – Contagem: Proposta de Alfabetização e Letramento, 2007

GIUSTA, Agneta et al. Ciclos de Formação na Escola Plural. Presença Pedagógica. V.05, n.28, p. 17-27,jul.ago. 1999

BETIM, Secretaria Municipal de Educação. Ciclos de Formação Humana – Estudos Temáticos para a formação de educadores, 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Indicadores da Qualidade na Educação, p. 31, fev, 2004.

NOVAES, Veridiana. A aula nos tempos da sociedade informatizada. Páginas Abertas: Ed. Paulus, ano 32, nº 31, 2007, p. 12-15.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Equipar realmente as escolas para que as mesmas deixem de ser tratadas como “depósito” de crianças e sim um lugar de formação das mesmas.

64. Ter psicólogos nas escolas; laboratórios realmente equipados e incentivos à pesquisa; construção de bibliotecas adequadas para tal uso; diminuir o número de estudantes por sala; maior número de quadras esportivas.

JUSTIFICATIVA: Melhorar a qualidade do ensino e o estímulo dos estudantes para irem e permanecerem nas escolas dando novo significado, novo sentido para a vida escolar.

65. Escolas de Tempo Integral; abertura de mais escolas aos fins de

semana; aulas de computação nas escolas com acesso gratuito à internet; ampliação do Projeto Harmonia (música nas escolas); Investimentos na Leitura.

JUSTIFICATIVA: Laboratório sem materialidade é enganação e não podemos compactuar com isso.

66. Equipagem dos laboratórios de ciências

E. M. SABINO BARROSO

67. Computadores disponíveis em todas as escolas para professores

68. Salas de multimídias utilizadas pelos alunos, com instrutor.

69. Equipe de psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, oftalmologistas, assistente social com visitas as escolas de cada núcleo quinzenalmente

E. M. NEWTON AMARAL

70. Utilização dos questionários realizados pela PMC ns bibliotecas escolares, realizando um diagnostico da atual situação das mesmas, e valorizando aquelas que possuem um trabalho diferenciado. Alem disso, através desse diagnostico promover ações de incentivo àquelas bibliotecas que necessitem de ajustes para melhorar o desempenho nas atividades de incentivo e promoção à leitura;

E. M. JOSÉ SILVINO DINIZ

JUSTIFICATIVA: Se a escola possui mais de um ciclo, ela provavelmente educará os estudantes por todo esse caminhar educacional. Assim os ciclos que trabalham com os alunos quando eles estão mais velhos terá que lidar com pessoas que já passaram por toda uma vivência educacional nos outros ciclos. Apesar de sua autonomia, os ciclos posteriores têm que pensar no aluno que eles estão recebendo e o que já se passou com eles. Por isso, como exemplo, o 3º ciclo tem que pensar seu trabalho levando em consideração o que foi e será trabalhado nos 1º e 2º ciclos da escola. Autonomia não é autismo. Os profissionais do 3º ciclo não devem intervir nas escolhas dos outros ciclos, mas eles têm que saber o que será trabalhado para poderem fazer suas escolhas.

Se então, todos estão juntos para pensar esse trabalho ele pode ser feito

de forma mais integrada, gradual e consensual. Ao se fazer uma avaliação dos estudantes e suas necessidades poderá se pensar em todo o trajeto antes, durante e depois de cada ciclo, com os profissionais compartilhando vivências e avaliações. Além de ajuda mútua no momento de pensar, refletir e escrever o projeto para o ano.

O pensar o planejamento para cada ano deve ser autônomo para os ciclos, mas a escola deve se pensar como uma vivência completa para o estudante, não como ciclos isolados.

71. Projetos para o ano escolar devem ser feitos em conjunto por todos os profissionais de todos os ciclos. Assim reservando momentos no ano para o encontro de todos os profissionais da escola para o planejamento anual.

JUSTIFICATIVA: Para que ele possa se tornar um instrumento mais funcional e de interpretação única na rede. Consideramos a necessidade dele ser mais objetivo quanto aos dados referentes ao aluno nos aspectos cognitivos. Podendo apresentar uma parte descritiva nos aspectos sócio-afetivos e a outra mais padronizada contendo itens sobre as habilidades consolidadas ou em processo para cada ano do ciclo, além de um espaço para observações quando houver necessidade.

72. Reformulação dos diários tornando-os mais práticos e objetivos

E.M. JOAQUIM ANTÔNIO DA ROCHA

73. Garantia da alfabetização dos estudantes no primeiro ciclo;
- Maior acompanhamento sistemático da SEDUC com os alunos que estão no final do ciclo apresentando grandes dificuldades de aprendizagem.
 - Aumentar o número de professores para atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem.
74. Atendimento ao estudante em continuidade;
- Retenção a cada etapa do 2º Ciclo.
 - Repensar a promoção.
 - Acompanhamento escolar em outro turno.

- o Rever a continuidade e as formas de recuperá-lo em com a SEDUC

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, EJA e o Ensino Médio. Em fevereiro de 2007 foram divulgados os dados do ENEM e do SAEB, amplamente veiculados pela imprensa e expondo, mais uma vez, a crise da Educação no Brasil. Várias administrações, incluindo o município de Contagem e o Estado de Minas Gerais, se vangloriam de terem conseguido bons resultados nestas avaliações, tentando esconder um problema patente que é a crise educacional brasileira.

Rapidamente são colocados como culpados do fracasso da educação nacional os professores, e em Contagem não é diferente. Porém na verdade a culpa é de uma política insuficiente que visa somente a divulgação de números para a ONU/UNESCO ao invés de se investir na qualidade da educação de fato.

Somente poderemos superar a crise da Educação quando deixarmos de lado a orientação mercadológica colocada pelos governos neoliberais, visadas pela UNESCO, Banco Mundial e FMI, prezando a formação para a sustentação do mercado. Inclusive os Fundos, como FUNDEF, governo FHC, e o FUNDEB, governo Lula, trazem pouquíssimos avanços para o financiamento da educação. Temos que romper com os modelos neoliberais e discutir a aplicação de 15% do PIB para a Educação e que todos os entes federativos sigam o mesmo exemplo. Em Contagem devemos aplicar 30% do orçamento para o Ensino Fundamental, para, de fato, termos uma educação de qualidade. Devemos aliar a isto que a autonomia escolar é fundamental para termos uma escola de verdade, que atenda ao anseio da população, ao invés de se priorizar as formulas prontas vindas de gabinetes fechados.

75. Garantir professores (as) habilitados e especialistas em todas as áreas do conhecimento, inclusive para Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Língua Estrangeira para atuar nos 1º, 2º e 3º ciclos;
76. Garantia do cumprimento legal do Ensino Religioso como área de conhecimento e componente curricular das escolas com o profissional habilitado;

77. Assegurar a reunião pedagógica quinzenal a fim de integrar o coletivo da escola e garantir o pleno desenvolvimento do projeto pedagógico da unidade escolar.

COLETIVO DE PROFESSORES – QUANTITATIVO MÍNIMO DE 1.5

Tendo em vista o pleno desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares e a garantia de um ensino público de qualidade que vise o pleno desenvolvimento humano do educando, acreditamos que os quantitativos de no mínimo 1.5 de professores por turma vêm contribuir efetivamente para que os projetos desenvolvidos nas escolas tenham sucesso.

Nesse sentido, entendemos que as escolas necessitam ter mais autonomia afim de atender suas especialidades e o contexto em que estão inseridas.

Muitas vezes o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, bem fundamentado e construído com todos os seus atores sociais envolvidos, exige um aumento significativo de recursos materiais e humanos com a finalidade de atingir os objetivos e metas discutidos e trabalhados por seus profissionais e, em se tratando dos recursos humanos, a proposta de um quantitativo de no mínimo 1.5 professores por turma, vem contribuir para que esse Projeto Político Pedagógico seja, de fato, instrumento de transformação da realidade social e garantia de um processo de identificação da escola com sua comunidade, de autonomia frente ao seu contexto de resignificação do processo ensino/aprendizagem e de uma constante avaliação afim de modificar o que pode ser modificado e a garantia da manutenção do que tem apresentado resultados satisfatórios.

Assim sendo, nossa proposta vem reafirmar o que diz a Resolução de nº 3 de 8 de outubro de 1997, no seu artigo 4º inciso II, quando coloca que o exercício da docência na carreira exige ensino superior em curso de licenciatura, de graduação em área própria para a docência nos ensinos Fundamental e Médio, inseridos no Projeto Político Pedagógico da escola. Não obstante, há o problema de muitos profissionais com habilitação específica em área própria ter que transitar em conteúdos que não dominam e / ou não são habilitados para lecionarem nessas áreas a eles “estranhas”, o que tem causado aos educandos um “rombo” em sua formação básica, ficando os mesmos defasados em determinadas áreas do conhecimento, o que prejudica a garantia de sua certificação.

Nesse sentido, entendemos que o professor que atua no projeto do quantitativo mínimo de 1.5 não pode ser utilizado como eventual para a falta de professores nas unidades escolares, pois, lhe é garantido por lei 25% de sua carga horária para estudos e planejamento, ficando o mesmo prejudicado em seu direito quando cobre a falta de colegas, prejudicando assim, diretamente o pleno desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

Portanto, nossa proposta vem no sentido de defender o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares e sua autonomia frente ao contexto no qual estão inseridas lançando mão do direito de construir um projeto que possa contar com a atuação de profissionais com habilitação específica o que permite uma educação de qualidade que de fato contribua para a transformação da realidade social, visando a formação de um cidadão crítico que exerça plenamente sua cidadania.

Observamos, todavia, que durante todo o ano letivo de 2007 que a forma em que vem sendo implementado o projeto de quantitativo mínimo de 1,5 para as escolas, não tem contribuído para o pleno desenvolvimento do Projeto Pedagógico necessário para o sucesso do mesmo, pois, constantemente tem sido paralisado em função das anomalias intestinas do próprio projeto implementado na sua forma atual e também causadas pela falta de professores.

Portanto, a garantia de um quantitativo de no mínimo de 1.5 professores por turma, é de fundamental importância para que de fato e de direito construamos na cidade de Contagem uma Educação de qualidade e em conformidade com as leis que regem a educação do país. No nosso entendimento, esses profissionais vêm somar ao Projeto Político Pedagógico sua formação específica em área própria, dando um caráter de investimento com aportes significativos de verbas à Educação dos educandos bem como de suas respectivas unidades escolares, pois esses professores atuarão para que a escola tenha condições de apresentar de fato bons resultados para a qualidade de vida dos educandos bem como de seu desenvolvimento e de suas respectivas comunidades.

78. A garantia da implementação do quantitativo de no mínimo 1.5 professores por turma;

E. M. MARIA SILVA LUCAS

79. Número de alunos em sala de aula, uma vez que a Conferência de

2005 não conseguiu por em prática o que aprovou;

80. Respeitar as propostas pedagógicas que são construídas pelo coletivo escolar voltadas para realidade do aluno, e a cultura local;

E. M. VER JOSÉ FERREIRA DE AGUIAR

81. Alterar item 5 pag. 20 da I Conferência (atender alunos até o limite do espaço físico da escola);

82. Definir em qual ciclo o profissional de ensino religioso deve atuar;

E. M. GLÓRIA MARQUES DINIZ

83. Criação de ficha individual do aluno com itens das habilidades alcançadas.

E.M RITA CARMELINDA ROCHA

Tendo em vista o processo de análise e (re) construção da proposta pedagógica da E.M Rita Carmelinda Rocha para 2007, e buscando atender a demanda de consolidação do Ciclo de Formação Humana na Rede Municipal de Ensino em Contagem, alguns aspectos foram contemplados na prática escolar. Dentre eles está a avaliação da proposta em curso na escola e a implantação do 1.5 no quantitativo para construir o coletivo de professores.

Sabemos que esses aspectos do processo pedagógico são fundamentais para as ações, estratégias e metas estabelecidas no coletivo da escola. Estas questões entraram para o ambiente escolar em meio as inquietações e vivências surgidas no processo de construção da proposta pedagógica em 2007, principalmente a partir do mês de agosto, com a efetiva implantação do 1.5.

Assim sendo, para possibilitar o melhor desenvolvimento e organização dentro do processo de ciclo de Formação Humana é que apresentamos os itens a serem encaminhados para discussão na II Conferência Municipal de Educação, entendendo estarmos contribuindo com o projeto político – pedagógico da escola.

A escola Municipal Rita Carmelinda Rocha vem encaminhar alguns itens apontados para a II Conferência Municipal de Educação, que foram discutidos no coletivo da escola, entre os professores da mesma.

Acerca da Política de ciclos no sistema educacional em Contagem:

84. Vincular o Programa “Bolsa Escola” à frequência do aluno associado com sua participação e evolução dentro dos ciclos.
85. Articular a possibilidade de desenvolvimento de projetos em parceria com a “Guarda Municipal” dentro da vida escolar, buscando maior interação com a comunidade, no sentido de criar ambientes de convivência harmoniosa entre sociedade e escola.
86. Considerar a possibilidade de revisão dos critérios de reorganização dos tempos de retenção do aluno no ciclo.

E.M VEREADOR BENEDITO BATISTA

As propostas apresentadas no ponto 1.1. são necessidades reais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Contagem que se apresentam no dia-a-dia da escola como fator determinante para educação de qualidade. A garantia e ampliação do espaço de Formação Continuada dentro e fora da escola compreendendo toda comunidade escolar vai de encontro com a proposta de Educação do Município na qual a democracia é umas das bases. Ampliando o acesso de toda comunidade escolar as tendências educacionais vigentes possibilitaremos a participação de todos, com maior compreensão dos processos educacionais, na construção de propostas e na condução das mesmas. Conhecer mais e melhor para exercer melhor meu papel na cultura. Pontos 1.1.1., 1.1.2. e 1.1.7.

Os pontos que tratam diretamente de melhorias emergenciais para o atendimento do alunado, 1.1.3., 1.1.5., 1.1.6., 1.1.7., 1.1.10., 1.1.20., 1.1.21., nos remete ao direito constitucional de Educação de Qualidade para todos os brasileiros. A falta de recursos financeiros, dentro das escolas; o pequeno número de escolas atendidas pelos programas sociais do Governo Federal; os pouquíssimos núcleos de atendimento a alunos deficientes e de inclusão social; as salas de aula cheias; falta de livros didáticos; a falta de laboratórios de informática para todos; coloca em xeque a qualidade de uma educação no séc. XXI incapaz de atender a demandas apresentadas desde o séc. XX.

As proposições de cunho pedagógico, 1.1.4., 1.1.9., 1.1.14., 1.1.15., e 1.1.19., estão diretamente ligadas ao incentivo que necessita existir nas relações de aprendizagem; nas condições mínimas de trabalho, como ter professores na escola e até mesmo material de trabalho como os PCN’S e as Propostas Pedagógicas

da Rede. Além de um número satisfatório de pedagogos propiciando o fluir do trabalho pedagógico, que não acontece desde a diminuição do número dos mesmos. Dentro da Proposta 1.5 cada ciclo deve ter pelo menos um pedagogo, de acordo com o número de turmas, visto a demanda de acompanhar os grupos flexíveis, os Projetos diferenciados e ou as oficinas, a proposta exige recurso humano.

Os tópicos referentes a currículo, 1.1.8., 1.1.11., 1.1.12. e 1.1.13., propõem um novo conceito de conteúdo escolar com temas nos quais o objetivo é o desenvolvimento integral do aluno, é necessário considerar questões e problemas, enfrentados pela sociedade atual como objeto de conhecimento e pesquisa. A Ética e a Ed. Ambiental são temas cruciais, que nos interpelam todos os momentos, na podendo ser desconsiderados do currículo escolar. Aproximar a proposta pedagógica da FUNEC e da Rede é uma demanda antiga, iniciada timidamente com a aproximação entre os dirigentes das escolas coabitadas. Nossa proposta é trabalhar os pedagogos das duas instituições nos mesmos momentos, espaços e com a mesma linha pedagógica, enfim fundir em uma as duas formas de abordagem e tratamento da informação e do conhecimento. O estudo de uma língua estrangeira desde o 1º ano do 1º ciclo, além de incentivo é também um enriquecimento da proposta de alfabetização e letramento do 1º ciclo.

O ponto 1.1.18. é a ápice dos demais, um trabalho só será prazeroso, bem feito, envolvente se tenho autonomia sobre ele, sem autonomia ele se torna uma imposição na qual não há prazer. Sem prazer não há motivação, sem motivação não há trabalho criativo, fértil, apenas a fazeres, improdutividade, cansaço e enfado. A autonomia da escola quanto seu Projeto Pedagógico é ponto de partida para o sucesso do mesmo e o apoio da SEDUC é imprescindível neste processo de garantir a autonomia da escola.

87. 1.1. Ensino Fundamental

88. 1.1.1 Garantir tempo para Formação Continuada dos profissionais da Educação, dentro Escola e em cursos externo. Quando curso externo, pagamento de prorrogação de jornada para substituição dos mesmos.

89. 1.1.2 Ampliar oferta de Formação Continuada aos professores e

estende-la aos familiares.

90. 1.1.3. Ampliar os núcleos de atendimento a alunos de inclusão social.Organizando-os para oferecer atividades extra-curriculares e com encaminhamento para empresas ligadas á Prefeitura como menor aprendiz.
91. 1.1.4. ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
92. 1.1.5 Garantir atendimento adequado aos alunos e alunas quanto ao espaço físico,mobiliário e material didático.
93. 1.1.6 Garantir que o atendimento a alunos do 1º ciclo seja de no máximo 20 por turma e no máximo 30 por turma para o 2º ciclo.
94. 1.1.7 Ampliar a oferta de laboratórios de informática para todas as Escolas da Rede.
95. 1.1.8 Aproximar- urgentemente -a Proposta Pedagógica da FUNEC com a Rede Municipal de Educação.
96. 1.1.9 Ampliar a realização de eventos científicos, culturais e artísticos para a Rede e para FUNEC, incentivando os alunos e as escolas com divulgação na mídia Estadual e Nacional.
97. 1.1.10 ENVIADA PARA INCLUSÃO SOCIAL
98. 1.1.11 Instituir a disciplina Língua Estrangeira para todos os ciclos do Ensino Fundamental.
99. 1.1.12 Introduzir como disciplina no Currículo o tema transversal Educação Ambiental, como professor habilitado e carga horária equivalente à das disciplinas do núcleo diferenciado.
100. 1.1.13 Substituir a disciplina Ensino Religioso por Educação Ética e garanti-la em todos os ciclos do Ensino Fundamental.
101. 1.1.14 ENVIADA PARA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO
102. 1.1.15 Fornecer exemplares em qualidade dos PCN's e as Referências Curriculares do município para as Escolas que não receberam.
103. 1.1.16 Fornecer livros de Língua Estrangeira para os alunos sem para isso utilizar da verba da Biblioteca nas Escolas que ainda não

possuem em quantidade que atenda à demanda do número de alunos.

104. 1.1.17 Garantir o tempo das reuniões pedagógicas para formação, e não para o conselho de classe.

105. 1.1.18 ENVIADA PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

106. 1.1.19 Garantir um pedagogo a cada seis turmas ou a cada ciclo, de acordo com a realidade da escola.

107. 1.1.20 Criar uma reserva de livros didáticos na SEDUC para atender às necessidades emergenciais.

108. 1.1.21. ENVIADA PARA INCLUSÃO SOCIAL

JUSTIFICATIVAS DAS PROPOSTAS PARA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA

Os tópicos 1.3.1. e 1.3.2. propõem a viabilização legal para parcerias entre escolas e iniciativas privadas, tendo como embasamento para sucesso da proposta os resultados apresentados por parcerias próximas como a da Escola Aberta, Prêmio Belgo de Meio Ambiente, PROCEL e outros.

As propostas 1.3.3. e 1.3.4. visam flexibilizar para melhor atender, de acordo com a realidade cada instituição. Os tempos, espaços e os professores(as) no dia-a-dia da escola, garantindo a carga horária do alunado, ampliando as possibilidades de uma atuação efetiva, nos grupos flexíveis, oficinas, projetos e aulas compartilhadas, enfim, fazer desta flexibilização um instrumento no atendimento as diferenças que se apresentarem.

Os pontos, 1.3.5., 1.3.6., 1.3.7., 1.3.11., 1.3.13., 1.3.15., 1.3.16., 1.3.17., 1.3.18. e 1.3.19., são a coluna dorsal deste documento. Não se trabalha sem condições mínimas de trabalho. É inconcebível uma escola sem internet; sem condições de uso do telefone; sem o mínimo de funcionários até para a limpeza; sem vigias; sem salas apropriadas; diretores sem livre acesso a cozinha, mantendo sem condições celulares e carros a serviço da escola, por falta absoluta de condições de trabalho. A falta de Infra-estrutura têm afastado diretores, funcionários e até mesmo alunos das nossas escolas, esta situação é emergencial e grave, necessitando ser tida como prioridade da REDE para o momento.

As indicações, 1.3.8., 1.3.10 e 1.3.20., são medidas que vêm de encontro as propostas políticas e pedagógicas da Educação no Município, seguindo os apontamentos da organização interna e externa da escola, interação escola x comunidade e transparência nos processos educacionais.

As proposições, 1.3.9., 1.3.12., defendem uma escola na qual a formação é para todos, em tempos e horários que se fizerem necessários. Com tempos de informação e formação para a comunidade que deve se apropriar do espaço público, fazendo uso do mesmo como deve ser. Estes tempos e espaços não são dias letivos, são espaços criados pela própria comunidade com o apoio da SEDUC visando a ampliação do conceito de escola pública.

O ponto 1.3.14., é claro; o aluno deficiente tem direito a educação de qualidade, com apoio da escola, da família, de instituições que se fizerem necessárias, da SEDUC e dentro de sala de aula tem o direito de não se sentir jogado, a quantidade de estagiários por escola tem que ser a mesma quantidade de alunos que necessitam desse acompanhamento.

- 109. 1.3.1 Permitir e dar suporte para parceria entre Escolas e iniciativa privada.
- 110. 1.3.2 Estabelecer parceria entre Escolas e ONG's.
- 111. 1.3.3 Ampliar a concessão de atuação dos professores PEB I ou PEB II em quaisquer ciclos, desde que habilitado, entendendo que o foco da Educação é a aprendizagem.
- 112. 1.1.4. ENVIADA PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA
- 113. 1.3.5 ENVIADA PARA FINANCIAMENTO.
- 114. 1.3.6 ENVIADA PARA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO
- 115. 1.3.7 ENVIADA PARA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO
- 116. 1.3.8 Organizar para a Rede um instrumento (Ficha ou boletim) de acompanhamento da vida escolar do aluno pela família.
- 117. 1.3.9. ENVIADA PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA
- 118. 1.3.10 ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
- 119. 1.3.11. ENVIADA PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA
- 120. 1.3.12 ENVIADA PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

- 121. 1.3.13 ENVIADA PARA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO
- 122. 1.3.14 ENVIADA PARA INCLUSÃO
- 123. 1.3.15 Garantir o acesso à Internet a todas as Escolas da Rede.
- 124. 1.3.16 ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
- 125. 1.3.17. ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
- 126. 1.3.18 ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
- 127. 1.3.19 ENVIADA PARA FINANCIAMENTO
- 128. 1.3.20 Promoção de arborização do Bairro e da Escola através da distribuição de mudas por parte da Secretaria de Meio Ambiente às Escolas.

E. M. GIOVANINI GIODI

JUSTIFICATIVA: O elevado número de alunos em sala de aula está comprometendo o processo de ensino e aprendizagem das escolas da região que apresenta uma grande defasagem sócio-econômico-cultural.

Sugerimos a utilização da Escola do Morro Redondo para solucionar o problema

- 129. Redução do número de alunos por sala na Região Vargem das Flores
- 130. (SUPRIMIDA)

E.M. SANDRA ROCHA

Em caráter de urgência:

- 131. Garantir o atendimento integral aos alunos de risco social oferecendo atendimento com especialistas (estagiários específicos – psicólogos, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, etc);
- 132. Manter equipe multidisciplinar nos núcleos para atendimentos contínuos nas unidades escolares, atendendo inclusive aos familiares;
- 133. Garantir o tempo pedagógico e implementar mais um tempo flexível para todos os professores, com o objetivo de viabilizar a

continuidade dos projetos propostos, pela escola, evitando, com isto, o desvio apenas dos professores dos projetos para cobrir eventuais faltas.

ENSINO MÉDIO

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

A educação tem como finalidades sociais: a formação humana em seus múltiplos aspectos, contemplando as dimensões: científica, tecnológica, cultural e ética; o estabelecimento de relações com a prática social e o vínculo necessário com o trabalho; a articulação do componente individual e o social; a promoção da criatividade e o desenvolvimento de um pensamento autônomo e crítico.

Em consonância com a LDB 9394/96, o ensino médio, etapa final da Educação Básica, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

Os educadores e educandos são seres históricos e sociais; educam-se na e pela atividade consciente que realiza a mediação da relação entre o sujeito e o mundo objetivo; devem conhecer e saber interpretar o mundo em que vivem, mas também, e, sobretudo, saber nele atuar e transformá-lo. Portanto, é preciso reconhecer a natureza construtiva do processo de formação continuada dos educadores e a importância do trabalho coletivo na organização do trabalho escolar.

As propostas curriculares do Ensino Médio necessitam reconhecer os processos formativos que caracterizam o tempo da(s) juventude(s). No entanto, a organização curricular é um processo dinâmico, aberto e formativo. As mudanças curriculares não dependem simplesmente de alterações de conteúdos, dependem de condições políticas e administrativas, materiais e da formação dos educadores.

2. AVANÇOS:

A I Conferência Municipal de Educação apresentou como principal diretriz para

as políticas públicas de Ensino Médio e Educação Profissional o desenvolvimento de ações objetivando o fortalecimento da FUNEC especialmente pela intensificação da formação profissional. Nesta direção se destacam as seguintes ações já executadas pelo poder público municipal:

- Garantia do acesso ao Ensino Médio: ampliação do atendimento diurno (500 vagas) em 4 novas unidades: Centec II – Hibisco, Industrial II (Maria do Amparo), Xangri-lá e Tropical; Transparência e democracia na matrícula e transferência dos alunos; Parceria com Governo Federal e Estadual para distribuição de livros didáticos aos alunos.
- Manutenção dos cursos técnicos e implantação do Curso Técnico integrado ao Ensino Médio: Curso de Química Industrial em parceria com o CEFET/MG;
- Inclusão das pessoas com deficiência e doentes crônicos: A Portaria 2940/2006 assegura o direito de vaga aos deficientes em uma das Unidades da FUNEC, no Ensino Médio, na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos.
- Regularização Administrativa e Profissional da instituição: Realização de dois Concursos Públicos com a nomeação dos Trabalhadores em Educação; regulamentação do processo de contratação dos profissionais através de Processos seletivos simplificados; Implantação do novo Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação da FUNEC, aprovado pela Lei 3983/2006; encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público garantindo a transparência e publicidade dos atos da Fundação e aprovação da Lei Complementar 030/2006 que dispõe sobre a nova organização administrativa da FUNEC.
- Investimento nas ações educativas e na formação continuada dos educadores: Incentivo aos trabalhos de Campo e Projetos de trabalho com repasse de recursos pelos Caixas Escolares; Seleção dos coordenadores de área; Projeto de formação “juventudes, Trabalho e Cultura”; Curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos, promovido pelo CEFET e subsidiado pelo MEC; Projeto “Janela para o Trabalho” com atividades de extensão, também com o CEFET/MG; formação continuada dos dirigentes escolares.

- Democratização da gestão da FUNEC: Implantação dos caixas escolares e repasse financeiro para as unidades; Constituição do Conselho Fiscal na nova estrutura administrativa da FUNEC; Implantação dos Conselhos Escolares.
- Promoção de ações intersetoriais que articulam a formação da juventude: incentivo às manifestações artísticas e culturais por meio dos Festivais Contarte; implantação do Coral Allegreto Cantalyn; Calouradas; Jornal VCTB elaborados pelos estudantes; parceria na promoção dos Programas Pro-Jovem, Juventude Cidadã, Segundo Tempo e Escola de Fábrica.

Novos desafios estão colocados a exigir novas proposições.

3. PROPOSTAS:

134. Buscar alternativas de articulação interinstitucionais que assegurem o atendimento ao Ensino Médio em Contagem, especialmente junto à Secretaria Estadual de Educação e o Ministério de Educação;
135. Instituir uma comissão com os diferentes segmentos para discutir critérios de ingresso de estudantes na FUNEC;
136. Investir na construção dos projetos político-pedagógicos das Unidades Escolares da Fundação;
137. Reorganizar os tempos escolares, sem prejuízo da formação do aluno, a fim de assegurar o trabalho coletivo dos educadores;
138. Possibilitar a formação dos docentes no sentido de compreender a(s) juventude(s) como tempo específico de formação humana;
139. Reestruturar coletivamente as propostas curriculares do Ensino Médio de acordo com os saberes necessários a formação da(s) juventude(s);
140. Organização de fóruns na FUNEC, com temas diversos, de acordo com as necessidades e demandas do corpo docente, discente e técnico- administrativo;
141. Revitalizar os espaços escolares favorecendo as práticas de lazer e bem-estar assim como o desenvolvimento das ações educativas por meio de laboratórios bem equipados e materiais pedagógicos diversificados;

142. Construir proposta pedagógica a fim de redimensionar o atendimento nas bibliotecas escolares;
143. Informatizar as unidades de ensino com acesso à rede Internet;
144. Alterar Regimento Interno da FUNEC;
145. Fortalecer os grêmios escolares;
146. Implementar um programa de avaliação e acompanhamento das ações da FUNEC.

4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Na base da construção de um projeto unitário de educação integral dos trabalhadores que supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido: *a) ontológico*, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos; *b) histórico*, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e prática produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produz novos conhecimentos.

Pelo primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo à medida que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio.

Pelo segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na educação básica na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Com este sentido, enquanto também organiza a base unitária de conhecimentos gerais que compõem uma proposta curricular, fundamenta e justifica a formação específica para o trabalho produtivo.

A essa concepção de trabalho associa-se a concepção de ciência: conhecimentos produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, como resultados

de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais.

A formação profissional, por sua vez, é um meio pelo qual o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos.

Um processo educativo emancipatório será aquele que permita ao jovem e ao adulto compreenderem, partindo da leitura crítica das condições e relações de produção de sua existência, a dimensão ontocriativa do trabalho. Trata-se de entender que os seres humanos criam e recriam, pela *ação consciente do trabalho*, pela cultura e pela linguagem, a sua própria existência.

Portanto, a educação profissional é um direito subjetivo dentro do sistema dos direitos humanos fundamentais. Embora não seja explicitamente reconhecido pelas leis brasileiras, ele é naturalmente decorrente do conteúdo do direito à educação e do direito ao trabalho socialmente útil e digno, instrumentos fundamentais à proteção e realização do trabalhador como ser humano.

Para que a educação profissional se realize como efetivo direito humano, é preciso, porém, empreender a luta pelo desenvolvimento da consciência social deste direito e cobrar do Estado sua responsabilidade. Assim, é necessário implementar uma política de educação profissional que efetivamente ajude a desconstruir a concepção credencialista e mercantil que se tornou dominante. Ao fazê-lo, se empreende a busca do reconhecimento e da legitimação dos trabalhadores como sujeitos de direitos. Isso implica:

- Superar o paradigma educacional dual, cuja matriz fundamental se encontra na divisão social do trabalho, no fato histórico das sociedades divididas em classes sociais.
- Articular os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos; ciência, cultura e trabalho; pensar e fazer; refletir e agir – é que dão sentido à verdadeira democratização da escola.
- Estimular no indivíduo o crescimento intelectual, científico, cultural e social, atendendo às necessidades de formação para o trabalho;
- Propiciar conhecimentos técnicos e metodológicos relativos aos contextos de atuação profissional;

- Formar pessoas com sensibilidade social, críticas de seu tempo e inovadoras, com ânsia de superar os fatores que impedem o processo de emancipação social.

5. AVANÇOS:

O investimento municipal na Educação Profissional é, ainda, incipiente. Temos aproximadamente 1000 matrículas nos cursos técnicos desenvolvidos pela FUNEC, quais sejam: Informática, Administração, Contabilidade, Enfermagem, Patologia Clínica, Química Industrial e Segurança do Trabalho.

No entanto reconhecemos que é preciso coordenar as políticas e programas de educação profissional com as de desenvolvimento tecnológico, econômico e social e isso requer que se estabeleçam estreitas relações com as políticas dirigidas ao trabalho e ao emprego.

Nesta direção realizamos uma reforma administrativa na Fundação introduzindo a Coordenadoria de Educação Profissional no intuito de potencializar a aproximação com o setor produtivo local, por meio da Diretoria de Desenvolvimento e Inovação e da Diretoria de Extensão. A partir desta reestruturação temos realizado ações que articulam a formação profissional da FUNEC com o desenvolvimento local e projetam a instituição no cenário Estadual e Nacional. São elas:

- Implantação do programa piloto de ensino médio articulado ao técnico em parceria com o CEFET/MG: curso de Química Industrial Integrado na Unidade Centec;
- Implantação do Curso de Qualificação de Gestão em Pequenos Negócios, de 200 horas, na Unidade Industrial II;
- Implantação do Curso de Segurança Pública, de 700 horas, para a formação inicial dos Guardas Municipais de Contagem;
- Participação no Projeto Juventude Cidadã com o desenvolvimento de 7 cursos de qualificação profissional para a juventude nas áreas de Gestão Fiscal, Segurança do Trabalho e Almoxarifado;
- Gestão do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq): Fruto do consórcio entre as prefeituras de Contagem, Nova Lima, Ibirité e Betim, o Planseq é um projeto de Qualificação para trabalhadores desempregados

com cursos nas áreas de Construção Civil, Metal-Mecânica, Transporte e Logística.

- Promoção de pesquisas junto ao setor produtivo para levantamento das necessidades de formação profissional;
- Promoção de relações de intercâmbio com o setor produtivo do Município visando o estágio dos alunos.
- Ampliação do número de vagas em estágios dos cursos técnicos e Médio junto a Prefeitura Municipal.
- Realização, em Contagem, da Conferência Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais com a participação de 500 delegados representantes das escolas técnicas mineiras;
- Participação na I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, com a apresentação do trabalho: "Educação Profissional, formação da juventude e desenvolvimento local: a experiência de Contagem/MG".

6. PROPOSTAS:

147. Fortalecer a Instituição FUNEC com novas oportunidades de formação profissional e tecnológica;
148. Implantar, em 2008, três novos cursos integrados nas Unidades Riacho, Inconfidentes e Centec;
149. Investir numa nova concepção educacional para o ensino profissional, incentivando financeiramente projetos de pesquisa científica (social, humana ou tecnológica) que possibilitem inserção social / intelectual e crescimento do estudante do ensino médio e técnico;
150. Firmar convênios para co-apoiar a Prefeitura na ampliação da Educação Profissional;
151. Implantar conforme decreto federal 5.154/2004 a articulação entre educação técnico profissional de nível médio, com Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

152. Ofertar vários tipos de cursos de formação inicial e continuada: capacitação, atualização e aperfeiçoamento;
153. Propor na Comissão Municipal de Emprego a parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para implantação da agência pública de indução do desenvolvimento social e humano, que tem por objetivos: favorecer a ampliação das condições de emprego, trabalho e renda; apoiar processos de articulação institucional e de políticas econômicas e sociais; coordenar um sistema plural de espaços formativos; formar profissionais para a Educação Profissional; implementar a extensão cultural e tecnológica;
154. Organizar, junto à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social o Observatório do Trabalho, emprego e renda;
155. Credenciar a FUNEC junto a Delegacia Regional do Trabalho para o projeto Jovem Aprendiz;
156. Propor à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social gestão integrada do Núcleo de Qualificação Profissional do Centro Público de Economia Popular e Solidária;
157. Parceria com o MEC para a implantação do PROEJA: Educação de Jovens e adultos com formação profissional técnica.

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

No dia 29 de maio de 2007, o Sind-Ute Sub-Sede Contagem, realizou a Primeira Plenária dos Trabalhadores e trabalhadoras da FUNEC. A reunião aconteceu na Casa de Movimento Popular e contou com a presença de cerca de 150 pessoas, com representação de todas as unidades da FUNEC. Na ocasião, os presentes discutiram e deliberaram sobre vários pontos que consideram extremamente relevantes para o bom desempenho das funções nas quais estão investidos.

O fruto direto desta Plenária, foi a elaboração de um conjunto de propostas enviadas a Presidência da FUNEC (até o presente momento não respondido), materializando assim, as contribuições dos profissionais da Fundação que em seu dia-a-dia lutam para a construção de uma FUNEC democrática, transparente, adaptada ao seu tempo e menos suscetível aos “ventos fortes”

do campo da política, que tantas vezes colocou a instituição em um movimento pendular, gravitando entre o completo sucateamento e até mesmo ameaças de extinção.

Nestes termos, seguem as propostas:

158. Implementação do plano de carreira (leis Nº 3367/00 e Nº 3983/06). Os trabalhadores e trabalhadoras da FUNEC, assim como os da Rede Municipal, não se sentiram contemplados pelo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV - apresentado pela administração Municipal no dia 28 de maio de 2007. Consideraram um retrocesso a perda de direitos historicamente conquistados e a não implementação do plano previsto na lei Nº 3893/06;
159. Garantia de condições físicas e materiais para o desenvolvimento das atividades nas unidades. Vários professores relataram a situação precária de muitas unidades da FUNEC, denunciaram a existência de goteiras, buracos e má ventilação em salas de aula dentre outros problemas;
160. Assegurar em lei o financiamento da FUNEC. A plenária considerou necessária a construção de um dispositivo legal que garanta o financiamento da FUNEC, consolidando a Fundação como parte de uma política permanente para a juventude do município;
161. Revogação da instrução normativa Nº 002 de 26 de abril de 2007. Tal instrução impede a transferência dos trabalhadores e trabalhadoras em estágio probatório entre as unidades da FUNEC e da Rede Municipal;
162. Implantação da dispensa pedagógica nas unidades da FUNEC. Entende-se que diante da proposta de formação continuada em serviço iniciada recentemente nesta instituição, que tem como perspectiva a construção dos projetos político-pedagógicos das unidades, mais do que nunca torna-se imprescindível a existência de momentos coletivos de discussão nas escolas;
163. Redução da jornada de trabalho de 36h para 30h semanais dos trabalhadores e trabalhadoras do quadro administrativo da FUNEC;

164. Garantia do dia de curso para todos os professores e professoras. Vários professores da Fundação ministram mais de 30 aulas por semana, impossibilitando a existência de um dia de curso.

FUNEC TROPICAL

Nós, trabalhadores da educação, da FUNEC- Unidade Tropical, realizamos uma reunião entre diretor, pedagogo, professores, funcionários, representantes de alunos, enfim toda a comunidade escolar desta unidade, com a pauta referente à reivindicações para discussões na pré-conferência/conferência da educação que realizar-se-á no mês de novembro.

Detectamos alguns itens relevantes que ajudarão a concretizar e efetivar, melhorar e acrescentar no processo ensino-aprendizagem desta unidade e também em todas as escolas.

O objetivo desta reunião foi consultar, verificar as ansiedades dos educadores e alunos em pensar uma “Escola nova”, diferenciada, e principalmente de qualidade. Uma mudança, uma transformação que perpassa além dos conteúdos, por uma escola onde sejamos felizes, cidadãos críticos; onde os alunos, educadores vivessem uma verdadeira alegria escolar . ***Esta escola precisa possibilitar a formação do indivíduo, que lhe permita realizar-se (ter alegria) e poder atuar na sociedade modificando-a, superando as contradições e problemas que esta apresenta.*** (Snyders, George: Em busca da alegria na escola)

Discutiu-se muito nesta reunião uma escola autônoma, democrática, onde o coletivo está presente a todo momento.

Conforme Lucíola Licínio de C. P. Santos:

Quando as decisões pedagógicas relativas à seleção e organização do conteúdo, aos processos de ensino e de avaliação, à escolha do livro didático, formação de colegiado, eleições diretas, dentre outras, são tomadas coletivamente, com a participação dos educadores, alunos, comunidade, abre-se espaço para uma escola democrática.

Uma instituição que possibilite aos educadores espaços formativos, em que possa discutir a prática pedagógica de forma aberta, sem constrangimentos, sem censuras, oferecendo possibilidade de crescimento profissional.

Um espaço que se oriente por critérios pedagógicos voltados para uma educação inclusiva, para a formação do cidadão. Este espaço precisa vivenciar o currículo real, ou currículo em ação.

Uma escola com sala de aula democrática possibilita um clima de companheirismo.

Refletimos sobre o formar “redes”, com produção coletiva, reconhecendo todos os saberes existentes; precisamos enxergar os currículos existentes, dialogando com os programas oficiais, representantes de alunos / professores / comunidade e construindo um projeto político pedagógico que seja o espelho da escola / comunidade e necessidades específicas. É um processo desafiante, reconstrutivo e constante.

Conforme Moacir Gadotti:

O que importa é a prática de uma escola honesta, séria, amiga, companheira, com uma nova qualidade, uma escola que atenda às necessidades da criança, do jovem e do adulto, da comunidade, que aponte para o “bem viver”, isto é, para uma vida mais saudável, produtiva, sustentável e feliz.”

“ A mudança está conosco...

“A construção de uma nova sociedade não pode ser adiada para o momento da revolução ou da vitória eleitoral”.

Considerando as discussões teóricas que norteiam nossa prática, elencamos algumas medidas que podem contribuir para a democratização da escola e a melhoria da qualidade de ensino:

165. Prover, criar parcerias para aquisição de equipamentos, materiais pedagógicos necessários à uma boa qualidade no processo de ensino-aprendizagem (laboratórios química, física, matemática, materiais para biblioteca, salas ambientes: de leitura, de inglês, etc; TV, DVD, Data-Show, Som, materiais esportivos, etc)
166. Informatizar a unidade com computadores nas salas dos professores, biblioteca, secretaria, diretoria/pedagogia, para que o corpo docente e discente tenham acesso aos mesmos, inclusive com acesso à internet.

167. Ampliação de vagas para o diurno, aproveitando os espaços existentes
168. Implementação e garantia da formação continuada para os trabalhadores da educação, no local do trabalho, incluindo também oficinas.
169. Promover, garantir, assegurar cursos de atualização com as Universidades para os trabalhadores da educação.
170. Implementação e garantia de tempo pedagógico para educadores.
171. Criar espaços para o acesso de alunos portadores de necessidades especiais
172. Criar, priorizar infra-estrutura e formação dos educadores, para o cursos de Libras e Braille
173. Garantir e manter os espaços de lazer nas escolas;
174. Reorganizar os tempos escolares;
175. Implementar, assegurar, criar tempos escolares para Monitorias com professores das áreas Humanas e exatas e também profissionais especializados: como psicopedagogos, psicólogos, durante todo o ano escolar, no sentido de minimizar as deficiências existentes : cognitivas, psicológicas, físicas etc. Tempo extra classe=remunerado;
176. Garantir as reuniões por áreas;
177. Procurar, promover parcerias com empresas, Sesi, Senai, Senac, com o intuito de criar instrumentos para que os alunos do ensino Médio, possam ter acesso à estágios remunerados.
178. Ampliação de estágios para os alunos do Ensino Médio, junto à Prefeitura Municipal de Contagem;
179. Garantir, com urgência, passe livre para estudantes;
180. Criar parcerias para a garantia de Merenda escolar para o Ensino Médio;
181. Garantir autonomia para as escolas na construção do Projeto

Político Pedagógico;

182. Estender, ampliar, promover parcerias para efetivação de excursões, teatros, parques, enfim espaços culturais extra-classe.

E.M. IVAN DINIZ

183. Melhorar a qualidade do ensino e o estímulo dos estudantes para irem e permanecerem nas escolas dando novo significado, novo sentido para a vida escolar.

184. Oferecimento de Ensino Médio diurno

E.M. GIOVANINI CHIODI

JUSTIFICATIVA: A maioria dos(as) estudantes da EJA no Ipê Amarelo é constituída de adultos que buscam um processo de escolarização que atenda peculiaridades como a formação mais rápida e flexível. Muitos trabalham e desejam dar continuidade na formação escolar no Ensino Superior.

185. Implantar a EJA na modalidade do Ensino Médio

E.M. BENEDITO BATISTA

186. Aproximar- urgentemente -a Proposta Pedagógica da FUNEC com a Rede Municipal de Educação.
187. Ampliar a realização de eventos científicos, culturais e artísticos para a Rede e para FUNEC, incentivando os alunos e as escolas com divulgação na mídia Estadual e Nacional.
188. Garantir o acesso à Internet a todas as Escolas da FUNEC.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente, é uma modalidade educativa com características próprias. Tem como pilar constitutivo o legado da educação popular - centralidade no sujeitos, flexibilidade de atendimento, comprometimento com a mudança social. Não obstante, a partir de meados da década passada, a EJA foi aos poucos sendo incorporada aos sistemas regulares de educação, que criou uma tensão: por um lado, a EJA passou a contar com estruturas (financeiras e técnicas) e visibilidade que até então nunca foram ofertadas para esse campo; por outro lado, existem discrepâncias entre o sistema “regular” e a EJA - estruturação rígida, formalismo, com acentuada atenção aos sujeitos-educadores, etc. - que podem alijar da mesma sua originalidade.

A Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Contagem passou por profundas transformações desde a I Conferência Municipal de Educação, ocorrida em 2005. Emanou-se dessa conferência, por parte das várias comunidades escolares ali representadas, a firme convicção de assunção da EJA municipal como um *direito* a ser consolidado, além de necessidade urgente de transformá-la *“em uma ação afirmativa, inclusiva, superando a concepção supletiva e seriada da Correção de Fluxo”* (Cadernos da Conferência).

Para além do compromisso público assumido pela atual gestão, em acampar, as deliberações construídas e consolidadas na conferência supracitada, foi de fundamental importância, para a efetivação da transformação proposta, a discussão “acumulada” precedente entre gestores, educadores/as, educandos e sindicato, que encontrou seu apogeu durante o ano de 2006.

Em consonância com os movimentos e as discussões mais vanguardistas da EJA, na esfera nacional - com especial destaque para o Movimento Nacional de Fóruns de EJA (www.forumeja.org.br) - foi organizada uma documentação própria, alicerçada nos construtos das discussões realizadas e das propostas aprovadas em conferência, com o propósito (alcançado no início do corrente ano) de regulamentar a EJA em Contagem.

Não obstante, o novo desafio posto para os sujeitos da EJA municipal (educadores, educandos, gestores, colegiados, etc.) é avançar, tanto no sentido ampliar o atendimento educacional para as camadas mais desfavorecidas e historicamente alijadas dos processos educativos formais, como garantir a permanência e a qualidade (socialmente referenda) dos educandos.

Assim, urge pensarmos (coletivamente) em estruturas de funcionamento do processo educativo que garantam (ou possibilitem) o acesso e a permanência de jovens, negros, mulheres, profissionais do sexo, donas-de-casa, trabalhadores noturnos, entre outros, que compõem esse grande “mosaico” de credores da dívida social que o Estado Brasileiro criou e fomentou durante séculos. Em suma, esclarecemos que não defendemos um processo educativo com características propedêuticas ou compensatórias, que visam simplesmente diminuir as enormes taxas do analfabetismo. Ao contrário, queremos uma “escola” que respeite as condições sociais do jovem e adulto trabalhador, cujas estruturas, formas de organização, conteúdos, currículos e metodologias tenham como eixo principal, o mundo do trabalho no sentido ontológico da construção humana. Um projeto em que todos e todas possam participar e não apenas que tenham acesso, atendendo de fato aos desejos da maioria que dele participam.

Além disso, a EJA deve contribuir positivamente para a elevação do grau do “letramento” da cidade, ao debruçar-se e propor políticas indutoras e “afirmativas” de elevação de escolaridade destinadas aos pais e mães dos educandos do ensino fundamental para crianças, adolescentes e jovens. Contudo, um projeto de EJA não deve ser medido apenas pelo conhecimento socializado, mas pela solidariedade humana, pela consciência social, política e democrática.

A guisa de conclusão, de forma propositiva ao debate apresentado, elencaremos a seguir as propostas circunstanciadas construídas e/ou debatidas pelo núcleo de EJA da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura (SEDUC).

2. PROPOSTA

189. Incremento e ampliação dos programas de inclusão social aos educandos da Educação de Jovens e Adultos.

Justificativa: Dada a especificidade etária dos seus educandos e ao fato da

EJA, em Contagem, ser predominantemente efetivada no período noturno, algumas ações da SEDUC – no sentido de qualificar e oportunizar melhores condições de aprendizagem para todos e todas, indiferente da condição financeira, física e mental dos educandos – não atenderam, a contento, os educandos da EJA. Ampliação do Programa “Sem Limites” e do programa “óculos para todos” ao noturno; atendimento do ônibus escolar às escolas noturnas e funcionamento (e maior articulação) de serviços públicos de outros setores da prefeitura (saúde, meio ambiente, desenvolvimento social, etc.) são alguns exemplos visíveis. E ainda contemplar essa modalidade com outras ações que venham a ser implementadas que visem às concepções da inclusão social.

190. Ampliação do Atendimento da EJA, em turnos diferentes do noturno.

Justificativa: Acreditamos que para a efetivação do direito à educação de jovens e adultos, que se efetiva ao longo da vida (como referendado na Declaração de Hamburgo), os sistemas escolares e as temporalidades institucionais devem estar a serviço dos sujeitos e não ao contrário. Sendo assim, a concepção expressa nos *“Cadernos da EJA”* - documento norteador da política educacional de EJA de Contagem: *“A abertura de turmas de EJA também nos turnos da manhã e da tarde para efetivar o direito daqueles e daquelas que, pelas imposições da vida, não podem freqüentar o noturno (vigias, porteiros, trabalhadores do comércio, bares, restaurantes, mães, etc.)”* deve-se tornar eixo basilar da política municipal. Para tanto, deve-se romper com a lógica imperante da “demanda pouco expressiva de jovens e adultos”, imputando aos sujeitos estigmatizados pelo analfabetismo ou pela baixa escolaridade, a responsabilidade – desconsiderada “irresponsavelmente” pela esfera estatal – por reivindicar e/ou efetivar o seu direito à educação. Sucintamente, o poder público deve garantir a oferta de EJA em outros horários, indiferente da demanda primeira, afim de (re)construir uma “cultura” determinista de EJA sinônima de “noite”. Ainda indicamos a atenção a alguns pontos específicos quanto a estrutura para garantir o funcionamento:

- Garantir merenda escolar a todas as unidades e espaços alternativos onde funcionam a Educação de Jovens e Adultos;
- Viabilizar a disponibilização de material didático e para-didático para educadores e educandos na EJA.

191. Promover políticas intersetoriais entre Educação de Jovens e Adultos e várias áreas: Saúde, Assistência Social e Cultura, visando atender o jovem e adulto em sua integralidade.
192. Assegurar formação continuada em serviço, para educadores da rede municipal, enfatizando práticas pedagógicas que dialoguem com o cotidiano escolar.
193. Implementação de um programa de Inclusão Digital para os/as educadores/as das escolas do município

Justificativa: Dada a sua relevância, a inclusão digital é um tema para ser apresentado e discutido em todos os seguimentos da sociedade, inclusive em sala de aula. É indispensável que o/a professor/a leve seus educandos a conhecerem melhor e a fazer uso das novas tecnologias para propiciar um ensino mais eficiente e contextualizado.

Para tanto, é importante instrumentalizar os/as educadores/as para que possam desenvolver outras práticas educativas na escola. Entretanto, estamos diante de um quadro de 40% dos professores não sabem utilizar do computador. (dado apresentado pela questionário aplicado Secretaria no Aprova Contagem).

Por isso, é de essencial necessidade reafirmar o compromisso com o direito à formação dos/as educadores/as, reconhecendo a importância de criação de espaços permanentes de (re)construção do conhecimento. Buscando desse modo, propiciar aos/as professores/as momentos de troca de experiências, partilha de saberes e também reflexão e repensar acerca da prática pedagógica com as novas tecnologias..

Para tanto, é de fundamental importância (re) significar o uso das novas tecnologias digitais para produzir novas possibilidades de uso desses instrumentos como novas estratégias de aprendizagem. Para permitir essas mudanças, precisamos adotar uma série de processos de forma a garantir a construção de um fazer pedagógico diferente e eficiente. Não basta só equipar a escola, dar cursos rápidos aos professores de uso de equipamentos e software educativos. É necessário ajudar a construir habilidades para a utilização **criativa e crítica** desses novos equipamentos no cotidiano escolar. Assim, um novo ambiente de aprendizagem pode ser formado, mudando a ação pedagógica, associando o conhecimento teórico a prática, proporcionando uma transformação da ação.

O estudante pode deixar de ser um simples receptor para tornar-se, também, responsável pela sua própria formação.

E. M. MARIA DO CARMO ORECHIO

A educação brasileira, nas últimas décadas vivenciou uma série de reformas que oportunizaram reflexões, conflitos, discussões e mudanças. Dentre elas podemos destacar: a mudança nos modelos de gestão educacional, a organização e articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, o financiamento educacional, o acesso e a permanência das crianças e adolescentes no sistema educacional, a formação continuada em serviço dos profissionais da educação, o redimensionamento dos espaços educativos, a readequação dos quadros funcionais, a ampliação das redes de interação entre o poder público e os cidadãos, o redesenho do currículo escolar entendido como o conjunto de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da escola e do sistema educacional, mas principalmente o reconhecimento e o fortalecimento das diversidades humanas.

Diante das evoluções ocorridas na educação como um todo, e dentro das necessidades de mudanças e que propomos para a E.J.A.:

194. Estender a verba para o trabalho de campo (olhar diferenciado para o trabalho de campo para E.J.A., que pelas necessidades desta modalidade tem que acontecer aos finais de semana e consequentemente serem considerado dia letivo).
195. Aquisição de materiais didático-pedagógicos para os alunos da E.J.A.;
196. Estender a inclusão aos alunos da E.J.A. efetivamente (encaminhamento e acompanhamento dos educandos da inclusão com profissionais habilitados como: Psicólogos, Fonoaudiólogo, Oftalmologista, Assistente Social, entre outros).
197. Distribuição de óculos gratuitamente.
198. Acompanhamento de um intérprete para os alunos mudos/surdos. (instrutor de Libras).
199. Tempo pedagógico com dispensa, para planejamentos, projetos entre outros;

200. Livros adequados ao público da E.J.A.
201. Kit de materiais para os alunos;
202. Segurança noturna constante: guarda municipal que fique na escola no período de aula;
203. Verba extra para recursos destinados as oficinas pedagógicas, ex: tapeçaria, dança de salão, pinturas, teatros etc.

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

Nos dias 12 de abril e 09 de maio de 2007, os trabalhadores e trabalhadoras da Educação de Jovens e Adultos, reuniram-se na Casa de Movimento Popular de Contagem, para a realização de duas plenárias, convocadas pelo SindUTE Contagem, cujo objetivo era o de discutir os principais problemas enfrentados nesta modalidade de ensino e construir coletivamente propostas para a sua devida solução.

Em ambas as plenárias, estiveram presentes representantes da maioria das escolas que ofertam para as suas respectivas comunidades a EJA, sendo que no segundo encontro, as escolas também enviaram representação de alunos, tornando os debates ainda mais profícuos.

Na maioria das análises, ficou patente o descontentamento tanto dos trabalhadores (as) em educação quanto dos alunos em relação à forma como a modalidade hoje é organizada, seguindo em seus aspectos estruturais, o mesmo formato do Ensino regular.

Nesse sentido, e tendo como escopo à melhoria efetiva da educação ofertada no Município de Contagem, visando ao pagamento da histórica dívida acumulada pelo poder público em relação aqueles que foram arremessados no obscurantismo do completo analfabetismo ou do analfabetismo funcional, é que foi consubstanciando um conjunto de propostas que refletem o compromisso de trabalhadores (as) e alunos (as) da EJA, com a mudança, a emancipação e a qualidade do ensino.

Nestes termos, seguem as propostas:

204. Aumento do quantitativo de profissionais da EJA para, no mínimo 1.8 profissionais, respeitando-se o projeto da unidade escolar e contemplando todas as disciplinas previstas na LDB com seus

- respectivos especialistas, além de intervenções diversificadas;
205. Redução da média por sala de 30 para 25 alunos;
 206. Garantia de autonomia da escola para planejamento e formação profissional respeitando o percentual previsto na legislação vigente, de modo a favorecer tempo adequado para elaboração do projeto da escola;
 207. Organização de seminários semestrais entre todas as escolas da EJA para formação, socialização e trocas de experiências entre profissionais, organizados com a participação da SEDUC;
 208. Garantia ao acesso à educação de mães trabalhadoras que não têm com quem deixar seus filhos, através da implantação de "cirandas infantis" nas escolas concomitantes ao seu horário de estudo, com profissionais qualificados para a atividade ampliando o horizonte de inclusão e em atendimento ao projeto da escola;
 209. Abertura da modalidade da EJA em outros turnos de acordo com a demanda da comunidade;
 210. Garantia de implantação de laboratórios de informática nas escolas, com acesso à internet, atendendo jovens e adultos;
 211. Oferecimento de merenda para alunos da EJA na entrada (com lanche) e no meio do turno (com alimentação reforçada);
 212. Garantia de materialidade para a EJA, com reestruturação do acervo da biblioteca e disponibilização de jornais e revistas de áreas específicas e gerais, além de materiais adequados para oficinas previstas em projetos;
 213. Oferecimento progressivo de formação profissionalizante aos alunos da EJA;
 214. Implantação de formatos diferenciados de organização da EJA com vistas a atender potenciais alunos que não podem se matricular em cursos presenciais;
 215. Disponibilização de segurança nas escolas noturnas via presença ostensiva da Guarda Municipal, principalmente nas entradas e saídas dos turnos, em que o número de assaltos, furtos e ocorrências de

ordem policial vêm crescendo;

- 216. Transparência na aplicação dos recursos da EJA ;
- 217. Flexibilização da carga-horária dos alunos trabalhadores;
- 218. Garantia da estrutura administrativa da escola no período da noite como secretaria e biblioteca;
- 219. Garantir profissionais na EJA num tempo mais imediato, evitando transtornos ao trabalho coletivo;
- 220. Garantir acompanhamento sistematizado aos alunos de inclusão por profissionais qualificados nesta;
- 221. Viabilizar o acesso dos alunos da EJA ao Ensino Médio;
- 222. Garantir aos alunos da EJA ensino de qualidade, condições de acesso e permanência no ensino médio, conforme LDB;
- 223. Garantir política pública para qualificação profissional;
- 224. Garantir formação continuada para educadores da EJA;
- 225. Ampliar o quadro de profissionais efetivos na EJA.

E.M. GIOVANINI CHIODI

JUSTIFICATIVA: Muitas mães de família desejam iniciar e/ou retomar os estudos, mas não podem freqüentar a Escola à noite porque tem filhos pequenos. Existem também na comunidade profissionais das categorias de vigias e seguranças que atuam no trabalho noturno.

- 226. Implantar a EJA na modalidade do Ensino Fundamental no período da tarde.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

Valorizar os profissionais da educação e formá-los são exigências posta pelo contexto contemporâneo enfrentado pela educação básica no Brasil em que avanços se consolidam em meio às novas questões que, ao se materializarem, redesenham velhos desafios.

Nos últimos anos, como atestam as pesquisas educacionais, avançou-se no atendimento universal ao público escolar:

- Ampliou-se o número de vagas e se diversificou a oferta em níveis e modalidades mais próximas e circunstanciadas a determinados recortes específicos dessa população (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação profissional);
- Intensificou-se a inclusão de pessoas com deficiência e se ampliou os espaços de inserção de todos na escola regular na compreensão de que o direito à educação exige a superação de preconceitos arraigados na sociedade brasileira (racismo, sexismo, misoginia e homofobia);
- Aprofundou-se a gestão democrática da escola pública com a criação de instâncias mediadoras de participação e decisão das camadas populacionais atendidas no entorno escolar (eleições diretas e democráticas para diretores, assembleias e colegiados escolares);
- Criaram-se políticas públicas intersetoriais na consolidação de uma rede social para promoção da permanência dos alunos com histórico intergeracional de fracasso escolar (programas de geração de renda associados à escolarização infanto-juvenil, re-inserção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal ou social na escola, ações da sociedade civil ou do Estado de políticas culturais no combate à marginalização juvenil e de valorização de sua auto-estima);
- Implementaram-se ações de políticas educacionais de reordenamento da organização escolar na busca de superação do fracasso e da cultura da

repetência (os ciclos de formação, a reclassificação, os programas de aceleração de aprendizagem).

Esse conjunto de ações governamentais e da sociedade civil consolida e perspectiva a educação como direito de todos e, principalmente, daqueles que se encontram mais excluídos socialmente. A escola torna-se o lugar no qual pode vir a se consolidar uma política pública e social de atendimentos as demandas reprimidas de inclusão participativa não apenas nas esferas de consumo, mas, principalmente, nas esferas dos direitos sociais e políticos das quais parte dessa população se encontra historicamente excluída.

Essas alterações, entretanto, impactaram profundamente a sala de aula e o cotidiano escolar, pois demandam um educador não apenas sensível aos novos sujeitos que nela ingressam e que, mais ainda, devem nela ativamente permanecer numa carreira escolar que redunde num egresso mais capaz, mais educado, mas sujeito de direito. O que de fato vem a exigir uma retomada da concepção pública da escola não mais apenas em seus moldes mais tradicionais de transmissão de conhecimento e/ou formação cidadã com as quais se vinculam a Escola Republicana e a Escola de Massa.

Configura-se, portanto, uma necessidade premente de repensar não apenas o fim social da escola, mas de redesenhar sua configuração e de seus profissionais cujo eixo central é a inserção desse público na carreira escolar. Esse compromisso retoma a necessidade de que a escola venha a rever seus compromissos políticos e educacionais com um público não afeito à cultura escolar.

Valorizar os educadores, nesse contexto, ganha relevância não apenas para que se mantenham os “velhos” compromissos ainda pendentes, mas para que se possa garanti-los em um novo contexto em que novos atravessamentos colidem com as “velhas” identidades profissionais dos educadores a questioná-las.

Novas lógicas são necessárias serem incorporadas à valorização profissional para que, de fato, essas iniciativas consigam reverter um quadro de exclusão e fazer da inclusão não apenas um emblema, mas um articulador da inserção de alunos na escola com o intuito de que eles não apenas lá ingressem e permaneçam, mas que, ao terem os seus direitos garantidos, tenham acesso aos conteúdos histórico-socialmente relevantes em um cotidiano escolar significativo em que sua cultura, sua identidade, seus saberes e práticas sociais sejam reconhecidos

como relevantes.

Ou seja, não é possível democratizar o acesso e permanência dos alunos, e valorizar a cultura dos educandos sem compreender os impactos que essa dinâmica traz para a escola e a identidade profissional de professores, pedagogos e demais profissionais da escola.

É sobre esses princípios que a Secretaria de Esporte, Educação e Cultura (SEDUC) do município de Contagem finca suas estratégias de valorização por reconhecer não apenas o direito dos alunos a educação, mas o direito dos profissionais da educação a condições de trabalho, política salarial, carreira e formação profissional.

2. EM CONTAGEM

Pensar a gestão de trabalhadores em novos contextos educacionais e enfrentar os desafios de permanência dos velhos contextos é a empreitada a que se propôs a atual gestão municipal. Tendo, inclusive, de vencer uma cultura política marcada por resquícios do mau-uso da coisa pública (res+pública). Tornar público o controle do público e fazer com o que é de todos se torne um âmbito de participação democrática. Para que os interesses dos diferentes atores interfiram na constituição de uma arena não apenas para que se explicitem esses conflitos, mas que eles potencializam mediações de constituição do bem comum.

Trata-se de reconhecer a esfera do direito como espaço conflitivo não apenas de interesses, mas de projetos em disputa por reconhecimento na constituição de um espaço público democrático. Nesse contexto, a ação do Estado busca tornar possível essa relação entre as partes e se orienta não apenas na garantia da regras do jogo, mas na potencialização do próprio jogo ao favorecer o aquecimento dos antagonismos que movem os interesses divergentes. A intenção é potencializar as percepções entre os que disputam os recursos existentes para que se mantenham os direitos que lhes contemplem sem que se anulem as próprias condições de respeito a esses direitos. Tarefa árdua por se inserir numa dinâmica geradora de oposições, mas necessária para a continuidade das condições democráticas que devem permanecer dirimindo as arestas.

Um conjunto de ações foi implementado tendo em vista essa meta:

- Redução significativa do número de contratados na Rede Municipal;

- Programas de valorização profissional dos servidores vinculadas à formação em inicial e em serviço;
- Criação de novos cargos da Educação: nutricionista escolar, assistente de creche, agente de serviço escolar e auxiliar de serviço escolar;
- Manutenção de tempos coletivos de reunião dos profissionais de educação;
- 2094 trabalhadores nomeados representando 34% do Quadro Efetivo da Rede Municipal;
- Conclusão do Concurso Público 2002, com 2388 trabalhadores nomeados, sendo 961 vagas abertas no edital;
- 17 Processos Seletivos Simplificados realizados para contratação temporária, garantindo o princípio de impessoalidade;
- Implementação e procedimento transparente e de visibilidade pública para contratação dos trabalhadores através de chamada pública;
- Implantação do coletivo 1.5 no ensino fundamental e educação infantil;
- Ampliação do quantitativo de vice-diretores nas unidades de 03 turnos e escolha dos coordenadores dos Centros de Educação Infantil;
- Implantação de transporte escolar para trabalhadores em educação da Região de Vargem das Flores;
- Aumento do número de trabalhadores de função de natureza administrativa;
- Implantação do Programa de EJA e EJA com qualificação profissional, no município;
- Construção da Avaliação Continuada de Desempenho dos Trabalhadores em Educação tendo em vista o desenvolvimento e a valorização profissional;
- Elaboração do plano de cargos e vencimentos que cria um regime de progressão na carreira para os profissionais da educação.

Essas ações de valorização dos profissionais se inserem na dinâmica conflituosa de interesses anteriormente apontada. Crer ser a escola um espaço democrático de constituição dos seus agentes que lutam por sua melhoria e

referendam uma escola de qualidade é o que une a todos os interesses em disputa. Essa crença, entretanto, é apenas um ponto de contato entre o que move os interesses mais particulares e que se encontram subjacentes. O que alunos, pais e profissionais da educação entendem o que seja a escola e qual sua função é interpelado ao contrapelo desse consenso. Se ele bastasse, não haveria dissensões nas concepções e muito menos nas práticas sociais desses atores. O que pode provocar na escola e em seus atores sociais não apenas um sentimento de insatisfação por sua organização e objetivos alcançados, mas que pode fazer entrar em desacordo, inclusive numa dinâmica isolacionista, os diferentes sujeitos.

(Re)politizar o debate, afastar os interesses particulares que fazem com que os interesses privados se superlativizem e se sobreponham aos interesses públicos capazes de dar vazão aos embates não para que os conflitos se neutralizem, mas que ganhem corpo na garantia dos direitos.

É desse contexto que a formação de professores emerge como acesso a valorização dos servidores e na garantia de um olhar politizado sobre as práticas pedagógicas.

3. A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

Desde 2005, várias ações de formação estão sendo implementadas no Município de Contagem:

- Cursos de capacitação em educação inclusiva com ênfase em diferentes deficiências, cursos de atualização em convênio com a Fundação Helena Antipof, cursos de especialização (360 horas) com a PUCMinas e UEMG;
- Cursos de especialização em educação inclusiva com ênfase em sexualidade e gênero em convênio com a UEMG;
- Curso a distância em educação para a diversidade étnica-racial junto a PUCMinas e curso presencial de atualização sobre mesma temática na FaE/UFMG;
- Curso de alfabetização e letramento para os professores do primeiro e segundo ciclos em convênio com o CEAL/UFMG;

- Curso para os pedagogos da Rede Municipal com a UNA;
- Curso para o Terceiro Ciclo com o Observatório da Juventude da UFMG;
- Cursos para os secretários, auxiliares da secretaria e auxiliares de biblioteca;
- Curso para os profissionais da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Infantil tendo como o foco o atendimento educacional desses recortes geracionais;
- Cursos voltados para a formação em Educação Ambiental, Educação Afetivo-sexual e Educação Patrimonial.

Além dessas ações de formação continuada e em serviço, merece destaque a oferta do Veredas aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental que ainda não possuem curso superior — além do curso já ofertado junto a UNIMONTES. O intuito é garantir aos profissionais em atuação no magistério a formação inicial em nível superior. Essa ação, somada a exigência de habilitação para ingresso na carreira de professor municipal, visa atender o previsto na LDB acerca da formação inicial dos docentes.

O conjunto dessas ações, ao compor a parcela mais visível de um trabalho intenso de formação, torna perceptível o movimento vivido pela Rede de Contagem nos últimos anos. Os seus profissionais foram suscitados a pensarem sua formação inicial, sua inserção no local de trabalho e as relações mantidas por eles no exercício diário de suas funções. Os cursos, entretanto, são apenas as estratégias mais visíveis desse movimento formativo e que não devem se sobrepor a outras vivências e estratégias mobilizadas pela SEDUC, Núcleos Regionais e unidades escolares.

Outras ações de formação vieram a acontecer com o uso de outras estratégias de mobilização dos profissionais da educação da Rede Municipal. Essas ações buscam fortalecer políticas de atendimento a âmbitos educativos ou temáticas específicas e reconhecer a escola como espaço formativo em que os trabalhadores se mobilizam em seu local de trabalho.

- Acompanhamento escolar realizada pelas equipes dos Núcleos de Educação;
- Fóruns e seminários organizativos das políticas setoriais;

- Tempos coletivos nas escolas para formação;
- Verba de formação para cada escola..

Esse somatório de ações aponta claramente para uma concepção de formação centrada na valorização do profissional da educação e no reconhecimento da escola como espaço formativo que se materializa em dos movimentos simultâneos: por um lado, os eventos de formação como cursos e seminários servem para congregar os profissionais dispersos pelas várias unidades escolares no município; e, por outro lado, o acompanhamento e a formação na escola em seus tempos pedagógicos permitem que se aproxime com mais atenção do que se passa em seu interior e como melhor intervir nas questões que interessam à formação.

São as ações e as dinâmicas de formação aspectos que incorporam uma concepção de formação assentada em alguns princípios relevantes.

4. OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA FORMAÇÃO

Nos últimos anos, ganham maior relevância as concepções de formação cujo eixo articulador é a tematização da prática reflexiva para a formação profissional, principalmente o docente, numa dinâmica em que a reflexividade no mundo da vida e sobre ele torna-se o aporte privilegiado para a elaboração de um cotidiano mais permeável a um profissional a ser formado em sua imersão na prática cotidiana. É a partir desse âmbito de inserção que a eventualidade dos fenômenos emersos virão a interrogar os saberes já cristalizados e possibilitar, via reflexão, a constituição de outros saberes mais próximos a dinamicidade do presente.

Ou seja, o profissional reflexivo é o que intencionalmente orienta sua formação para uma ação que se inflete no momentâneo da articulação dos distintos vetores que atravessam a dinâmica da sala de aula e na qual saberes e práticas são mobilizados pelo docente para melhor articular os diferentes vieses na composição de um todo relacional que sustente o seu lugar como mediador das relações educacionais.

O profissional reflexivo se apresenta como um investigador de sua ação e do entorno em que se dá um aperfeiçoamento de sua formação ao tornar evidente o que até então permanecia tácito nos saberes profissionais. Assim, o profissional reflexivo torna-se agente de sua formação ao mobilizar estratégias formativas nas

quais “conhecer-na-ação” e a “reflexão-na-ação” são as dimensões operadoras nessa articulação entre o que se sabe e o que se pode vir a saber. A ênfase dessa perspectiva de formação é localizar na experiência do profissional o motor de auto-formação em que criatividade e inventividade aportarão novas estratégias elucidativas e críticas sobre os procedimentos adotados e possíveis facilitadores de novos procedimentos.

Não é possível desconhecer o mérito dessas contribuições às abordagens da formação em fazer-valer sua ação na qual a inventividade e a criatividade das práticas intencionadas tornam-se instrumentos possíveis para a reinvenção da prática pedagógica. Mas também não é possível desconhecer a crítica já elaborada a essa tendência e de como ela foi incorporada unilateralmente no Brasil como estratégia de formação e que fez perder de vista outras dimensões no debate.

O estatuto profissional da docência aponta para a luta histórica dos trabalhadores em educação pela profissionalização contra a “sacerdotização” e conseqüente precarização do trabalho do professor. Essa articulação indica que o exercício da docência é diferente da lida de outros profissionais, pois está sempre sendo alvo de novas políticas de formação que, a cada novo diagnóstico do fracasso escolar, propõe-se a instituir um novo estatuto profissional e uma nova carreira de formação para os educadores (docentes, gestores, coordenadores e apoio pedagógico). Uma “desprofissionalização” que funda-se na própria constituição da educação básica, posto que ao professor do ensino superior não se exige uma nova formação ou se questiona o seu estatuto profissional a cada avaliação porque passam as universidades brasileiras.

É com o professor da educação básica que a incompletude se revela por ser nesse segmento que a educação lida com o fracasso e atribuí-lo ao professor e ao seu pouco empenho ou à sua baixa reflexividade é afirmar o seu descompromisso profissional a ser reparado pelas políticas de formação. O que apenas só vem a comprometer o próprio prognóstico das políticas de formação que ao se apoiarem sobre uma análise culpabilizadora da docência não vêem os pólos dinamizadores que constituem a sua atividade. Ou seja, tornar o professor despossuído de saberes e de práticas formativas nada contribui com o debate sobre a formação, pois são esses os profissionais que respondem pela educação básica e que, mesmo em um contexto adverso, são eles os que reinventam

sua prática e criam um clima escolar favorável às mudanças educacionais. Os projetos de trabalho, o uso de novas metodologias, a criação de novos tempos e novos espaços para a docência, a instituição de outras práticas educacionais focadas na diversidade dos alunos demonstram que o professor e a escola se reinventam em sua sensibilidade para com as novas demandas educacionais.

É esse a concepção de formação que orienta as ações de formação da SEDUC e que faz com que sistematicamente afirme-se, cada vez mais, a necessidade de se reconhecer a escola como âmbito em que o professor se forma frente aos desafios enfrentados pelo coletivo de seus profissionais.

Sendo assim, incorporar na formação docente essa concepção é agregar à profissionalização da docência, além das dimensões já apontadas pela temática do professor reflexivo, outros elementos importantes na consolidação de uma estratégia de formação docente:

- Enfatizar o trabalho coletivo, pois a reflexividade não é uma ação isolada de apenas um professor, mas de um coletivo de professores que juntos elaboram saberes sobre sua ação e interferem solidariamente na organização do trabalho;
- Rearticular a relação entre teoria e prática numa outra consigna não mais excludente, nem hierarquicamente subalterna, pois essas duas dimensões são intrinsecamente necessárias na reflexividade para que não caiamos no praticismo e no teorismo acadêmico;
- Diversificar os momentos de formação para contemplar tanto os aspectos individuais de formação, como os aspectos mais globais e que afetam o conjunto de profissionais do mesmo ciclo ou escola;
- Orientar os tempos pedagógicos de formação em serviço quer no cotidiano da escola com os outros profissionais, quer em reuniões entre diferentes unidades escolares, como facilitadores de um melhor aproveitamento dos tempos de formação;
- Acentuar o compromisso político da educação como via de acesso a uma formação mais ampliada e articulada com as necessidades do educando e seu desenvolvimento;
- Ressignificar as condições nas quais se dão a reflexividade dos docentes, pois toda ação intencionada centra-se em sua organização praxica

tendo em vista a alteração dessas mesmas condições dadas a partir de uma intencionalidade posta.

Esse conjunto de elementos é importante para melhor caracterizar o uso da abordagem do profissional reflexivo em um contexto que supere as críticas já formuladas. É necessário materializar a reflexividade no chão sócio-histórico em que ela se dá para que não caiamos em um modismo que impõe ao professor um modelo de formação estranho as condições nas quais efetivamente a capacidade de refletir acontece. Qualquer desatenção a essa crítica pode nos fazer reduzir a formação a uma variante do modelo tecnicista por não observar os condicionantes das práticas docentes.

O ofício docente pressupõe uma *téchne* na arte de elucidar campos obscuros vividos pelos educadores. Uma perícia para lidar com as distintas variáveis em curso no chão da escola em que a sensibilidade do conjunto dos professores poderá reflexivamente aportar maior destreza no trato com a inclusão dos distintos sujeitos da educação básica em sua aprendizagem exigida pela escola.

5. A PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Estas propostas indicam caminhos a serem seguidos. Não como vias únicas. Mas como possibilidades de acesso às intenções aqui manifestas. Retomam propostas já consolidadas e buscam, tendo um caminho já percorrido, ver novas veredas e a superação dos obstáculos que se encontram.

- 227. Implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos;
- 228. Aproximar a formação do cotidiano da escola e do acompanhamento escolar realizado pelos Núcleos Regionais para que se articulem mais intensamente os processos de formação foras do âmbito escolar com aquele executado na escola;
- 229. Ampliar a verba destinada à escola para a formação a partir do envio de projetos contextualizados para a SEDUC;
- 230. Garantir uma formação específica aos níveis e modalidades da educação básica para o melhor atendimento das demandas inerentes a cada segmento;
- 231. Diversificar e ampliar as estratégias formativas;

- 232. Elaborar e ofertar ações formativas para os cargos de auxiliar de serviço, agente e assistente de serviço escolar;
- 233. Atualizar e diversificar o acervo da Biblioteca do Professor;
- 234. Melhorar a infra-estrutura dos espaços de formação em que se dão os cursos e demais eventos.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Garantindo à Nova Contagem uma educação democrática e de qualidade, uma vez que, o educador, trabalhando satisfeito proporciona à escola um trabalho de melhor qualidade.

- 235. Isonomia salarial para PEB I e PEB II; ter direitos à licença médica; vale transporte e etc. nas “dobras”; deferimento das mudanças de lotação, mesmo em estágio probatório; gratificação para quem trabalha na Região de Nova Contagem levando em conta a distância (tal como acontece com os profissionais da Saúde) e a violência da região; formação continuada a todos os profissionais da educação; garantia que tenham outros servidores para substituir outros nos casos de ausências por licença, mudança de lotação, exonerações dentre outros motivos.

JUSTIFICATIVA: Com uma política que traga tranquilidade e satisfação para os profissionais da escola é certo que o rendimento das mesmas será muito melhor inclusive compensando as distâncias das escolas (no caso de Nova Contagem).

- 236. Melhorar a qualidade da educação (Aumentar a quantidade de professores nas escolas; formação constante para os professores; acabar com as greves; ter professores com o perfil apropriado ao trabalho com a comunidade da região de Nova Contagem; acabar com as trocas de professores na região; aquisição/formação de profissionais para trabalhar nas bibliotecas e laboratórios de ciências e informática.)

JUSTIFICATIVA: Mais investimentos em educação passa por uma política que proporcione tranquilidade e satisfação para os profissionais da escola de modo que o rendimento dos mesmos seja melhor e compense as longas distâncias e jornadas de trabalho (no caso de Nova Contagem e das “dobras”).

237. Professores com perfil para trabalhar na região; pagar um salário mais digno aos professores; acabar com as greves; professores efetivos;

E. M. JOSÉ SILVINO DINIZ

JUSTIFICATIVA: Estabelecer condições justas de trabalho aos auxiliares de serviço escolar, de forma a não comprometer-lhes a saúde

238. Assegurar o número mínimo desses funcionários conforme critérios já estabelecidos legalmente. Repensar a tipologia.

JUSTIFICATIVA: Pois o PCCV ora apresentado para administração não contempla todas estas questões.

239. Garantir a implementação de um plano de cargos, carreira e vencimento que atenda a todos os trabalhadores em educação sem distinção e mantenha os direitos já adquiridos através de lutas.

JUSTIFICATIVA: Admitindo que o tempo é um dos principais fatores analisados quando se pensa no trabalho, tentemos repensar os tempos para o professor na escola. O uso do tempo como parâmetro pode ter várias análises que alteram o que pode acontecer com o trabalhador. Por quanto tempo um trabalhador trabalha? Quanto tempo ele gasta em ir para o trabalho? Podemos demonstrar que não há só trabalho no momento em que um trabalhador está no local, há o deslocamento, o levar trabalho para casa e outros que devem ser levados em consideração, para o repensar o aqui proposto.

Além disso, essa abordagem mais geral leva muito em conta o trabalho de produção de materiais sem contar os outros tipos. Queremos propor o trabalho de professor não como um ato produtivo de dar aulas, mas como um trabalho de criação próximo ao do artista.

Por mais que possamos analisar a produção pela quantidade de aulas, há várias outras abordagens a fazer. Nessa discussão em que podemos pensar uma dicotomia qualidade vs. quantidade, devemos analisar também as questões psicológicas deste ato de criação que é a aula. O prazer que um professor deve ter ao produzir a aula, o gosto que terá ao ver sua aula realizada, o momento de refletir sua ação, refletir os prós e contras antes e depois da aula. A reflexão e ação, que não passam de separações forçadas do que chamaremos de práxis

(todo discurso é uma ação e toda ação é um discurso).

O professor leva tempo para preparar a aula, que vai desde o escolher o assunto até a produção do material, passando pela criação da abordagem e atividades. Para isso é necessário tempo, reflexão e revisão, estudos etc.

Com a adoção do 1.5, pode-se dar mais tempo ao professor para o planejamento, diminuindo o tempo exigido para permanecer em sala.

Isso permitirá mais tempo para que o professor possa construir e preparar sua aula. Esse momento para nós é um dos mais importantes do trabalho como professor, é nesse momento que ele decidirá como lidar com o aluno na parte pedagógica, disciplinar, educativa e etc. Cada forma de aula trará novos desafios que tem que ser estimados antes da aula e também provir de uma reflexão de aulas passadas, tanto da vivência como professor como da relação específica em cada sala.

Quanto maior o tempo para isso, a princípio, melhor poderia ficar a aula como mais tempo para a avaliação do aluno e dos exercícios. Seria mudança de um parâmetro para proporcionar melhora do ensino, tendo em mente, é claro, que este não é nem de longe o único. Isso será importantíssimo para melhora das atividades diferentes das ditas regulares, como os projetos e aulas partilhadas. Para a última, iria proporcionar mais tempo para os professores se reunirem.

Isso porque até agora só falamos de planejamento da aula. Não podemos esquecer que o professor precisa avaliar o aluno e seus exercícios. O que demanda tempo. Para se fazer uma avaliação pessoal e qualitativa precisa-se de mais ainda.

E também todas as outras exigências e atividades “extra-classe” do qual o professor participa na escola: a organização política-pedagógica da escola, o atendimento à responsáveis e comunidade, o aperfeiçoamento pessoal, as questões de relação entre educadores (professores ou não) e estudantes. Um exemplo é a falta de tempo para o encontro entre quem está aqui para o embasamento, reflexão, discussão e proposição para essa conferência, isto interfere imensamente no funcionamento escolar, sendo primordial ao pensar o papel da escola e educação.

Nessa análise queremos mostrar que o trabalho do professor é imenso, com

várias atividades que não são contadas quando se pensa apenas no professor dentro de sala. Mais do que uma profissão, professor é um modo de vida, e a escola uma vivência, assim o tempo para a vivência dentro dessa instituição deve ser valorizada, não só contando o ministrar aulas, mas todas as outras exigências que se faz ao professor.

240. Aumento do tempo para planejamento para cada professor concomitante redução das horas semanais exigidas dentro da sala de aula.

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

A valorização profissional - termo genérico que figura no discurso de todos os políticos e que entretanto é esquecido na prática – é condição necessária para o alcance de uma educação efetivamente de qualidade, e se faz com um conjunto de esforços e medidas por parte do poder público, que vise conferir dignidade à trabalhadores e trabalhadoras em educação, através de um piso salarial condizente, de um plano de cargos e salários que promova e incentive o profissional a se qualificar, que garanta condições adequadas de trabalho, que franqueie o acesso de profissionais a um sistema de atendimento a saúde, entre outros.

Entretanto em nosso país, o que se assiste efetivamente é uma acentuada precarização da carreira docente e o acúmulo de uma dívida histórica no que concerne à valorização dos educadores(as). Como se não bastassem os aviltantes salários recebidos pelos profissionais do ensino, não são raros os relatos de aumento exponencial da violência no ambiente escolar e conseqüente agressão à educadores(as) e do progressivo adoecimento da categoria, acometidos com as mais variadas doenças funcionais físicas e psíquicas.

Agravando ainda mais a situação, soma-se ainda a esse quadro lúgubre, o cinismo das sucessivas administrações, que insistem em fazer dos planos de carreira (quando estes existem), letra morta. Além disso, e levando ao limite a desvalorização, encontra-se a tendência da terceirização, acatada entusiasticamente pelos governos, e que acumulam um saldo de denúncias, fraudes, uso indevido de dinheiro público, além obviamente de precarizar as condições de trabalho, com a implantação do regime celetista no interior do serviço público.

O município de Contagem é um reflexo direto dessa situação. Como se não bastasse o piso salarial rebaixado conferido aos trabalhadores(as), tendo em vista o porte do município, a atual administração, no início do ano desferiu um duro golpe na categoria. Contrariando acordos firmados em campanhas salariais e educacionais passadas, o executivo municipal enviou a Câmara de Vereadores, um novo projeto de plano de carreiras (PCCV), um novo projeto de Estatuto e também emendas a Lei Orgânica, representando em seu conjunto, a precarização do serviço público e a retirada de direitos do funcionalismo, historicamente conquistados.

Trata-se na verdade, de uma ampla e irrestrita REFORMA ADMINISTRATIVA de matiz neoliberal, trazendo graves prejuízos para o conjunto dos servidores, desde o início de sua vida laborativa até o seu final. É a face moderna do atraso, que em nome da eficiência e da qualidade do serviço público, desconsidera direitos, expectativas e projetos, daqueles que dedicam as suas vidas para servir de maneira adequada a população de Contagem.

Para nós do Sind-Ute Sub-Sede Contagem, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação – inserindo neste contexto os docentes, especialistas e funcionários de escolas – significa implantar políticas relacionadas a recuperação das perdas salariais acumuladas e da instituição de um piso progressivo e que fortaleça a carreira. Significa a implementação de um plano de carreiras que preserve direitos e avance em conquistas. Significa oferecer condições dignas de trabalho e segurança, formação inicial e continuada, além é claro de investir na saúde dos profissionais.

Por tudo isso e objetivando contribuir com o debate acerca do tema em questão, é que apresentamos nossas propostas, que sistematizam o conjunto de discussões promovidas por esta entidade e seus representados.

241. Correção das perdas salariais retroativas ao ano de 1996 pelo ICV/DIEESE;

242. Retirada imediata dos projetos 002, 011, 012 e 013, que propõe emendas a Lei Orgânica, institui um novo plano de carreiras, para Rede Municipal e FUNEC, e estabelece um novo Estatuto para os servidores respectivamente, e que se encontram em tramitação na Câmara de Vereadores, com graves prejuízos para o funcionalismo

público em geral e para os trabalhadores(as) em educação em especial;

- 243. Reconhecimento da Lei 3366 e 3367/00 como referência para a valorização profissional e regulamentação dos seus artigos pendentes, em consonância com o OF. GAB-GP Nº 0292 de 14 de junho de 2006, assinado em mesa de negociação pela Prefeita;
- 244. Aumentar progressivamente o investimento em educação, saltando de 25% para 30% (para a Educação Fundamental) e sub-vinculando recursos para a implementação da Lei 3367/00;
- 245. Pagamento por habilitação, garantindo isonomia salarial a todos os trabalhadores em educação com a mesma formação da Rede Municipal e FUNEC
- 246. Adicional de 20% para os trabalhadores de Nova Contagem a título de Incentivo a docência.
- 247. Gozo das férias prêmio
- 248. Revogação da resolução que impede a transferência para quem está em estágio probatório
- 249. Nomeação de professores habilitados com formação específica em área própria para a atuação na Educação Básica.
- 250. Plano de incentivo à docência para os profissionais que se propõe a trabalhar em áreas de risco; (Ex: Nova Contagem, Pq São João, etc...);
- 251. Extinção do decreto que obriga os profissionais a cumprirem o estágio probatório em áreas de risco social;

FORMAÇÃO CONTINUADA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO

A formação continuada dos trabalhadores é de essencial importância, sendo em serviço ou em cursos presenciais. Assim, deve-se instituir um sistema de formação permanente que venha proporcionar aos trabalhadores capacitação relevante para as adversidades que possam surgir. Este sistema de formação deverá atender o trabalhador no seu local de trabalho bem como fora do mesmo. Institucionalizar o tempo de qualificação profissional, que terá como objetivo o aprimoramento permanente da didática e da metodologia de trabalho. Deve-

se lembrar que relacionar a formação e a qualificação do trabalhador com a progressão na carreira profissional, instituída em vários campos de atuação profissional, pode-se tornar um instrumento perigoso, prejudicando o processo de informação, desenvolvimento e aprendizagem, pois os mesmos passam a terem vínculos.

A educação escolar é uma política pública endereçada à constituição da cidadania. Quando forma médicos, contribui para o sistema de saúde da mesma forma que a preparação de cineastas é a contribuição da educação para o desenvolvimento da arte cinematográfica. Quando se trata de professores, a educação está cuidando do desenvolvimento dela mesma, para que possa continuar contribuindo para a medicina, a engenharia, as artes e todas as atividades que exigem preparação escolar formal, além de sua finalidade de constituição de cidadania.

A melhoria qualitativa da profissionalização do professor da educação básica deve incluir ainda, além da formação inicial e da certificação de competências, mecanismos que priorizem a área de formação do docente nos programas de crédito educativo para estudantes, fomento de estudos e pesquisas, estudos pós-graduados no país e no exterior. Estabelecer estas melhorias de forma clara e objetiva é papel do administrador público, retirando possibilidades de interpretações diversas, já que isto é evidenciado em planos de governos que deixam lacunas em proposições sem apresentar benefícios reais, desgastando as relações com os trabalhadores. É importante lembrar que a capacitação profissional através de formação do trabalhador é equivocada, quando apresenta o formato de estabelecer valorização dependendo do resultado da formação do mesmo. Encontramos em propostas de planos de governos jargões que deixam grandes interrogações. Por exemplo: "... incorporação de algumas gratificações e abonos ao vencimento resultando em aumentos reais..."

Finalizando, tem que se ater na independência de qualquer que seja o processo de formação, sendo ele presencial, contínua ou em períodos no próprio local de trabalho, o importante é o favorecimento do atendimento aos usuários, já que acredita-se que o trabalhador em processo de formação ou atualização vai estar melhor embasado e conseqüentemente melhor habilitado para o seu desempenho profissional

252. Garantia do tempo de formação em horário de trabalho.

- 253. Convênio com instituições de Ensino Superior Públicas para formação e atualização profissional.
- 254. Valorização salarial qualitativa das habilitações conquistadas por todos os trabalhadores de Educação, garantido pela Lei 3366/00 e 3367/00. Como Pós- Graduação lato e Strito Sensu.

E. M. NEWTON AMARAL

- 255. Redução da carga horária para 30 horas semanais para os profissionais em cargos de natureza administrativa;
- 256. Valorização dos profissionais através de cursos de capacitação
- 257. Equiparação dos direitos (com relação a recessos, plano de carreira, etc.) dos funcionários do Quadro Único da Educação em cargo de natureza administrativa aos dos funcionários do Quadro Único da Educação do Magistério.
- 258. Quanto ao quadro de funcionários da secretaria escolar: o aumento do quadro funcional, através de redução da tipologia que atualmente está em 20 salas por funcionário passando para 10.
- 259. Um Técnico Superior em Biblioteconomia em cada biblioteca escolar;
- 260. Pagamento por habilitação aos técnicos Superiores em Biblioteconomia que trabalham nas bibliotecas escolares da rede como assistentes técnicos de biblioteca;

E.M. CEL JOAQUIM ANTÔNIO DA ROCHA

- 261. Oferecer maior número de cursos preparatórios para professor.
- 262. Especialização para professor de matérias específicas (Inglês, Ed. Física).
- 263. Curso fora do horário de trabalho com remuneração.
- 264. Formação no horário e local de trabalho
- 265. Funcionário para trabalhar na mecanografia.
- 266. Aumentar número de professores.
- 267. Professor eventual

E.M. MARIA SILVA LUCAS

268. Programa – gestão de trabalhadores – que visem a substituição o mais urgente possível dos licenciados para que não fique comprometido o projeto pedagógico da escola;

E. M. VER. JOSÉ FERREIRA DE AGUIAR

269. Adicional para quem trabalha em área de risco;
270. Liberação do trabalho para fazer cursos fora da SEDUC;
271. Ampliar convênio com universidades
272. Não cobrar contribuição para o fundo de previdência na dobra, pois o professor não aposentará em dois cargos

E. M. GLÓRIA MARQUES DINIZ

Tendo como objetivo a educação de qualidade, proposto como meta para o município de Contagem, nós, os profissionais em educação, consideramos no atual contexto da sociedade globalizada e na conjuntura social com que o Município, Estado e País se encontram, a necessidade de assistência especializada de profissionais na área da saúde, fonoaudiólogos, psicoterapeuta e assistente social, para auxiliarem no desenvolvimento da educação de qualidade e na necessidade de atender à demanda dos educandos portadores de necessidades especiais.

É necessário, a formação permanente dos profissionais em educação, no que se refere a problemas como dislexia, déficit de atenção, hiperatividade, tão comuns e ao mesmo tempo ignorados em nosso cotidiano escolar. Assim como cursos que abordem novas metodologias de ensino, para acompanhar a evolução da sociedade.

A materialidade das escolas necessita de mais investimentos e a criação de uma rede conectada à internet para a troca de experiências já que estamos no contexto globalizado da sociedade.

Não se pode deixar de falar sobre a valorização para o profissional, que ele seja digno, real e que faça a diferença.

A manutenção do Tempo Pedagógico é necessário e também das dispensas quinzenais, para estudos, elaboração de projetos que não só envolvam um

grupo de profissionais, mas todo o coletivo.

As escolas necessitam de ter autonomia em suas propostas político-pedagógicas, na distribuição dos tempos (aulas). A avaliação do aluno deve ser realizada a partir da conquista das habilidades do ano do ciclo, já que estas, fazem parte da meta do ciclo fechado.

Também é necessário que as escolas atendam aos portadores de necessidades, monitores para auxiliar o profissional no seu dia a dia além da infra-estrutura desenvolvida para atender ao educando para que este efetivamente incluso.

Compromisso da secretaria em enviar profissional quando houver falta por licença médica superior a 3 dias, pois só assim os projetos e as intervenções pedagógicas realizadas pela escola, na lógica do 1.5 profissional irão acontecer.

- 273. Formação contínua dos profissionais em educação;
- 274. Criação de uma rede para trocas de experiências;
- 275. Manutenção do tempo pedagógico e dispensas quinzenais;
- 276. Valorização dos profissionais;
- 277. Compromisso da secretaria em enviar profissional às unidades que estão em deficiência de trabalhador por licença saúde, acima de 03 dias.

ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS

- 278. A não obrigatoriedade de permanecer 3 anos na mesma escola;
- 279. Rever a decisão para que o servidor em estágio probatório possa pedir transferência.
- 280. Manter os quinquênios e férias prêmios a todos os atuais e futuros servidores.
- 281. Aos professores com prorrogação de jornada garantir todos os direitos.
- 282. Garantir aos profissionais que trabalham na região de Nova Contagem incentivo salarial de 20% como já acontece hoje na área da saúde e Funec.

E.M. SANDRA ROCHA

- 283. Oferecer cursos de formação para todos os professores, dentro do horário de trabalho, com garantia de substituição por professores de outras turmas ou escolas;
- 284. Reconhecimento de outros cursos superiores para efeito de plano de carreira, mesmo que o curso não seja pertinente à área da Educação, por exemplo, psicologia, filosofia, biblioteconomia e outros;
- 285. Continuar investindo na formação do professor em todas as áreas para o seu crescimento profissional. Temos como sugestão: inclusão, disciplina no ambiente escolar, jogos, alfabetização e letramento, matemática de forma lúdica.
- 286. Valorização dos salários dos outros profissionais da escola;
- 287. Receber uma verba adicional para os profissionais que atuam em áreas de risco;

E.M. MARIA DO CARMO ORECHIO

- 288. Aprovação do plano de carreira;
- 289. Reajuste salarial digno, que dialogue no mínimo com as perdas acumuladas;
- 290. Transporte coletivo para os profissionais do terceiro turno;
- 291. Adicional de periculosidade para quem trabalha nas áreas de risco
- 292. Formação continuada no horário de trabalho: cursos, palestras e outros.

E.M. BENEDITO BATISTA

- 293. Concurso público com nomeação imediata para as áreas de Educação Física, Artes, Educação Ambiental (com especialização em Educação Ambiental), Educação Ética (formação em Filosofia), Inglês e Ciências.
- 294. Garantir um pedagogo a cada seis turmas ou a cada ciclo, de

acordo com a realidade da escola.

- 295. Aumentar o número de Assistentes Escolares (disciplinários) de 1.5 para 3 para as Escolas com mais de 15 salas de aula por turno.
- 296. Aumentar o número de 03 para 04 Auxiliares de Serviços Escolares por turno par Escolas com mais de 15 salas por turno.
- 297. Garantir no mínimo 03 Agentes de Serviços Escolares para todas as Escolas, mesmo para as que funcionam em dois turnos.

INCLUSÃO SOCIAL

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

É relativamente recente na história do Brasil a proposta de construir políticas públicas que levem em consideração os problemas Econômicos e Sociais enfrentados pela população. Até a bem pouco tempo as decisões políticas estavam centralizadas somente nas mãos dos governantes, sem nenhuma participação da sociedade civil, dos movimentos sociais, entre outros. As políticas sociais restringiam-se somente a apoiar o processo de desenvolvimento industrial, sendo atrelada ao trabalho e mesmo assim a noção de direito social remetia especialmente aos reconhecidos pelo Estado.

Para os sujeitos excluídos deste processo, no máximo existiam políticas assistencialistas, clientelistas e paternalistas que não abarcava a todos. A política social vigente no país tinha um caráter de favor e não de direito.

Sendo assim, privilegiava o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, acentuando a desigualdade, a miséria e a falta de oportunidades de vários segmentos sociais, sob a ideologia da meritocracia, justificando tanta pobreza conformada e conformista com sua sorte ou destino.

No entanto esta política econômica e social chegou a patamares insustentáveis, gerando uma enorme crise nos anos 80, onde os economistas a consideram como década perdida, devido a estagnação econômica, por outro lado esse colapso acabou provocando um movimento da sociedade civil, um momento fecundo de mobilização social: abertura de Associações, Sindicatos, Conselhos, enfim uma série de movimentos que exigiam a garantia dos direitos sociais e a retomada dos preceitos democráticos pelo Estado, que culminou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cujo princípio ressalta o direito de todo o cidadão e dever do Estado em garantir tal direito. De um lado a legislação tornou-se rica, mas isto não foi suficiente para garantir a sua aplicabilidade.

O processo avassalador da globalização tem resultado ainda mais na

concentração da riqueza, beneficiando apenas um terço da humanidade, aprofundando ainda mais a desigualdade e a exclusão social, o que comprometeu terrivelmente a justiça distributiva e a paz, exigindo cada vez mais do governo atual a efetivação das políticas baseadas no direito, considerando a perspectiva de uma sociedade que alijou á décadas um segmento da sociedade.

O valor da diversidade se impõe na perspectiva de disputa pelo reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos. O respeito à diversidade implica no respeito às diferenças, impulsionando ações de cidadania, voltadas para o reconhecimento dos sujeitos e seus direitos.

Sendo assim, a idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta no princípio básico de democracia, participação e inserção dos diversos segmentos da sociedade, nas diversas políticas públicas, bens e serviços produzidos pela sociedade.

Enfrentar o desafio do desenvolvimento econômico com justiça significa assegurar ao povo brasileiro em bases democráticas, as condições de uma educação inclusiva que promova o indivíduo como cidadão, como ator social, através da conscientização e da participação na vida política, econômica e social.

Nesta perspectiva a escola como espaço sócio cultural aparece como uma grande possibilidade da construção do novo, que exige novas pautas, agendas, estratégias, enfim políticas públicas que possibilitem um projeto de sociedade que valorize as culturas locais e promova a participação popular, a cooperação e a solidariedade através de interlocuções, intervenções e articulação de políticas que enfrentem as vulnerabilidades geracionais, de gênero, étnico-raciais e de classe, favorecendo o desenvolvimento de atitudes solidárias onde a dignidade do ser humano prevaleça sobre qualquer outro interesse.

Em Contagem a implementação da política de educação inclusiva vem gradativamente alterando o Sistema Educacional, com objetivo de democratizar a Escola, garantir a permanência de todos os (as) estudantes sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência, características pessoais, geracionais ou orientação sexual.

A política educacional implementada, evidência a opção política pela

democratização das Escolas Municipais, valorização das diversidades, reconhecimento dos segmentos que não tiveram acesso à escolaridade e fortalecimento da Escola enquanto um dos espaços públicos mais importantes para a sociedade e que deve ser gerido na perspectiva da inclusão.

Neste sentido a cidade inova, abrindo espaços para as diversidades, os talentos possibilitando oportunidades de integração, acesso, escolarização, pautando questões até então invisíveis, desprezadas.

A política de inclusão social implementada em Contagem vem incorporando na Rede Municipal discussões até então não visualizadas no campo da política pública, direitos humanos e cidadania adquiriram outro lugar no Cenário da Política Pública de educação.

Os programas para juventude pautaram a articulação da elevação da escolaridade com formação profissional inicial, ação comunitária, transferência de renda, acesso à informática, emprego, trabalho, renda e economia solidária.

A juventude, o Pró-Jovem, o Juventude Cidadã, o Agente Jovem, o Escola Aberta, Educação pelo Tambor, rograma de Desenvolvimento do Xadrez, Movimento Hip Hop e jovens lideranças culturais da cidade foram chamadas ao debate, à participação, à formulação de propostas e de estratégias para articulação de políticas para, com e das juventudes.

Novos sujeitos se colocaram no cenário político da cidade, da cultura, do trabalho, da educação, da ação comunitária, trazendo a temática juventudes para o campo de visibilidade.

Para que a educação seja de todos, e para todos é preciso que todos lá estejam e que a eles deve ser garantida uma educação de qualidade, acessível em qualquer momento da vida, reconhecendo e valorizando as diferentes diferenças que apresentam se manifestam.

Como resposta dessa política observa-se o avanço no debates, o enfrentamento dos tensionamentos próprios do processo de inclusão e democratização, a ampliação da participação das comunidades nas Escolas, a relação com as juventudes e o rompimento de muros entre escolas e comunidades, e entre educação, cultura, esporte e lazer, ampliando os espaços de visibilidade das diferenças, privilegiando as diversidades, o conhecimento local, os talentos das comunidades com participação efetiva de pessoas até então à margem da Escola

e da política educacional.

Nesse processo, fica reposicionado na cidade o lugar da política pública no reconhecimento da pobreza, da miséria, do desemprego, do analfabetismo, das vulnerabilidades da infância, das juventudes, das mulheres, da população negra, da população GLBT.

O chamado à participação na vida política e cultural da cidade através das conferências dos conselhos, do Orçamento Participativo, dos Fóruns locais e/ou temáticos, vão garantindo processos de democratização da cidade com participação popular, possibilitando em Contagem um novo cenário de inclusão social, cidadania, autonomia e qualidade da Política Pública.

2. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O princípio é o de garantir a qualidade no acesso e permanência dos estudantes com deficiência nas Escolas Municipais.

AVANÇOS

- Matrícula de estudantes com deficiência na escola comum enturmados com seus pares de idade;
- Diagnóstico anual dos estudantes com deficiência para realizar intervenções no acompanhamento escolar;
- Levantamento de demandas de formação em educação inclusiva;
- Programa “Escola Acessível” visa a criar condições de acesso universal a todos/as
- Melhoria na estrutura física das escolas, por meio de um plano de obras com capacidade de adequar esses espaços para todos os estudantes;
- Estagiários - contratação de estagiários, em parceria com a PUC-MG e Obra Social Nossa Senhora de Fátima, para auxiliarem no apoio pedagógico às turmas nas quais existam estudantes com deficiência;
- Programa Sem Limite - realiza transporte suplementar para a escola e atendimento à saúde, disponibilizado a pessoas com deficiência com grande comprometimento da capacidade locomotora;
- Sala de Recursos Multifuncionais - espaço para atendimento educacional especializado para estudantes com baixa visão, cegos, deficiência

auditiva e surdos. Nela são desenvolvidas estratégias de aprendizagens centradas em um novo fazer pedagógico, que favorecem a construção do conhecimento pelos estudantes, subsidiando-os para que participem da vida escolar;

- Escola Municipal Antônio Carlos Lemos - a princípio criada como uma escola municipal especial, está sendo redimensionada para a construção de um espaço para a qualificação profissional e Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência mental e condutas típicas;
 - Convênio com APAE - tem objetivo de oferecer atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência, matriculados nas escolas municipais e a formação de professores das escolas da Rede Municipal de Contagem que trabalhem com estudantes atendidos pela instituição;
 - Passe Livre – convênio entre a PMC e a PBH regularizando e regulamentando a gratuidade do transporte coletivo dos estudantes com deficiência na RMBH, sendo o acesso vinculado à frequência dos mesmos nas escolas da Rede Municipal;
 - Programa de Formação – destinado aos profissionais da educação que atuam nas escolas da Rede Municipal, sendo o conteúdo referente a atendimento educacional dos estudantes com deficiência;
 - Curso de Educação Inclusiva – formação dos profissionais no sentido de criar melhores condições para o atendimento educacional nas escolas;
 - Curso de Braille e Língua Brasileira de Sinais para propiciar aos educadores o acesso ao universo da cultura e da identidade da pessoa surda, bem como a vivência dos sujeitos cegos e com baixa visão;
 - Parceria com o Hospital Sarah K. de Oliveira que dá suporte para as escolas e os profissionais que atendem estudantes com deficiência, através de cursos, seminários e visitas às mesmas;
 - Projeto piloto de educação de surdos nas escolas visando a interação e integração de alunos ouvinte e surdos:
- E.M Vasco Pinto da Fonseca (NRE Eldorado); Ensino Fundamental e EJA
 - E.M Maria do Carmo Orechio (NRE Várzea das Flores); Ensino Fundamental

- E.M Walter Fausto do Amaral (NRE Ressaca); Ensino Fundamental

- Consesc/ Rede de Defesa Social – Constitui-se enquanto espaço regional, para discussão da segurança escolar na busca de ações intersetoriais centrado em melhorias da relação escola/comunidade.

3. PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL — LEI 10.639

O princípio é criar estratégias para a construção do conhecimento sobre a história dos povos africanos e a valorização da cultura afro-brasileira.

Desde que foi aprovada pelo Governo Federal em janeiro de 2003 a lei 10.639, instituiu a obrigatoriedade da temática. “História da cultura afro-brasileira” no currículo escolar. Marco legal e histórico, a lei tem sua origem em uma decisão política e representa uma vitória do povo negro no Brasil e um avanço na política educacional brasileira ao trazer para a sala de aula uma temática de extraordinária importância para o processo de democratização do currículo escolar.

A luta contra o racismo é de toda a sociedade. As políticas educacionais devem colocar a temática no foco do currículo escolar e da formação de docentes, caminhando na perspectiva de elaborar e implementar políticas educacionais que fortaleçam e valorizem a diversidade étnico-racial e coloquem na agenda a discussão de estratégias de reflexão, conhecimento e intervenções sobre a presença do racismo e seus derivados na Escola e nos sistemas de ensino em seus diversos níveis e nas mais diversas esferas da sociedade.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico

marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o art.26ª acrescido à lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas pelas escolas”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

A SEDUC, articulando sua política educacional, criou o programa **Negro em Foco**, que se apresenta como proposta de focalizar a história do povo negro em toda sua pluralidade, diversidade, historicidade e cultura. O programa orienta todas as ações da política de promoção da igualdade racial fazendo interface com a implementação da lei 10.639 na Rede Municipal e articulando uma política de formação continuada de educadores e educadoras da rede. A perspectiva é de intervir na implementação de políticas públicas de combate ao racismo e valorização da diversidade étnico-racial.

AVANÇOS

- Curso de ensino de história e cultura africana e afro brasileira financiado pelo FNDE por meio da PUC virtual para atender 1.000 educadores (as) da rede municipal;
- Aquisição de vagas para educadores e educadoras da rede municipal no curso educação-africanidades-Brasil oferecido pelo MEC para formar educadores multiplicadores com conhecimento na temática, com participação de 08 escolas, 56 educadores e educadoras.
- Bolsa para educadores da rede municipal no curso de pós graduação em história e cultura africana e afro brasileira ministrado pela PUC - Contagem;
- Investimento na aquisição de vagas para educadores(as) da rede em diversos seminários; Aquisição de kits de literatura afro-brasileira para

todas as escolas municipais;

- Aquisição de kits de literatura afro-brasileira para todas as escolas municipais;
- Formação do GT-Grupo de Trabalho de raça que discute a política de promoção da igualdade racial da SEDUC, a política de formação, a implementação da lei 10.639 e a transversalidade da temática racial nas políticas públicas do município.

4. PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

O reconhecimento da diversidade humana tendo em vista os direitos humanos universais em contraponto com os valores atribuídos aos diversos grupos humanos e, conseqüentemente, as diferentes formas de acesso desses grupos nos espaços públicos, bens culturais, estabelecimentos comerciais, meios de produção, entre outros é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção da igualdade.

A cultura ocidental perpetua um imaginário ideal de ser humano condizente, em maior instância, com o homem, masculino, branco, ocidental, heterossexual e cristão tentando tornar todas as outras possibilidades alheias e diferentes deste padrão (mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, indígenas, negras, orientais, com outras referências religiosas, outras orientações sexuais, etc., etc., etc...) como inferiores e mesmo inadmissíveis ou abomináveis.

Trata-se de uma lógica de práticas perversas, que viola os direitos humanos universais. Perversa e auto sustentada num processo dicotômico onde a identidade hegemônica necessita de uma outra - subjugada e inferior – para se sustentar, se afirmar, se fazer valer.

No referente à gênero, a construção das identidades sociais está impregnada de relações de poder que associa os contrapontos masculino/feminino, razão/emoção, forte/fraco, público/privado, etc., reforçando uma cultura que valoriza as características associadas ao masculino em detrimento do feminino.

Em decorrência, há uma relação desigual entre mulheres e homens na sociedade e a perpetuação de um imaginário e de uma prática de subjugação das mulheres em reverência aos homens, com extremos de violências que foram silenciadas, negligenciadas, estimuladas e reproduzidas ao longo de gerações.

Esta violência se estende aos grupos gays, lésbicos, bissexuais, travestis, transsexuais e transtêneros uma vez que dentre as características atribuídas às pessoas do sexo feminino está a atração sexual unicamente por pessoas do sexo masculino e vice-versa, não sendo aceitas as pessoas que fogem à norma heterossexista.

Reconhecemos o preconceito e a discriminação como um grande fator de atraso no processo de democratização e desenvolvimento social em nosso país e a violência contra as mulheres e população GLBT como um dos principais indicadores da discriminação de gênero.

A proposta da SEDUC tem em seu cerne a discussão de gênero e sexualidade implicada nas relações sociais de poder, com a perspectiva de possibilitar novas identidades mais libertas de um pensamento bilateral (com duas possibilidades apenas), integrando masculino e feminino, articulados a diferentes outras características, matrizes e expressões constituintes das pessoas humanas.

A sexualidade humana deve ser concebida de forma ampla, plural, construída historicamente e manifesta de múltiplas e infinitas formas nas expressões e relacionamentos dos sujeitos humanos, com implicações sociais, psíquicas, biológicas e culturais.

Como afirma FURLANI (2003) "... o principal papel da educação sexual é, principalmente, desestabilizar as verdades únicas, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesse envolvidos na intencionalidade de sua construção; e, depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na prática da vida humana, problematizando o modo como são significados e como produzem os seus efeitos sobre a existência das pessoas."

AVANÇOS:

- Criação e implementação do Programa GÊNESE com o objetivo de ampliar o debate sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas da Rede Municipal e Programas Especiais de Educação do Município, por meio de parcerias intersetoriais e ações formativas diversificadas.
- Integração e fortalecimento da Rede Municipal de Atenção às Vítimas de Violência Sexual, promovendo o crescente compromisso das escolas municipais no enfrentamento e combate ao abuso e exploração sexual

de crianças e adolescentes.

- Integração no Consórcio de Governança Metropolitana para Promoção da Igualdade de Gênero.
- Distribuição de livros sobre a temática de gênero, sexualidade e educação para as escolas da Rede Municipal de Educação.
- Formação continuada e diversificada de educadoras/es com o desenvolvimento das seguintes ações formativas:
 - Conferência “Os desafios apresentados pela temática de gênero e sexualidade na construção de uma educação inclusiva”.
 - Ciclo de debates “Contagem sem Homofobia”.
 - Exibição de filmes com debate “Mostra da Diversidade”.
 - Curso de Especialização Lato Sensu “Práticas Educativas em Inclusão com Ênfase em Gênero e Sexualidade”.
 - Formação em “Violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha”.
 - Formação sobre “Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”.
 - Assessoria Pedagógica as Escolas.
- Desenvolvimento do projeto Jornada da Diversidade em Contagem: Protagonizando Identidades Étnicas, de Gênero e Sexuais - com promoção de atividades diversificadas entre oficinas, palestras, mostra de filmes, debates e rede de trocas das experiências desenvolvidas, envolvendo 8 escolas da Rede Municipal de Educação.
- Desenvolvimento do projeto Arte e Sexualidade, desenvolvido com grupos de adolescentes para discutir a sexualidade a partir do desenvolvimento de uma atividade artística, que tem seu produto apresentado em diferentes comunidades escolares, promovendo sensibilização, envolvimento e reflexão sobre a temática.

5. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO E ATENÇÃO INTEGRAL

O Princípio é o de garantir a ampliação do tempo escolar com atividades que articulam educação, esporte, lazer, artes e cultura, ampliando e enriquecendo os processos de letramento e as condições de aprendizagem, integração e desenvolvimento humano.

Na perspectiva de enfrentamento das vulnerabilidades da infância e da adolescência, também são articuladas atividades sócio-assistenciais e de acompanhamento familiar.

EDUCARTE – Centro de Educação Integral

Nas seis unidades dos EducArtes são atendidas 1400 crianças e adolescentes. Além da Jornada escolar, são oferecidas, diariamente, no contra-turno da escola atividades que articulam educação, esportes, cultura e acompanhamento sócio-familiar.

O atendimento é extensivo ao período de férias escolares e é integrado ao Programa de erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Nos EducArtes são realizadas oficinas variadas num rico e interativo processo lúdico que estimula e desenvolve a autodisciplina, o respeito, a sensibilidade estética, o raciocínio lógico, elaboração de estratégias, consciência corpóreo-espacial, rítmica e musical.

A Política Educacional visa ampliar os níveis de letramento e propiciar melhores condições de desenvolvimento e aprendizagem, e oferecer às crianças atividades próprias à infância, representando uma alternativa ao trabalho infantil e às vulnerabilidades da infância.

AVANÇOS:

- Elaboração de política educacional para os Educartes, articulando os eixos educação, letramento, esportes, lazer e cultura.
- Organização do quadro de pessoal dos EducArtes com pedagogas/os, professoras/es,icineiras/os e monitoras/es.
- Realização de PSS para contratação de 44 icineiras/os e monitoras/es.
- Realização de formação inicial para monitores.
- Ampliação de parcerias com setores da igreja/sindicato universidade.
- Articulação de política do PETI com a Política dos Educartes;
- 275 crianças/adolescentes do PETI atendidas.
- Garantia de alimentação balanceada: 84.000 refeições servidas/mês nos Educartes com melhoria da qualidade e acesso à alimentação.

- Garantia de material de consumo em todas as unidades e repasse de verbas de custeio e manutenção.
- 100% de absorção pelo mercado de trabalho dos jovens formados no Projeto Cidade das Soldas desenvolvido no EducArte Lucas Braga em parceria com SENAI, White Martins, AÇOCON, ESAB, Belgo e outras empresas.
- Constituição de bibliotecas em todas as unidades dos EducArtes.
- Intervenção junto aos casos de abuso sexual na infância com interface com outras políticas públicas do município e órgãos não governamentais.

CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

A cidade de Contagem, conta hoje com dois CAICs, um localizado na região do Riacho e outro na região do Ressaca.

Estes centros, além de atender a demanda em nível de Educação Escolar, tem como objetivo possibilitar a formação integral da criança e do jovem.

As crianças e os jovens permanecem ou retornam ao centro, onde passam por atividades organizadas através de Programas, tais como: Alimentação, Cultura, Esporte, iniciação ao Trabalho, Saúde e Meio Ambiente.

Levando em consideração que a diversidade faz parte da essência da vida e que cada ser humano possui várias habilidades, torna-se imprescindível na sociedade atual, investir no potencial das crianças e jovens, sendo assim o Projeto Político Pedagógico da escola, potencializa o atendimento nos CAICs.

AVANÇOS:

- Consolidação dos Programas de educação integral.
- Referência para as comunidades locais.
- Enriquecimento do currículo escolar.
- Incorporação da atenção integral à proposta pedagógica da escola.
- Melhoria dos processos de desenvolvimento de estudantes.

INECAC - Instituto Educacional da Criança e Adolescente de Contagem

Tem por princípio promover Inserção Social do adolescente de Contagem

através da educação, dos esportes e da cultura.

O INECAC atende estudantes de diferentes regiões da cidade. A maioria em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum acesso a atividades esportivas, culturais e de lazer.

O INECAC oferece cursos de iniciação profissional, oficinas pedagógicas na área da cultura, esportes e meio ambiente.

AVANÇOS:

- Parcerias com a PUC, Escola de Fábrica/MEC, obra social Nossa Senhora de Fátima, ARCA e CEASA-MG.
- Reorganização e fortalecimento da identidade do INECAC.

Programa Bolsa Dignidade

Desenvolvido em parceria com PUC - Minas, atende a crianças e adolescentes com histórico de dificuldades na aprendizagem escolar. Oferece novas metodologias de ensino nas áreas de português e matemático, num ambiente cultural multifacetado, que abrange artes plásticas, música, informática, inglês e espanhol. A centralidade do projeto está no sujeito, nas diversidades e no fortalecimento da dignidade. O programa proporciona acompanhamento sócio-familiar, na perspectiva de intervir nas suas vulnerabilidades.

AVANÇOS:

- Estreitamento de relações com a Universidade nas discussões sobre educação, escola família, diversidade e enfrentamento de vulnerabilidades.
- Integração entre estudantes de diferentes escolas da Rede Municipal.
- Estudo e diagnóstico sobre as crianças, adolescentes, vulnerabilidades e sucesso escolar.
- Intervenção e enfrentamento de vulnerabilidades das crianças atendidas.
- Rica produção cultural de estudantes através das oficinas do Programa.

Projeto Despertar

Por meio do Programa Despertar são oferecidas atividades que visam a

resgatar, em estudantes, o gosto pela descoberta do conhecimento, utilizando de novas metodologias em aulas de cidadania, tendo o espaço geográfico como referência para a produção do conhecimento.

AVANÇOS:

- Maior interlocução entre PUC e Escola.
- Integração do Projeto Despertar com o Projeto de Memória e Patrimônio Cultural “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito”.
- Interlocução entre o Projeto Despertar e o Projeto Político Pedagógico da Escola.
- Ampliação do acesso de estudantes ao conhecimento de História e Geografia da Cidade com seus espaços, pessoas e lugares.

Programa de Desenvolvimento do Xadrez

A SEDUC, considerando as múltiplas possibilidades educativas do xadrez, investe em sua democratização, na perspectiva de valorizar e ampliar as experiências das escolas.

O xadrez na escola não é recente e a tendência é de crescimento. O jogo estimula o raciocínio e a concentração, favorece a capacidade de pensar estrategicamente, buscando soluções para situações concretas, exercitando, também a capacidade de cálculo, análise e decisão. É um jogo surpreendente em suas possibilidades educativas, possibilitando inúmeras conexões culturais.

AVANÇOS:

- Curso de formação para o ensino de xadrez, oferecido para educadores de todos os núcleos regionais, contemplando um número de 53 escolas e 98 educadores.
- Participação de enxadristas em torneios e campeonatos: mineiro e brasileiro.
- 1º Encontro de estudantes do xadrez em novembro/2006.
- Aquisição de materiais de xadrez para unidades escolares.
- Inclusão de oficinas de xadrez nos educartes.
- Formação de grupos de estudos para aprimoramento do xadrez

Programa de Leitura

O Programa de Leitura visa contribuir de maneira ampla com a política de leitura, especialmente no que se refere à promoção de atividades de formação de leitores nas escolas e demais espaços públicos como parques, centros culturais, praças e outros. Isso porque a prática de leitura é essencial para o desenvolvimento intelectual e pessoal dos indivíduos, contribuindo para a (re) construção de uma sociedade melhor.

AVANÇOS:

- Circuito Literário.
- Distribuição de livros de literatura.
- Formação para professoras/es, auxiliares de biblioteca e bibliotecárias/os.

Educação Ambiental

A educação ambiental é um conjunto de ações educativas voltadas para preservação da natureza, utilização sustentável dos recursos naturais, consumo consciente e a melhoria da qualidade da vida humana. Quer despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, visando à educação para o cuidado. Cuidado com as plantas, com os animais e, principalmente, com as pessoas. É por isso que a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA - incentiva as escolas da rede a uma reflexão permanente sobre questões ambientais, locais e globais.

AVANÇOS:

- Participação efetiva na construção dos projetos de Educação Ambiental, nas escolas, em todos os momentos – planejamento, execução, avaliação e realização.
- Promoção de cursos em parcerias com outras instituições ou ministrados pela própria SEDUC:
 - Paisagismo e horticultura orgânica;
 - Município de Contagem: estrutura urbana, sanitária e ambiental;
 - Biomonitoramento e Bioindicadores da qualidade da água;

- Curso PROCEL – CEMIG – Conservação da Energia Elétrica.

- Atendimento às demandas das escolas, promovendo intervenções sócio-ambientais nas escolas e no seu entorno.
- Promoção de circuitos de percepção ambiental pelas Bacias Hidrográficas do Município: Pampulha, Arrudas, Vargem das Flores e Imbirucu.
- Promoção de fóruns:
 - Agenda 21 e COM – VIDAS;
 - Geração de Trabalho e Renda em Área de Preservação.
- Promoção da 2ª Mostra Ambiental, estimulando a rede de trocas de experiências eco-pedagógicas.

6. MUSICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS

A Secretaria Municipal de Educação de Contagem vem investindo na educação musical como estratégia articuladora da Educação inclusiva e da Educação Integral.

A musicalização contribui para interação social na Escola, na comunidade e outros espaços de convivência. Desenvolve a percepção sonora e espacial, o raciocínio, a estética, a capacidade inventiva, a criação, a sensibilidade, a integração. Auxilia, ainda, os processos de alfabetização e letramento e interfere no processo de ensino-aprendizagem, ampliando e enriquecendo as atividades Escolares.

São dois os projetos desenvolvidos:

Projeto Harmonia

Tem como objetivo promover a educação através da música e criar a cultura musical dentro das escolas. No projeto, estudantes recebem aulas de teoria musical incluindo leitura de pauta, leitura rítmica, além de aprender a tocar instrumentos musicais clássicos como violino e flauta doce. Acontece em 26 escolas da Rede Municipal de Contagem e conta a participação de mais de 500 estudantes.

A Prefeitura de Contagem garante todo material didático, a compra dos instrumentos musicais e o pagamento dos professores de música, que são todos da Orquestra Jovem de Contagem.

Fanfarra

Atualmente a Fanfarra é desenvolvida em 7 Escolas, com estudantes que expressam gosto pela participação no Projeto que promove a integração, preservação da identidade e da tradição cultural.

AVANÇOS:

- Ampliação do número de escolas e estudantes participantes dos projetos.
- Melhoria na auto-estima dos participantes.
- Maior participação da família na escola.
- Maior comprometimento e responsabilidade de estudantes e famílias.
- Redução nos índices de evasão escolar.
- Melhoria no desempenho do raciocínio lógico-matemático.

7. POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

Programa Escola Aberta

O Programa Escola Aberta contribui para a melhora do rendimento dos alunos e do ambiente escolar, além de oferecer possibilidades de inclusão social, geração de renda, integração comunitária e impactos positivos na cultura de paz.

Uma escola que faz parte do dia-a-dia de toda a comunidade, abre aos sábados e domingos e oferece alternativas de lazer e cultura a jovens e adultos de áreas urbanas com opções de aprendizagem e entretenimento. É com esse conceito que o programa Escola Aberta trabalha. O Projeto visa contribuir para a melhora da qualidade da educação, além de promover a inclusão social e colaborar para a formação de uma cultura de paz por meio da integração entre escola e comunidade.

O objetivo do programa é contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural, a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica. O que se pretende é transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida das pessoas.

O Escola Aberta contribui para reduzir o abandono escolar e a violência entre os jovens ao criar um ambiente de maior proteção social. É o impacto, é direito

nas comunidades.

AVANÇOS:

- São 30 mil pessoas participando em 28 escolas abertas, com mais de 40 modalidades de oficina, nos cinco NRE'S: Sede/Petrolândia, Eldorado, Industrial, Nova Contagem e Ressaca;
- São proporcionados aos estudantes e às comunidades espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares;
- Como resultados concretos desse programa, verifica-se a redução dos índices de violência no interior da escola e no seu entorno, um melhor aproveitamento pedagógico, aprimoramento das relações no âmbito da unidade escolar e a promoção do encontro entre o conhecimento formal e os saberes populares;
- Garantia de financiamento para abertura de outra 5 unidades escolares (EM's Antonio Augusto, Hilton Rocha, Walter Fausto, Jenny Andrade, Otacir Nunes);
- Reconhecimento do MEC e UNESCO dos indicadores alcançados no processo de democratização da escola e inclusão social em Contagem;
- Integração entre Escola e Comunidade, ampliando oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania;
- Redução das violências na comunidade Escolar;
- Articulação dos eixos Educação/Cidadania e Inclusão Social;
- Respeito à diversidade cultural, étnica, lingüística, religiosa, de orientação sexual de classe social;
- Reconhecimento e valorização do trabalho como meio de transformação do ser humano e da sociedade;
- Realização do Festival Municipal do Escola Aberta;
- Participação de Contagem nos Festivais Metropolitanos;
- Integração de Contagem no Comitê Metropolitano;

- Protagonismo de crianças, jovens, mulheres, trabalhadores, através da revelação de talento nas áreas do esporte cultura, arte, artesanato, educação;
- Interlocução de participantes do Programa com outros políticos da cidade (Promoção de igualdade racial, gênero, orçamento participativo, conferências etc.).

Educação pelo Tambor: canto, dança e cidadania.

O Projeto Educação pelo Tambor iniciado em Contagem em 2005 representa um marco no processo de inclusão social no município.

Atualmente desenvolvido em 10 pólos, contemplando todas as regiões da cidade o projeto articula oficinas de construção de instrumentos, canto, dança e percussão.

A proposta pedagógica do Projeto se articula nos eixos Educação, cidadania, identidade cultural e inclusão social. O projeto conta com a participação de crianças jovens, mulheres, pessoas adultas de todas as regiões da cidade sem distinção de faixa etária.

No processo de ampliação do Projeto, a participação jovem feminina, representa um avanço na inclusão de gênero e na perspectiva de redimensionar o lugar das mulheres jovens e adolescentes nos Projetos oferecidos fora da jornada Escolar, possibilitando-lhes ampliação do acesso à rica agenda educacional, cultural que a participação no projeto proporciona.

Os participantes do Projeto o avaliam dimensionados pela emoção, sentimento de pertencimento, responsabilidade As atividades artísticas e pedagógicas, a expressão cultural, musical a construção coletiva de valores como a solidariedade, a cooperação, o respeito à diversidade e a valorização das raízes culturais, a linguagem musical, os ritmos fazem do Educação pelo Tambor, uma proposta pedagógica diferenciada, inclusiva e rica em estratégias que se articulam nos eixos da educação integral.

As atividades artísticas e pedagógicas, a expressão cultural, musical a construção coletiva de valores como a solidariedade, a cooperação, o respeito à diversidade e a valorização das raízes culturais, a linguagem musical, os ritmos fazem do Educação pelo Tambor, uma proposta pedagógica diferenciada,

inclusiva e rica em estratégias que se articulam nos eixos da educação integral.

AVANÇOS:

- Reconhecimento do projeto como proposta pedagógica articulada na concepção da Educação Integral.
- Integração das comunidades locais onde acontecem oficinas do projeto, alargando para a integração com as comunidades de outras regiões da cidade e estendendo-se nas relações com outros grupos e comunidades de diversas regiões de cidades, do Estado de Minas Gerais e outros Estados do Brasil.
- Representação da cidade, através do projeto, em atividades locais, estaduais e nacionais que retratam a valorização da música, da arte, da percussão, meio ambiente, da cultura afro brasileira e dos sons dos tambores.
- Fortalecimento do sentimento de pertencimento à cidade e valorização da convivência comunitária.
- Identificação de instituições educativas, comunidades, produtores artísticos e culturais, com o projeto.
- Expansão das oficinas para outras cidades, escolas, universidades em função da metodologia do projeto, à partir de solicitações de Secretarias de Educação e outros órgãos.
- Desenvolvimento das capacidades de observação, atenção, escuta, senso de estética, percepção sonora e espacial, geográfica e capacidade de criação, integração, sensibilidade e auto-estima.
- Melhoria das relações da escola com a comunidade.
- Melhoria nas relações inter-pessoais entre todas as faixas etárias promovendo harmonia e integração.
- Revelação de talentos das comunidades.

8. POLITICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS E JUVENTUDE

Através das Políticas Públicas de Educação, Esporte, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social a Prefeitura, por meio da SEDUC, FUNEC, SMTDS, Coordenadoria de Políticas para Igualdade Racial e Coordenadoria Especial de

Políticas para as Mulheres, vem promovendo espaços de diálogos e articulações de políticas para as juventudes e com as juventudes, de projetos, programas, escolas, comunidades, lideranças culturais presentes em todas as regiões da cidade.

Um grande desafio que vem sendo enfrentado no cenário das políticas públicas em Contagem é o de protagonizar as juventudes da cidade, reconhecendo as especificidades de sua linguagem cheia de conteúdos sociais ainda não publicizados e ainda não compreendidos. Junto à linguagem do Rap, do Hip Hop e seus elementos do som experimental, do Funk, a juventude traz a sua corporeidade, sexualidade, identidade étnico-racial, leituras de mundo, propostas e projetos de intervenções e participação social, popular e uma grande demanda por políticas públicas de Educação, trabalho, renda, cultura, esporte e fortalecimento dos espaços de diálogo com o poder público, na perspectiva de avanços na inclusão das juventudes na vida política, social, cultural e econômica.

Em Contagem, os Programas Escola Aberta, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Pró Jovem, Educação pelo Tambor, Segundo Tempo, entre outros, mobilizou cerca de 30 mil jovens em ações que articularam elevação de escolaridade, formação profissional inicial, inserção no mercado de trabalho, iniciação em atividades de ação comunitária, atividades esportivas, culturais e de integração entre escola e comunidade, discussões sobre meio ambiente, sexualidade, diversidades, cultura e direitos humanos.

As múltiplas dimensões das demandas das juventudes, sua historicidade, imagens, expectativas tem sido referências para o debate sobre as políticas públicas para juventude fortalecendo o princípio de que as políticas devem ser de/para/com/ das juventudes. A riqueza destes debates com as juventudes entrelaça de forma constante as questões da população jovem com os dilemas da sociedade atual trazendo em cena a inédita experiência de convida à participação para que a juventude da cidade assuma nos diálogos o lugar de sujeitos e atores de seus direitos, atuando na definição de caminhos e elaboração de políticas o enfrentamento dos desafios que estão colocados para essa geração no campo da educação, trabalho, cultura e participação política e social.

AVANÇOS:

- Criação da Estação Juventude.
- Parceria com a AIC – Associação Imagem Comunitária para a inclusão de jovens de Contagem em projeto de capacitação em relação as mídias.
- Criação do Fórum do Pró-jovem.
- Conclusão de formação profissional inicial para 2.500 jovens através do programa Juventude Cidadã.
- Criação de um fórum intersetorial para discussão e implementação de políticas de educação, trabalho e renda para juventude da comunidade dos Anturos, em , em construção junto à juventude da comunidade;
- Criação do Fórum de projetos e programas;
- Valorização e viabilização da diversidade cultural das juventudes de Contagem.

9. PROPOSTAS:

298. Intensificar as relações intersetoriais na perspectiva de fortalecer o debate, ações e articulações de propostas que contemplem as juventudes da cidade.
299. Investir na formação continuada de educadores/as e estagiárias/os.
300. Reavaliar o perfil dos/as estagiários/as.
301. Articular intervenções junto ao Governo Federal na perspectiva de implantar mais salas multifuncionais no município.
302. Intensificar o acompanhamento pedagógico e auxílio às Escolas e Professoras/es com atendimento a estudantes com deficiência.
303. Manter formação continuada de educadores para implementação da lei 10639 e articulação e ações pedagógicas para promoção da igualdade racial.
304. Promover encontros de professores/Pedagogos para discutir, avaliar e articular ações pedagógicas na Rede Municipal sobre a temática Promoção da Igualdade Racial.

305. Publicizar projetos exitosos das Escolas na implementação da lei 10639.
306. Articular ações que propiciem interlocuções entre os projetos das Escolas à coordenadoria de Política para Igualdade Racial, as comunidades Quilombolas, religiões de matriz africana, capoeiras, movimentos da juventude negra e demais grupos existentes na cidade.
307. Intensificar o debate político sobre relações de gênero e sexualidade nas escolas da rede municipal de educação e suas comunidades.
308. Promover a formação continuada de educadoras e educadores em educação inclusiva e não sexista.
309. Intensificar o acompanhamento e assessoria pedagógica às escolas municipais visando:
- a promoção de uma educação inclusiva e não-sexista;
 - o desenvolvimento de projetos sobre relações de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas;
 - o enfrentamento do debate e o combate à violência sexual infanto-juvenil;
 - o combate à homofobia na escola.
310. Intensificar as ações para o combate ao sexismo nas instituições municipais de Educação Infantil.
311. Promover uma educação para pessoas jovens e adultas que contemple suas diversidades, inclusive de orientação sexual.
312. Promover ações que incentivem igualmente meninas e meninos, mulheres e homens em atividades esportivas, artístico-culturais, educativas e profissionalizantes, especialmente naquelas atividades tradicionalmente masculinas ou femininas.
313. Inserir o gênero feminino nas publicações oficiais, sempre que referir as pessoas de ambos os sexos.
314. Revitalizar as unidades dos EducArtes Perobas, Campo Alto e Dom Bosco.

315. Promover acompanhamento sócio-familiar para crianças e adolescentes dos EducArtes em parceria com a PUC – Minas.
316. Estabelecer interlocuções entre os EducArtes e as escolas de origem das crianças e adolescentes.
317. Realizar o Encontro dos EducArtes para apresentação das produções culturais, artísticas, esportivas e de letramento.
318. Articular a organização dos CAICs, com a perspectiva de consolidar a política de atendimento em tempo integral.
319. Oferecer a partir de 2008 o Programa Jovem Aprendiz.
320. Manutenção e ampliação das oficinas sócias educativas do INECAC.
321. Readequação da estrutura física para implementação de oficinas do INECAC.
322. Garantir a continuidade da parceria com a PUC no desenvolvimento do Programa Bolsa Dignidade.
323. Garantir a continuidade da parceria com a PUC no desenvolvimento do Projeto Despertar.
324. Ampliar a articulação do Projeto Despertar com o PPP da e Escola.
325. Promover processos de discussão, avaliação e proposição frente ao enfrentamento das vulnerabilidades das crianças e adolescentes, envolvendo PUC, SEDUC, Escolas e Famílias no Bolsa Dignidade.
326. Consolidar a prática do xadrez na Rede Municipal , discutindo a sua importância no processo de ensino-aprendizagem.
327. Manter os processos de formação em xadrez dos educadores e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas escolas .
328. Garantir periodicidade dos encontros de enxadristas no município.
329. Divulgar e consolidar o Programa de Leitura.
330. Consolidar a Política de Educação Ambiental nas escolas, estimulando mudanças de hábitos que promovam uma melhor

qualidade de vida, com preservação, equilíbrio ambiental e sustentabilidade.

- 331. Garantir a continuidade dos projetos de música, promovendo maior interlocução entre estes e articulação com os projetos políticos pedagógicos das escolas, na perspectiva de potencializar o debate sobre a educação integral.
- 332. Ampliar o escopo das atividades do Programa Escola Aberta com vistas à promoção da melhoria da qualidade de educação no município.
- 333. Promover maior diálogo, cooperação e participação entre alunos, pais, mães e equipe de profissionais que atuam nas escolas do Programa Escola Aberta.
- 334. Promover ações que favoreçam aproximação entre o cotidiano da escola e da vida da comunidade local, com vistas à responsabilização de todos pela qualidade da educação e preservação da infância, juventude, da vida e da dignidade das pessoas no Programa Escola Aberta .
- 335. Promover integração entre o saber acadêmico e saberes populares no Programa Escola Aberta.
- 336. Promover integração/interlocução entre o Projeto Educação pelo Tambor e as propostas político-pedagógicas das escolas.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Questão de coerência: É dito pela Coordenadora Adalete que o Xadrez é uma prioridade na política educacional de Contagem. Então o poder público deve se comportar como tal. (referente à proposta 1)

- 337. Construção de salas para o Programa de Xadrez Escolar (PDX) e distribuição de jogos de Xadrez (tabuleiros e peças em tamanho oficial) na quantidade de 15/turma para cada escola além de viabilizar o tempo de formação para os professores das escolas que encamparem o PDX.
- 338. Garantindo à Nova Contagem uma educação democrática e de qualidade, uma vez que, o educador, trabalhando satisfeito

proporciona à escola um trabalho de melhor qualidade.

339. Ter profissionais especializados para trabalhar com Inclusão;

E. M. VASCO PINTO DA FONSECA

JUSTIFICATIVA: Necessidade imediata de comunicação com os estudantes surdos e suas famílias, por parte de todos os profissionais sem qualificação de comunicação de linguagem dos surdos: a LIBRAS. A formação é indispensável para um bom desenvolvimento das práticas pedagógicas, bom atendimento administrativo aos estudantes e seus familiares.

340. A Secretaria Municipal de Educação deverá oferecer em todas as unidades escolares de Rede Municipal de Ensino e da Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC, ou no mínimo, em todas as escolas com estudantes surdos matriculados e freqüentes, formação continuada de LIBRAS para todos os profissionais que trabalham nestas unidades escolares.

JUSTIFICATIVA: A demanda de problemas sociais dentro das escolas é muito grande. Psicólogo e Fonoaudiólogo são serviços caros para as comunidades carentes das escolas e muitas vezes indicados para o tratamento de muitos estudantes. O atendimento de profissionais especializados nestes serviços em centros de Atendimento devidamente adequados e localizados nas áreas de cada Núcleo Regional de Ensino, possibilitara um melhor acompanhamento social das dificuldades de vida de muitos estudantes e de suas famílias, desfogando desta forma o trabalho desenvolvido pelas pedagogas dentro das unidades escolares, muitas vezes, ficando comprometido por causa dos muitos casos necessários de atendimento Psicólogo e de Fonoaudiólogo para os estudantes.

341. A Prefeitura Municipal de Contagem, através da Secretaria Municipal de Educação, devera criar cargos públicos e admissão através de concurso publico para Psicólogo e Fonoaudiólogo, para atendimento às necessidades dos estudantes e suas famílias. O atendimento deverá acontecer em Centros Especializados localizados por Núcleo Regional de Ensino

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

Por uma verdadeira inclusão.

São objetivos fundamentais da nossa República que constam no artigo 32 da Constituição Federal, que reza a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garante o desenvolvimento nacional, erradicar pobreza e a marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais bem como todas as formas de discriminação.

Entretanto, a realidade nos mostra um quadro de permanente prática de negação de direitos oriundos do racismo, do preconceito, e das mais variadas formas negativas e depreciativas de discriminação existentes no cotidiano daqueles que se encontram à margem das decisões políticas do estado.

Estas práticas manifestam-se de forma individual, institucional e cultural, abrangendo além da discriminação, o preconceito, a hostilidade e a segregação, entre outras ações negativas manifestadas em relação a diversos grupos étnico/raciais ou deficientes físicos e mentais, isto é, os chamado portadores de necessidades especiais e os homossexuais. No nível individual, segundo MARIA APARECIDA (CIDINHA) DA SILVA, ***“um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior. O racismo acentua atributos positivos do grupo que se julga superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transformando, as diferenças em desigualdades”***. Assim, atrás das desigualdades, carregam todas as discriminações e depreciações aos grupos socialmente marginalizados.

Em nível institucional, tanto o racismo como as formas negativas de discriminação dispõem as instituições (Estado, igrejas, empresas, partidos políticos) a serviço do racismo individual e limita a partir de algumas práticas institucionais as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de pessoas a determinadas posições ou ao seu desenvolvimento pleno. Em nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico/racial em relação a outro.

Diante do exposto, podemos afirmar que o ***Estado Brasileiro*** carrega consigo uma dívida em relação às minorias sociais. O Estado deve aos negros, aos indígenas, aos homossexuais, às mulheres, aos ciganos, ao estudante com deficiência física e mental, ao superdotado e a qualquer um que é ou foi discriminado ao longo da História Colonial, Imperial ou Republicana.

O Estado usando de suas prerrogativas burguesas ao longo da história, legitimou as práticas de marginalização dos excluídos e das minorias sociais em favor da manutenção de privilégios também burgueses.

A escola, infelizmente, tem um histórico de perpetuação das práticas preconceituosas e discriminatórias através dos seus mais variados instrumentos de poder e de repressão. Seja através dos materiais didáticos, da arquitetura, dos currículos ou reformas educacionais conservadoras, e por que não dizer segregacionistas. A Educação reproduziu as desigualdades que corroboram com a dívida do **Estado Brasileiro** para com os excluídos.

É dentro deste contexto que Contagem se insere, uma vez que ao longo da história educacional do município as práticas racistas, segregacionistas, homofóbicas, discriminatórias e excludentes se manifestaram e se proliferaram encontrando terreno fértil para o seu florescimento. No limiar do século XXI, a Contagem institucional tem a obrigação de reparar os danos que cometeu ao longo de sua quase secular história de emancipação política e administrativa, a seus munícipes.

A responsabilidade de sanar os problemas inerentes da exclusão recai sobre este mesmo poder público que contribuiu para a existência de guetos e do **"Apartheid social"** que grassa em nosso meio.

Porém, mesmo sabendo que educadores, gestores, educandos e a sociedade tenham a consciência dos fatos elucidados acima, faz-se necessário uma abordagem com novas chaves de leitura da realidade que se descortina no cotidiano dos atores sociais que estão envolvidos diretamente com a educação municipal. Ainda que a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os pareceres do Conselho Nacional de Educação, a Convenção da Guatemala de 2001 e um repertório de leis que amparam e garantam direitos aos pobres, negros, menos favorecidos e etc., é necessário atacar por outra frente. Esta frente parte do pressuposto que é preciso e urgente incluir todos e todas diferentemente daquilo que atualmente se experimenta na educação contagemense.

Para além das propostas de inclusão dos educandos, é urgente a inclusão dos educadores. Nesse sentido há um sentimento temerário por parte dos educadores e educandos que se realize uma segunda, uma terceira ou quantas conferências

forem necessárias para impor ações paliativas ou que estas conferências sirvam apenas para implementar uma política educacional dos detentores do poder. É possível que as propostas de inclusão dos atores da educação se percam pelo caminho, e as mirabolantes propostas do governo, signifiquem na prática uma exclusão por dentro do processo das discussões sobre o tema. Se não houver, de verdade, a inclusão daqueles que estão nas escolas numa relação direta com seus alunos, daqueles que estão no *“Chão da Fábrica”* somente cumprindo ordens, *“carregando o piano”*, mil conferências não sanarão os problemas estruturais e complexos que permeiam a educação no Brasil.

Nas palavras de Tânia Zagury, *“para funcionar, as mudanças educacionais devem decorrer de estudos da realidade que as tornem viáveis e deve contar com a adesão de quem as executam”*. Projetos, mudanças e reformas educacionais não faltaram ao Brasil do século XX. O momento urge por formação, valorização e gestão democrática na acepção do termo e respeito aos educadores. Os educadores são os gestores da política de inclusão e precisam ser incluídos no mundo digital, do conhecimento e informação e da aquisição do básico para desempenharem com dignidade suas funções.

Prevalecendo a política de inclusão parcial, mercadológica e privatista que ocorre em Contagem, desconsiderando a necessidade de incluir os educandos, novas conferências, constituições e fóruns, serão na realidade a manutenção dos guetos e a ampliação deles. A reprodução das desigualdades e a construção de mais condomínios fechados certamente persistirão na paisagem da cidade, caso não se faça uma política de inclusão para **todos e todas**.

O município faz levantamentos, pesquisas e avaliações junto aos docentes, porém, poucas vezes o que estas consultas expressam servem de base para as decisões pedagógicas. As decisões tomadas nos gabinetes e secretarias tornam-se inócuas, uma vez que não trazem a sensibilidade que se espera de um governo que se diz democrático popular. Os docentes sabem mais da prática e estão mais aptos a apontar demandas de infra-estrutura, treinamento, espaço físico, etc. Ignorar isto significa a diferença entre o sucesso e o fracasso de uma medida. Opinião de **Tânia Zagury** em comunhão com **Fernando Hernadez**, **Henry Giroux**, **Antônio Gramsci**, diretores do Sind-ute Sub-sede/Contagem e milhares de educadores desta cidade.

Para que as leis não sejam letras mortas, quem executa as prerrogativas

necessárias da inclusão precisa estar seguro, tecnicamente amparado, conhecedor e estimulado. Incluir de fato requer treinamento sério e adequado, turmas com menos alunos, aumento salarial, plano de cargos, carreira e vencimentos estimulantes, carga horária discente maior, espaço físico adequado e etc. Os educadores da cidade têm um histórico de luta, engajamento, militância e companheirismo que os condiciona a opinar, propor, formular e executar políticas públicas que incluam tanto eles quanto seus pares (educandos). No entanto, a falta de sensibilidade por parte dos gestores públicos e a ausência de compromisso com a democracia desconsideram o potencial daqueles que podem e se habilitam a construir conjuntamente uma política de inclusão de fato e de direito.

Aos educadores fica a responsabilidade de responderem com esforço a fundição da política com a ética, a fim de oferecerem condições para a formação de uma cidadania crítica e uma educação cívica. Esse esforço fornecerá o conhecimento, as habilidades e as experiências necessárias para produzir agentes políticos democráticos. Precisa-se de utopia. No século XXI, esta é a única opção política aceitável em termos morais.

A escola, enquanto espaço de disputa, não pode repousar nas mãos de especialistas importados do meio comercial ou do mundo da ***“escola para o lucro e mercado”***. A ***merco escola***, privatizada e sucateada continuará excluindo caso os atores não assumam a responsabilidade de gerir, formular e executar as propostas de inclusão de fato. É na elaboração do currículo, no alargamento dos tempos de estudos, na formação continuada, na valorização salarial e na adequação dos espaços físicos que a inclusão ocorrerá de fato. Ela não cairá do céu se não arrombarmos as portas do reformismo e do continuísmo. Faz-se necessário uma inclusão radical a fim de romper com a mesmice teórica e prática que de tempos em tempos são propostas mudando a forma, mas mantendo inalterado o conteúdo. Como educadores comprometidos não podemos comungar com a pedagogia do autoritarismo reprodutora das desigualdades. Devemos lutar e trabalhar para que as reformas que marginalizam os marginalizados não ocorram de forma institucional, individual ou cultural, diante de nossos cordiais olhares.

PROPOSTAS

342. Criação de núcleos de formação e acompanhamento à inclusão.

- 343. Formação continuada em serviço nos projetos de inclusão;
- 344. Ampliação do número de vagas disponíveis para cursos de pós-graduação nas temáticas de inclusão;
- 345. Dispensas mensais para a elaboração e execução de projetos voltados para a educação inclusiva da comunidade escolar;
- 346. Encontros regionais bimestrais para a socialização de experiências pedagógicas inclusivas;
- 347. Formação continuada em serviço para a aplicação da Lei 10.639;
- 348. Salas de apoio nas unidades escolares para o uso extra-turno dos portadores de necessidades especiais;
- 349. Reforma curricular com a participação dos docentes de políticas inclusivas;
- 350. PPP que respeitem as necessidades da comunidade escolar e suas demandas de inclusão;
- 351. Inclusão digital para todas as escolas da rede municipal atendendo educadores e educandos;
- 352. Política de inclusão cultural para educandos e educadores.

BIBLIOGRAFIA

- CAVALLEIRO, Eliane. Org. – Racismo e anti-racismo na Educação _ Selo Negro 2ª edição; [19..]
- GIROUX, Henry. – Teoria Crítica e Resistência em Educação, Vozes. [19..]
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. – Documentos de Identidade. 2ª edição, Autentica [19..]
- GENTILLI, A., Pablo e Tomaz Tadeu da Silva – Neo Liberalismo Qualidade Total e Educação, Vozes. [19..]

E.M. JOAQUIM ANTÔNIO DA ROCHA

- 353. Atendimento aos alunos com deficiência:
 - o Oportunizar atendimento fora da escola;
 - o Adequar as escolas para receber alunos;
 - o Subsídios para o professor trabalhar com estes alunos;

- Diminuir número de alunos em sala de aula, onde tenha aluno de inclusão;
- Disponibilizar profissionais capacitados para trabalhar com alunos portadores de deficiência;
- Atendimento extra turno com outro profissional;
- Parceria com Fono, Médico e Psicólogo;
- Acompanhamento para aluno de inclusão.

E. M. GLÓRIA MARQUES DINIZ

354. Assistência com profissionais Específicos: Fonoaudiólogo, psicoterapeuta, assistente social;

355. Criação de monitoria, ou estágio remunerado para auxiliar os profissionais com alunos portadores de necessidades especiais.

E. M. HILDA NUNES DOS SANTOS

356. Oferecer condições aos professores para desenvolver um bom trabalho com portadores de necessidades especiais.

E.M. SANDRA ROCHA

357. Adequar o espaço físico da escola para atender alunos da inclusão.

E.M. MARIA DO CARMO ORECHIO

358. Estagiários para alunos da inclusão da EJA.

E.M. BENEDITO BATISTA

359. Ampliar o número de Escolas atendidas pelo Programa Escola Aberta.

360. Ampliar os núcleos de atendimento aos alunos deficientes, melhor equipando-os, oferecendo atendimento também as famílias quando necessário

361. Aumentar o número de estagiários para atender aos(as) alunos (as) deficientes, de acordo com o número e as deficiências dos mesmos.

DOMINGOS JOSÉ DINIZ COSTA BELÉM

- 362. Assegurar política e práticas intersetoriais a partir de mecanismos e formar que efetivem a construção da Educação Inclusiva.
- 363. Criação do Centro de Apoio por região com recursos humanos (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psiquiatra, psicólogo, fisioterapeuta, clínico e assistente social) e materiais para acompanhar e subsidiar o processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas e atendimento às famílias dos alunos com necessidades educativas especiais e aos profissionais da educação que trabalham com alunos com necessidades especiais.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu que a educação é um direito social e definiu que os responsáveis pelo seu provimento são o Estado e a família. Para resguardar o direito à educação, o Estado estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento.

A Constituição Federal (CF) estabelece em seu artigo 211:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

E em seu artigo 212

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção

e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.

No âmbito das políticas educacionais, destacaram-se, as modificações de ordem jurídico-institucional, tais como: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº. 9.394/96); o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº. 10.172/2001), a Lei nº 9424/1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF - extinto no início de 2007) e a aprovação da Lei nº 11494/2007, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Segundo o documento referência *Conferência Nacional da Educação Básica – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino*:

Enquanto a LDB reestruturou e definiu as diretrizes e bases da educação escolar no Brasil, após o período da ditadura militar, o PNE apontou novos rumos para as políticas e ações governamentais na chamada década da educação, e o

Fundeb instaurou uma nova sistemática de financiamento da educação básica, buscando efetivar o princípio constitucional da equalização do financiamento.

No setor público, a CF, de 1988, e a LDBN, de 1996, atribuíram à União, aos Estados, ao Distrito Federal (DF) e aos Municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro. Para se concretizar, tal processo exige um Sistema Nacional de Educação, a regulamentação do regime de colaboração entre as instâncias federadas, o que, certamente, ensejará o estabelecimento de marcos teórico-conceituais na organização e gestão e no real alcance do papel dos entes, por seu caráter descentralizado.

Nessa direção, é fundamental problematizar o papel de cada instância e os marcos jurídicos que normatizam a ação da União, Estados e Municípios junto à educação básica, bem como examinar a articulação entre essas ações e a proposição e materialização de políticas educacionais.

Todas essas questões identificam-se com a efetivação do Sistema Nacional de Educação e o redirecionamento dos processos de organização e gestão para garantir qualidade social em todas as etapas da educação básica, em um país fortemente marcado pelas disparidades regionais, estaduais, municipais, locais e escolares, colocando em evidência a importância de políticas nacionais em forte consonância com os demais sistemas. Isso só se dará com a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados e a garantia de financiamento sistemático, por meio de novas bases e do incremento do percentual de recursos destinados a esse nível de ensino.

O financiamento da educação constitui tarefa complexa no País, devido ao envolvimento dos diferentes entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e a esfera privada, bem como à falta de regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, à ambígua relação entre o público e o privado, à definição do custo-aluno-qualidade da educação,

que, dentre outros, dificultam o processo de otimização das políticas de financiamento e de gestão transparente no uso, definição e aplicação dos recursos.

O financiamento da educação envolve, assim, a definição das condições materiais e de recursos para a formulação, efetivação e avaliação das políticas educacionais, assim como os programas e ações a elas relacionados, bem como os processos de gestão, controle e fiscalização dos recursos. Tudo isso pode trazer de volta a reflexão da necessidade de sua vinculação ao PIB, em percentuais bem acima dos hoje praticados, dado que se mostram insuficientes para o pagamento da dívida histórica do Estado para com a educação brasileira.

Nessa ótica, a criação do Fundeb, por meio da Lei nº 11494/2007, foi uma iniciativa importante na implantação de política nacional direcionada à articulação dos entes federados, na descentralização do sistema educativo e na melhoria da qualidade da educação, bem como a valorização do magistério público. Ele permite o estabelecimento de novos marcos de financiamento nas diversas etapas e modalidades da educação básica. Estima-se, com isso, que ocorra o aumento da matrícula nas diversas etapas da educação básica, asseguradas a aplicação e a otimização dos percentuais vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (custo-aluno-qualidade), especialmente com a participação mais efetiva da União.

Mas como se encontram os municípios brasileiros? Eles têm apresentado grandes dificuldades para ampliar investimentos, pois já possuem várias vinculações por força de lei, como na educação, na saúde, limitações no gasto com pessoal e obrigações financeiras, tanto do ponto de vista da lei de responsabilidade fiscal, como na necessidade de possuir certidão de não débitos (CND) que garantem o recebimento de repasses, recursos, convênios e autorização para empréstimos, hoje tão necessários aos investimentos.

Além do crescente gasto com segurança pública, o que tem tornado escasso os investimentos em novos empreendimentos, além da obrigatoriedade de pagamento das grandes dívidas herdadas da má gestão pública nas décadas de

90 e início dos anos 2000.

Sabe-se que o município de Contagem se encontra no seu limite, pois além de uma grande dívida herdada, o município tem procurado suprir a carência de investimentos em infra-estrutura e a necessária suplementação em vários setores da Cidade e dos serviços públicos. Dentro do financiamento da educação, para além do cumprimento dos 25% constitucionalmente estabelecido, investe-se na alimentação escolar (merenda), ensino médio através da FUNEC, convênios e parcerias com entidades das mais variadas atuações que auxiliam ou complementam o atendimento educacional, como creches que recebem recursos da assistência social. É preciso lembrar também que todo programa que o município participa, como Pro-jovem, Juventude Cidadã, Escola Aberta, Segundo Tempo entre outros, exige uma contra partida orçamentária e financeira do município.

É importante ressaltar que o atendimento do ensino fundamental é de corresponsabilidade entre Estado e Município, mas em Contagem, diferente dos demais municípios mineiros, a Cidade responde por quase 70% das vagas oferecidas no Ensino Fundamental público e cerca de 75% das vagas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2. AVANÇOS

Mesmo trabalhando num quadro pouco favorável, algumas prioridades foram executadas:

- Aumento de recursos administrados diretamente pelas escolas, com a criação de verbas para ações específicas como a de trabalho de campo, bem permanente, ampliação do número de escolas com caixa escolar e a possibilidades de aditivos ao convênio com repasse para pequenas obras de manutenção e reparos, além de recursos para incremento e implantação de projetos;
- Aquisição de equipamentos eletrônicos como duplicadores digitais e multifuncionais, além de computadores criando laboratórios de informática em várias unidades, com recursos próprios ou em parcerias com programas federais, houve também a aquisição de mobiliários;
- Reformas, pinturas, revitalizações e grandes intervenções em várias unidades escolares. Algumas unidades com reformulação inclusive do

padrão arquitetônico;

- Aprovação de projetos e início de construções de novas unidades, especialmente de Educação Infantil, lembrando que novas unidades se traduzem em aumento e melhoria no atendimento, mas também num aumento no custeio da educação no município;
- Implantação do sistema segurança, com sensor de movimento e câmeras conectados e monitorados pela central de segurança pública;
- Compra e distribuição de Kits escolares individuais para cada aluno além do Kit coletivo para a turma, aquisição e entrega nas escolas de papel ofício, numa proporção de um pacote (500 folhas) por aluno matriculado;
- Transporte gratuito do metrô, estação Eldorado, até as Escola do Núcleo Regional de Educação Vargem das Flores, para os servidores da Educação, além da criação do sem limites para os estudantes com deficiência;
- Aumento do número de servidores nas Unidades Escolares, com a implantação do coletivo de 1.5 e a redução da jornada de trabalho dos servidores do setor administrativo das escolas;
- Reconhecimento da formação em nível superior para os professores PEB1, criando um salário diferenciado, buscando gradativamente a equiparação com o salário do PEB2;
- Apresentação do Plano de Cargos Carreira e Vencimentos (PCCV), garantindo aos servidores as atuais vantagens e criando a valorização por titulação, formação e desempenho entre outras. Além da correção anual dos salários pela inflação do período;

Para se avançar ainda mais, deve-se buscar um **Regime de Colaboração** entre o Município, Governo de Estado e a União, e conseqüentemente, entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

3. PROPOSTAS

Algumas ações devem ser discutidas, destacando-se, entre elas:

364. Buscar alternativas para aprimorar os gastos públicos e discutir fontes para a ampliação do financiamento da educação, por meio

do esforço conjunto entre a União, Estado e Município;

365. Ampliar a discussão entre atendimento dos programas, especialmente os de renda mínima (pró-jovem, juventude cidadã, bolsa família, Escola Aberta etc) e sua associação à educação, a fim de garantir o acesso e a permanência na escola a toda população;
366. Promover um repasse ainda maior de recursos direto nas Escolas com autonomia financeira, bem como aprimorar os seus processos de gestão, visando à melhoria de suas ações pedagógicas;
367. Criar instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda a comunidade local e escolar;
368. Criar junto com a Secretaria Municipal de Obras Públicas um programa que garanta a reforma e revitalização de todas as unidades da Educação, tais como Escolas, Pólos, Centros de Educação Infantil, Educartes;
369. Garantir recursos para a construção de novas unidades escolares de Ensino Fundamental e de Educação Infantil;
370. Desenvolver e assegurar percentuais mínimos anuais de aplicação na Educação Infantil;
371. Garantir parcerias com o Governo do Estado e com a União, para a oferta de Ensino Profissionalizante;
372. Discutir e desenvolver fontes de financiamento para a FUNEC;
373. Estabelecer mecanismos que assegurem a elaboração e implantação orgânica de um plano municipal de educação, bem como de projetos político-pedagógicos escolares;
374. Garantir recursos para a implantação do PCCV e a conseqüente isonomia salarial entre PEB1 habilitado e o PEB2.
375. Só através do desenvolvimento de um regime de colaboração entre União, Estado e o Município, para além do FUNDEB, poder-se-á contribuir para uma melhor gestão, especialmente ao que tange as transferências de recursos, garantindo uma melhoria na Educação Básica em nosso Município. Incrementando a Educação

Infantil, com creche e pré-escola, Ensino Fundamental e Médio para todos e com qualidade.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Realidade dos mais carentes impõe esta demanda; além disso, auxiliaria na questão da organização e segurança escolar. A região tem carências de várias maneiras e remediá-las pode melhorar o rendimento escola

376. Doação de uniformes para estudantes carentes.

JUSTIFICATIVA: Não existem escolas em Nova Contagem que atendam ao Ensino Médio diurno, obrigando os alunos a estudarem fora do bairro. Democratização/ facilitação do acesso à escola viabilizando assim a inclusão social

377. Passe livre para os estudantes da região. Transporte escolar para os alunos que moram mais distantes da escola

JUSTIFICATIVA: É o número médio de alunos por turma, de maneira a ficar uma máquina por aluno. Se as turmas são lotadas com o número médio de 30 alunos nada mais óbvio que a necessidade de 30 máquinas no Laboratório de Informática

378. Aumentar o número de computadores das escolas para um mínimo de 30 computadores por laboratório de informática e um profissional para dar manutenção permanente nas escolas das diversas regiões.

JUSTIFICATIVA: A carência alimentar de nossos alunos (casos de subnutrição e até fome) tem que ser combatido para melhorar o rendimento individual dos alunos. Além disso, a propaganda do governo mostra um prato que nunca chegou às escolas.

379. Oferecimento de merenda mais diversificada: compatível com as imagens anunciadas na mídia (outdoors, etc.)

JUSTIFICATIVA: A região da Vargem das Flores tem carências de várias maneiras e remedia-las pode melhorar o rendimento escolar. Não há como ensinar à criança que o material escolar é importante se o poder público na entrega no primeiro dia do ano letivo (e o faz como fez este ano ao entregá-lo incompleto e no idos de abril/maio).

380. Continuidade da entrega de kits escolares; Compromisso com prazo e método para a entrega dos Kits escolares

JUSTIFICATIVA: Melhoria da qualidade material das aulas de forma a seduzir os alunos através do decorrente enriquecimento teórico.

Acabar com a disputa feroz pelo quadro de horários do único kit que existe numa escola com 15 turmas e agilizar o aproveitamento do tempo escolar.

Viabilização de projetos/exibições culturais como filmes e teatro pela escola e comunidade escolar tanto durante o período letivo como em projetos como o "Escola Aberta".

381. Material para a construção de salas ambiente com uma maior segurança para as salas e equipamentos. Instalação de um kit multimídia (1 televisor 29 polegadas + aparelho de DVD) na proporção de 1 a cada 3 salas de aula. Construção de uma sala multimídia equipada com 1 televisor 29 polegadas + aparelho de DVD; aparelhos de som e iluminação, palco e um Data Show e retroprojektor.

JUSTIFICATIVA: Melhorar a qualidade do ensino e o estímulo dos estudantes para irem e permanecerem nas escolas dando novo significado, novo sentido para a vida escolar.

382. Mais investimentos ns área de esporte na região de Nova Contagem; construção de novas escolas na região; computadores para uso dos alunos;

E. M. JOSÉ SILVINO DINIZ

A escola sendo uma instituição educacional a qual o Estado coloca sua função e obrigação de educar a população não presta um serviço, mas permite uma vivência educacional. Assim todas as facetas vivenciadas na escola fazem parte da educação da pessoa. Por isso não podemos achar que as únicas pessoas que educam os alunos são os professores. Todas as relações pessoais que se dão na escola tem algo a ser ensinado para todos que ali estão. A função de secretário, bibliotecário, faxineiro, cozinheiro, disciplinário e etc também participam ativa e diretamente da educação tanto do aluno como de todos que estão ligados a escola. A vivências pessoais revelam várias facetas que podemos tentar dividir

– apesar de impossível – em profissional, hierárquico, trabalhista, econômico e etc. Essas relações ensaiadas por todos os profissionais da escola são uma forma de aprendizado para o aluno. Assim quanto mais igualitária forem mais se ensinará igualdade para o estudante.

Pensando em todos os funcionários ligados a educação como educadores, ainda mais os diretamente atuantes dentro da escola, propomos isonomia salarial para todos os educadores ao pensar a faceta trabalhista e econômica das relações interpessoais educacionais. Todos os educadores são todos os tipos de professores e todos os funcionários que não ministram aulas mas trabalham diretamente na escola.

Essa ação não será apenas uma justiça social, valorização do profissional e respeito ao trabalhador, mas também uma forma de educar estudantes, profissionais em educação e a população sobre a igualdade e valorização igualitária das profissões e pessoas. Se todos na escola são valorizados profissionalmente, assim como já deveriam ser pessoalmente, os alunos sairão com esse aprendizado para vida, principalmente em suas relações trabalhistas tanto como trabalhadores como patrões.

383. Isonomia salarial para todos os profissionais da educação.

Todas as discussões técnicas, literatura sobre a educação e a LDBEN evidenciam o termo ao professor da educação básica desconsiderando o professor por níveis.

A experiência pedagógica, desenvolvida pela rede Municipal de Contagem com os ciclos de formação permitem o trânsito do professor PEB1 no ciclo em que o professor PEB2 atua, para o desenvolvimento de projetos que visam a correção de fluxo, (distorção, idade, ano de escolaridade), para promover a aprendizagem dos alunos. Neste sentido não há dúvidas que é preciso garantir a isonomia salarial destes profissionais com os demais.

As ações pedagógicas desenvolvidas pela PEB1 são ações de base para formação dos alunos, tais como: Alfabetização, letramento, Numeramento, socialização e etc. O que requer dos mesmos, iniciativas de formação inicial, em nível superior e continuada, em nível de aperfeiçoamento e pós graduação. Dados que revelam uma alteração já evidente no nível de escolaridade do profissional que atuam hoje na rede.

Daí a necessidade do seu conhecimento enquanto dívida histórica na educação para este segmento profissional.

384. Isonomia salarial para os professores PEB1 e PEB2

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

O movimento de democratização e qualificação da educação é um amplo e complexo processo, que tem como meta a mudança na prática em sala de aula e na escola. Neste, a equipe diretiva (direção, supervisão e orientação e coordenação pedagógica) tem um importante papel dado sua influência na criação de um clima organizacional favorável. Porém, não só as relações no interior da escola é que vão influenciar um clima democrático, as discussões tomadas por todas as instancias de poder, tanto municipal, quanto estadual e federal, influenciam as unidades escolares. Enfim, é necessário que a Gestão democrática seja levada para todas as instâncias de poder, incluindo a Secretaria de Educação.

Não é possível uma real Gestão Democrática pela Escola se as decisões tomadas, através de Colegiados, Assembléias Escolares e os debates do dia a dia, não são respeitados. O debate sobre este tema não passa somente pela Eleição periódica dos dirigentes escolares, e sim pela implantação de que a Comunidade Escolar e que deve tomar todas as decisões para aquela unidade. O papel da direção é encaminhar estas decisões e suprir as expectativas de todos os envolvidos no processo educativo. E o respeito às normas e resoluções devem ser levados em conta tanto pelos Núcleos e Secretária de Educação quanto pela Escola.

Também é necessário que se incentive a criação de Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres independentes e autônomos, e, também, de espaços democráticos para discussão e debate, porém que isto não fique somente escrito no PPP da Escola e sim sejam de fato garantidos, inclusive normatizados pela SEDUC como dias letivos, já que fazem parte do processo educativo.

É necessário se debater sobre a Gestão Colegiada, isto é, discutir uma gestão que vise integrar toda a comunidade escolar na condução diária da unidade.

Outro debate a ser travado é a questão do autoritarismo. Este problema está impregnado nas nossas relações. Podemos ver o reflexo disto no ambiente escolar de nosso município, que deveria ser, por excelência, o espaço do debate,

do confronto de idéias e posições de cooperação e decisões coletivas. Acaba-se por privilegiar as decisões vindas de cima para baixo e o clima no interior das escolas vai se deteriorando e se implantando um clima de terror ou de acomodação e medo. Isto acaba por minar as decisões tomadas em grupo e se privilegia as deliberações vindas de outros órgãos, mesmo que isto entre em confronto com o que já foi decidido pela escola.

- 385. Jornada integral para os professores da rede municipal;
- 386. Plano de incentivo à docência para os profissionais que se propõe a trabalhar em áreas de risco (ex.: Nova Contagem, Parque São João, etc.);
- 387. Extinção do decreto que obriga os profissionais a cumprirem os estágios probatórios em áreas de risco sociais;
- 388. Avaliar as condições de infra-estrutura das unidades escolares e implantação de um cronograma de reforma, que objetive a melhoria e a modernização. Este cronograma tem que levar em consideração que não se prejudique as aulas normais dos estudantes.
- 389. Criação de um setor de obras dentro da SEDUC, que se destine a fiscalizar e implementar as obras nas escolas. Este setor tem que fazer uma prestação de contas semestral de sua atuação.
- 390. Apoio financeiro as escolas na implantação de projetos culturais.
- 391. Garantia da autonomia político e pedagógica das unidades escolares, inclusive na aplicação de recursos.
- 392. Prestação de contas trimestral e amplamente divulgada pela PMC dos recursos destinados a educação.
- 393. Prestação de contas trimestrais das unidades escolares.
- 394. Garantia de recursos financeiros e materiais para a formação continuada de todos os trabalhadores em educação.
- 395. Garantia de 30% do orçamento municipal para o Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos
- 396. Garantia de recursos para a manutenção da FUNEC, além dos 30% garantidos para o Ensino Fundamental, Educação Infantil e

Educação de Jovens e Adultos.

397. Garantia de recursos financeiros para a implantação do Plano de Carreira, Leis 3366/00 e 3367/00, na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que uma discussão histórica de nossa categoria, visando a valorização de todos os trabalhadores em educação.

E. M. NEWTON AMARAL

398. Verba mensal intransferível e específica para bibliotecas escolares além da manutenção de verba anual de compra de livros;
399. Verbas mensais extras para bibliotecas escolares que apresentarem e executarem projetos;

E. M. MARIA SILVA LUCAS

400. Construção de escolas (no mínimo 3) em toda a região do Ressaca/Nacional, uma vez que todas as escolas estão saturadas e sucateadas;

E. M. GLÓRIA MARQUES DINIZ

401. Investimento na materialidade das escolas;

ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS

402. Equiparação salarial do PEB I com curso superior ao PEB II e Funec.

E.M. GIOVANINI CHIODI

JUSTIFICATIVA: O processo educacional moderno está cada vez mais vinculado aos avanços das informações e aos meios de comunicação, sendo a internet a ferramenta mais apropriada.

403. Instalação de Internet (banda larga) nas dependências da Escola: secretaria, diretoria, biblioteca e laboratório de informática.

JUSTIFICATIVA: Os profissionais da educação que têm habilitação superior e atuam em sala de aula possuem direitos salariais iguais.

404. Isonomia salarial

E.M. SANDRA ROCHA

- 405. Reforma de banheiros com vasos sanitários compatíveis para alunos do 1º e 2º anos do 1º ciclo;
- 406. Investimento nos recursos para atender as aulas de Educação Física;
- 407. Estacionamento coberto;
- 408. Ampliar e adequar o espaço físico nas escolas para garantir a qualidade dos projetos desenvolvidos.
- 409. Aumentar o valor das verbas para atender aspectos pedagógicos e físicos das escolas quanto à:
 - o Playground na escola de 1º e 2º ciclos com manutenção constante;
 - o Sala de informática em todas as escolas municipais com acesso à internet.

E. M. BENEDITO BATISTA

- 410. Financiar projetos da escola que atendam as demandas apresentadas pela comunidade
- 411. Incrementar o fornecimento de material escolar pela SEDUC, evitando-se a necessidade de solicitação de alguns itens às famílias dos alunos;
- 412. Fornecimento do uniforme escolar ou permitir que empresas privadas patrocinem, assim como o material escolar.
- 413. Garantir duas linhas de telefone para Escolas com mais de 12 turmas por turno.
- 414. Garantir um celular institucional para o Diretor de cada Unidade Escolar.
- 415. Oferecer ajuda de custo com combustível para Dirigentes, tendo em vista as diversas e rotineiras demandas externas, proporcional à distância da Unidade Escolar em relação à SEDUC, à Prefeitura e ao seu respectivo Núcleo Regional de Educação.
- 416. Organizar um espaço para a prática de aulas de Artes.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

SEDUC

1. INTRODUÇÃO

A Gestão democrática tem características e exigências próprias, implicando em políticas que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. Abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados. O que se busca é fortalecer a participação das comunidades escolar e local na organização e gestão da escola e na constituição de políticas públicas para a educação, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades. Nas escolas e nos sistemas de ensino, a gestão democrática tem por objetivo envolver todos os segmentos na construção de propostas coletivas de educação.

Nesse sentido, a II Conferência Municipal de Educação de Contagem coloca-se como este espaço fomentador da participação de todas e todos na elaboração de princípios, propostas, ações e projetos que possibilitem a participação democrática e plural na construção de uma educação de qualidade social, pautada pela reflexão e por uma visão mais ampla das questões atuais.

É fundamental desafiar o conjunto de sujeitos sociais envolvidos nessa reflexão a entender as determinações que conformam a realidade de Contagem que se caracteriza por ser social, econômica, cultural, no sentido de construir coletivamente alternativas sociais de caráter igualitário, justo e solidário.

Nesse contexto, a educação que é constituída e constituinte das relações sociais, não pode reduzir-se ao economicismo do emprego e da empregabilidade, da eficiência e da eficácia, da competitividade mas sim buscar eixos como a formação humana e a cidadania. As políticas públicas anunciam-se nesse paradigma e, mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos, abrem-se possibilidades para implementar o adjetivo “social” à qualidade pretendida. A gestão da educação necessita examinar estas determinações à luz dos compromissos com a equidade e a justiça social.

2. CONCEPÇÕES ORIENTADORAS

A democracia supõe a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam

diferente e querem coisas distintas. O aprendizado democrático implica na capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo, da construção de acordos e negociações.

Gestão, nessa perspectiva, significa uma forma de direção que leva em consideração a existência de conflitos, por se tratar de grupos plurais que devem negociar, buscando construir acordos acerca de questões comuns, nas quais todos têm direito de participar, implicando-se com as decisões tomadas e responsabilizando-se pelas consequências de tais decisões. Implica num processo de mobilização, de criação do projeto pedagógico ou da política educacional tendo como base formas colegiadas de construção, pautadas em princípios democráticos e participativos.

Isso coloca o desafio de explicar de maneira mais clara o que se entende por participação. Participação é condição para a construção da qualidade na educação, garantia de que as políticas públicas sejam, ao mesmo tempo, universais e que tenham a capacidade de contemplar a diversidade ética, de gênero, etc. Portanto, o envolvimento do conjunto de atores sociais em torno da educação é um elemento fundamental para a garantia da qualidade.

E qual o sentido da participação? É justamente reafirmar que ela é deliberativa. No contexto atual, tem havido a abertura de um conjunto de espaços de participação, de interlocução muito importantes. Participação significa a possibilidade de construção de um novo sentido do público, entendido como construção de um sentido comum, em que os processos de decisão passem a ser orientados por critérios que sejam objetivos, compartilhados e impessoais na criação das múltiplas esferas democráticas e transparentes nas mais diferentes instâncias .

Criar instâncias participativas significa construir novas formas de exercício de poder, entendidas como responsabilidade compartilhada, como transparência e prestação de contas das ações, e como trabalho na linha da descentralização, desenvolvendo nos atores sociais uma capacidade efetiva de diálogo.

Um dos mecanismos desse processo são os Conselhos Escolares, órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas,

administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

O projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

A escola e a comunidade são realidades complexas, cada uma dentro da sua especificidade. Nesse sentido, o processo de construção do projeto político-pedagógico não é algo que se realiza com facilidade e rapidez. O incentivo do poder público e o compromisso dos gestores educacionais com esse processo são importantes, pois o desenvolvimento e o acompanhamento do projeto político-pedagógico exigem espaço e tempo para análise, discussão e reelaboração permanentes, assim como um ambiente institucional favorável, que assegure condições objetivas para a sua concretização.

Em todo esse processo, deve-se ter clara a importância de conhecer os estudantes: como a escola está trabalhando para atendê-los? Quais os dados relativos ao desempenho escolar? Quais as principais dificuldades na aprendizagem? Como está sendo o trabalho dos professores e pedagogos que

atuam na escola, a ação dos trabalhadores não-docentes, a atuação dos pais ou responsáveis e seus respectivos papéis nesse conjunto? Trata-se de refletir, cotidianamente, sobre a qualidade do trabalho que a escola está realizando.

Portanto, uma gestão radicalmente democrática se voltará para a constituição de mecanismos que digam da participação cidadã de todos os atores sociais envolvidos na educação.

3. ANÁLISE CONJUNTURAL

O Ensino Público no Brasil vem experimentando transformações profundas na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso, desde a década de 1980.

Reformas Nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, os diversos programas do Ministério de Educação e Cultura – MEC no sentido de intervir diretamente nas Escolas com baixo índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar.

Neste contexto, assuntos relacionados com a descentralização do Sistema de Ensino e da democratização da gestão escolar representam um movimento já iniciado no Brasil, há alguns anos, na tentativa de superar procedimentos tradicionais baseados no corporativismo e no clientilismo.

Em Contagem, o movimento pela democratização da Educação Municipal tem produzido avanços significativos no âmbito da Gestão Pública Municipal e da Gestão Pública Escolar, com mudanças estruturais e de procedimentos com ênfase nos princípios da moralidade, legalidade, visibilidade pública e impessoabilidade; descentralização das ações de gerenciamento e articulação às outras políticas públicas municipais, estaduais e federais; garantia da qualidade social da Educação Básica para todos, articulada à Educação Tecnológica; democratização do acesso aos bens culturais; desenvolvimento de atividades de esportes e de lazer voltadas para a melhoria da qualidade de vida, educação e destensionamento social e valorização dos Trabalhadores em Educação.

Na I Conferência Municipal de Educação a gestão democrática foi colocada como princípio norteador do processo de discussão, tendo sido debatida no EIXO II: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR NOS DIVERSOS TEMPOS DA FORMAÇÃO HUMANA. O grupo de trabalho recebeu 144 propostas das escolas

municipais e 23 da FUNEC que foram consensadas em 42 propostas aprovadas em plenária.

Frente às propostas aprovadas, aponta-se como ações realizadas que buscaram fortalecimento da gestão democrática:

- Processo de implantação do Sistema Municipal de Ensino através da constituição de Comissão que discutiu e elaborou a legislação específica para sua criação;
- Descentralização da gestão administrativa com o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Educação (NREs);
- Processo de seleção para composição dos quadros de profissionais dos NREs e do Núcleo de Alfabetização, buscando valorizar os profissionais da rede;
- Constituição de fóruns de discussão da política educacional em diferentes níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Inclusão e Educação de Jovens e Adultos;
- Instituição de procedimento transparente e de visibilidade pública para a contratação temporária através de chamamento público semanal e realização de processos seletivos simplificados;
- Fortalecimento do processo democrático de escolha dos Dirigentes Escolares, com a eleição (Rede e FUNEC) de 91 diretores e 120 vice-diretores, extensão do direito de candidatura para todos os Trabalhadores do Quadro Único da Educação, ampliação do quantitativo de vice-diretores nas Unidades de 03 turnos e escolha dos coordenadores dos Centros de Educação Infantil;
- Implantação de Colegiados Escolares em 100% das Escolas Municipais autorizadas, com autoridade deliberativa e também poder decisório, bem como a realização de assembléias escolares previstas no Calendário Escolar;
- Gestão e controle dos recursos financeiros por parte da Escola, através da elaboração de Planos de Trabalho;
- Construção de Projeto Pedagógico pelas Unidades Escolares em atendimento às especificidades educativas, cognitivas sociais e culturais

dos educandos e envolvimento dos participantes da comunidade escolar nos processos pedagógicos;

- A implantação de diversos Programas e Projetos Sócio-Pedagógico Culturais como: Escola Aberta, Educação pelo Tambor, Harmonia, Fanfarra, Xadrez na Escola, etc., na perspectiva da valorização da diversidade, inclusão social e envolvimento da Comunidade no interior da Escola;
- Ampliação da jornada educativa na perspectiva de Educação de Tempo Integral oferecida nos Educartes e Escolas Municipais.

A partir das ações implementadas alguns desafios e propostas ainda se colocam:

4. DESAFIOS

- Expansão do atendimento da Educação Infantil Municipal;
- Fortalecimento dos Colegiados Escolares;
- Construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares;
- Organização do Sistema Municipal de Educação.

5. PROPOSTAS

417. Apoiar a criação e a consolidação de conselhos escolares ou colegiados de escolas;
418. Fortalecer os Colegiados Escolares através do desenvolvimento de programas de formação para os diferentes segmentos participantes;
419. Instituir Conselho Regional dos Colegiados Escolares, tendo em vista a discussão da Política Municipal de Educação;
420. Instituir ações que subsidiem as Unidades Escolares na reformulação do Projeto Político Pedagógico;
421. Incentivar a organização e atuação dos grêmios estudantis, criando mecanismos que fortaleçam e facilitem a implementação no espaço escolar
422. Publicizar a ação dos diferentes Conselhos ligados à Educação:

CONFUNDEB, CAE, CMEC e outros;

- 423. Fomentar a construção do Regimento Escolar em cada unidade escolar;
- 424. Implementar um programa de avaliação e acompanhamento das ações da FUNEC e Rede;
- 425. Articular a política municipal de Educação Básica, em seus níveis e modalidades, buscando a integração dos diferentes projetos, ações e programas;
- 426. Elaborar o Plano Municipal de Atendimento Escolar com estimativa de demanda para os próximos anos;
- 427. Implantar um Sistema Digital de informação em rede com qualidade tecnológica.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Conferências, de acordo com os dicionários, são encontros ou reuniões onde as partes expõem suas posições sem que nenhuma delas se veja obrigado a cumprir ou acatar uma posição contrária a sua. Por isso, tem o caráter consultivo.

Congresso, este nós defendemos, são reuniões de pessoas para deliberação, resolução, determinação, decisão sobre algum tema ou alguns temas. Se queremos arvorar que as políticas da Seduc são realmente democráticas não há razão para o aparente temor da legítima opinião “das bases”/ comunidade escolar. (Referente à proposta 1)

- 428. Maior ousadia democrática: substituição das atuais Conferências da Educação para Congressos políticos pedagógicos nos moldes do Congresso realizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 1989-90, na gestão do ex-prefeito Pimenta da Veiga (PSDB).

JUSTIFICATIVA: Inibição da violência e diminuição da sensação de impunidade

- 429. Maior segurança: ter guardas municipais presentes nos recreios e saídas dos turnos.

JUSTIFICATIVA: Contenção da falta de limites dos jovens e melhoria do

aproveitamento do tempo e ambiente escolar.

430. Melhorar a qualidade da educação (escola mais rígida); desenvolver projetos sociais que auxiliem na disciplina dos estudantes;

JUSTIFICATIVA: Mais segurança nas escolas

431. Garantir a presença da guarda municipal dentro da escola;

JUSTIFICATIVA: A escola dar limites e ensinar que não há impunidade; melhorar o funcionamento cotidiano da escola.

432. Maior rigor na aplicação das advertências e punições escolares

SIND-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

O movimento de democratização e qualificação da educação é um amplo e complexo processo, que tem como meta a mudança na prática em sala de aula e na escola. Neste, a equipe diretiva (direção, supervisão e orientação e coordenação pedagógica) tem um importante papel dado sua influência na criação de um clima organizacional favorável. Porém, não só as relações no interior da escola é que vão influenciar um clima democrático, as discussões tomadas por todas as instancias de poder, tanto municipal, quanto estadual e federal, influenciam as unidades escolares. Enfim, é necessário que a Gestão democrática seja levada para todas as instâncias de poder, incluindo a Secretaria de Educação.

Não é possível uma real Gestão Democrática pela Escola se as decisões tomadas, através de Colegiados, Assembléias Escolares e os debates do dia a dia, não são respeitados. O debate sobre este tema não passa somente pela Eleição periódica dos dirigentes escolares, e sim pela implantação de que a Comunidade Escolar e que deve tomar todas as decisões para aquela unidade. O papel da direção é encaminhar estas decisões e suprir as expectativas de todos os envolvidos no processo educativo. E o respeito às normas e resoluções devem ser levados em conta tanto pelos Núcleos e Secretária de Educação quanto pela Escola.

Também é necessário que se incentive a criação de Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres independentes e autônomos, e, também, de espaços democráticos para discussão e debate, porém que isto não fique somente escrito no PPP da Escola e sim sejam de fato garantidos, inclusive normatizados pela SEDUC como dias letivos, já que fazem parte do processo educativo.

É necessário se debater sobre a Gestão Colegiada, isto é, discutir uma gestão que vise integrar toda a comunidade escolar na condução diária da unidade.

Outro debate a ser travado é a questão do autoritarismo. Este problema está impregnado nas nossas relações. Podemos ver o reflexo disto no ambiente escolar de nosso município, que deveria ser, por excelência, o espaço do debate, do confronto de idéias e posições de cooperação e decisões coletivas. Acaba-se por privilegiar as decisões vindas de cima para baixo e o clima no interior das escolas vai se deteriorando e se implantando um clima de terror ou de acomodação e medo. Isto acaba por minar as decisões tomadas em grupo e se privilegia as deliberações vindas de outros órgãos, mesmo que isto entre em confronto com o que já foi decidido pela escola.

- 433. Gestão Colegiada – partilha do poder; decisões coletivas em todos os âmbitos da Secretária de Educação.
- 434. Discussão e implantação de uma legislação municipal sobre o problema do Assédio Moral no interior das Escolas.
- 435. Superar o legalismo, o formalismo, colocando as estruturas a serviço dos objetivos maiores. Lembrar que o regimento é feito para dar suporte ao projeto educativo (e não o contrário).
- 436. Eleição Direta para os dirigentes escolares, garantida em lei.
- 437. Criar espaços para que o professor possa atender os alunos em suas necessidades, seja de aprendizagem ou de relacionamento. Assim como a comunidade escolar.
- 438. Garantir as reuniões pedagógicas quinzenais.
- 439. Assembléias escolares periódicas, consideradas como dias letivos.
- 440. Abertura da Escola para toda a comunidade escolar, que não fique só no papel ou em projetos distantes da realidade. Que vise que toda a comunidade conheça a escola, seus profissionais e o projeto pedagógico.
- 441. Incentivo a criação de grêmios e associações de pais e mestres autônomos e independentes.

E.M. MARIA SILVA LUCAS

442. Dar autonomia para a Escola trabalhar de acordo com sua demanda, necessidades físicas e projetos

E.M. SANDRA ROCHA

443. Implementar todas as propostas da primeira conferência;

E. M. SABINO BARROSO

444. Um Coordenador atendente na Secretaria de Educação visando:
- Atender os problemas do cotidiano das escolas;
 - Agilizar as demandas das escolas;
 - Fazer encaminhamento aos locais adequados e em tempo hábil.

E.M. BENEDITO BATISTA

445. Garantir maior autonomia à Escola quanto ao trabalho pedagógico e administrativo
446. Maior autonomia por parte da Escola na adequação dos tempos pedagógicos, de acordo com a demanda interna.
447. Promover Palestras e Seminários nos finais de semana para a comunidade escolar, sem caráter de dia letivo ou escolar, com foco na formação cultural e científica da comunidade.
448. Permitir, quando necessário se fizer, pleno acesso à cozinha por parte da direção da Escola
449. Abertura e viabilização da oferta de palestras sobre alimentação saudável para a comunidade escolar ministradas pelos nutricionistas e equipe de profissionais da Nutriplus.

E.M. GIOVANINI CHIODI

A segurança das Escolas da Região Vargem das Flores necessita maior atenção dado ao nível de periculosidade que enfrentam. Existem falhas na segurança proposta pela EMIVE que não tem apresentado agilidade e nem exatidão em seu sistema.

450. Aumentar a segurança

SAÚDE DO TRABALHADOR

SEDUC

1.INTRODUÇÃO

Para se discutir o tema saúde do trabalhador/a, adotar-se-á o conceito de saúde definido pela OPAS (Organização Pan Americana de Saúde) que a define como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o qual não pode ser confundido com a mera ausência de doença, e que se caracteriza pela preservação da vida humana e qualificação dos elementos que constituem a condição de vida. A partir desta concepção bio-psico-social de saúde, vem-se investindo em ações objetivando por um lado a promoção e prevenção à saúde dos servidores/as e, por outro lado, a reabilitação de servidores/as com suas capacidades laborais comprometidas.

Assim, desenvolvem-se:

2.AVANÇOS

- Acompanhamento fonaudiológico para profissionais da educação com problemas de voz.
- Acompanhamento psico-social de trabalhadores/as em educação em situação de adoecimento mental.
- Avaliação dos Acidentes de Trabalho ocorrido nas escolas.
- Projeto de Reabilitação das Servidoras Auxiliares de Serviço em Restrição Médica. Este projeto agora passa por avaliação para continuidade com outros grupos.
- Formação em gênero para as auxiliares de serviços que participaram do projeto de reabilitação em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres.

E têm como propostas:

3.PROPOSTAS

Atualmente, trabalha-se na Implantação do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor/a com equipe multiprofissional composta por psicólogo, assistente social, médico do trabalho, técnico em segurança do trabalho, fisioterapeuta,

etc.

Dentro deste serviço serão desenvolvidas as seguintes ações:

- 451. Programa de Acompanhamento bio-psico-sócio-funcional dos servidores/as que visa o atendimento aos servidores/as em processo de desadaptação sócio-funcional e/ou com problemas relacionados à saúde física e mental, buscando solucionar situações que interfiram na produtividade dos mesmos.
- 452. Programa de Reabilitação Funcional, que visa à reabilitação dos servidores/as afastados/as e a prevenção de doenças trabalhistas por meio de atividades que promovam o bem estar físico, psíquico, além do resgate da auto-estima.

O Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho passar por um processo de reestruturação por meio da implantação dos seguintes programas:

- 453. PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambiental visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores/as, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho;
- 454. PCMSO – Programa de Controle Médico Ocupacional - um programa que especifica procedimentos e condutas a serem adotadas pela prefeitura em função dos riscos aos quais os empregados se expõem no ambiente de trabalho. Seu objetivo é prevenir, detectar precocemente, monitorar e controlar possíveis danos à saúde do servidor;

E ainda está em andamento a:

- 455. Implantação do Sistema de Informação com o objetivo de levantar dados a fim de diagnosticar a existência e incidência de doenças nos trabalhadores/as da educação;
- 456. Transferência de local do Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho para prédio compatível com atividade desenvolvida, com consultórios em andar térreo possibilitando acesso aos servidores/as adoecidos.

E.M. IVAN DINIZ

JUSTIFICATIVA: Uma educação democrática e de qualidade, uma vez que, o educador, trabalhando satisfeito proporciona à escola um trabalho de melhor qualidade.

457. Plano de Saúde para os profissionais da Educação

JUSTIFICATIVA: A região tem carências de várias maneiras e remediá-las pode melhorar o rendimento escolar

458. Disponibilizar psicólogos para o atendimento ao professores;

E.M. MARIA SILVA LUCAS

459. Programas que visem a saúde do trabalhador em educação, hoje os mais atingidos por depressões e síndrome do pânico, devido a péssimas condições de trabalho a que são expostos em seu dia a dia;

E.M. VER. JOSÉ FERREIRA DE AGUIAR

460. Plano de Saúde.

E.M. GIOVANINI CHIODI

JUSTIFICATIVA: Os trabalhadores da educação necessitam de um plano de saúde ou pelo menos a garantia de atendimento na Rede Municipal de Saúde, com respeito, agilidade e dignidade. Não sendo possível em toda a Rede de saúde, que seja disponibilizado pelo menos um ponto de referencia para esse(a) trabalhador(a).

461. Garantia de assistência à saúde do trabalhador da educação

E.M. SANDRA ROCHA

462. Plano de saúde para os professores e demais funcionários da escola;

463. Quadro branco visando a qualidade vocal e respiratória do professor

SINDI-UTE, SUBSEDE CONTAGEM

464. Restabelecimento do convênio com o IPSEMG via ação judicial a ser impetrada pela PMC e estabelecimento de convênio em caráter

emergencial para assistência médica e odontológica de todos os servidores e dependentes com a participação da prefeitura para reduzir custos;

465. Implantação de um programa de prevenção às doenças laborativas que estão acometendo os profissionais da educação, como as doenças psíquicas, da voz, LER, entre outras, com profissionais que acompanhem cotidianamente as Escolas do Município (Enfermeiros, Psicólogos, Médicos, Assistentes Sociais). Esta medida visa evitar que os profissionais venham a se afastar do trabalho.
466. Fazer uma pesquisa com os trabalhadores em Educação sobre as principais doenças que acometem estes profissionais, e também sobre o que estes pensam sobre suas condições de trabalho. Pesquisa esta feita com total isonomia e participação do SINDUTE subsede Contagem e PMC



A large sunburst graphic with many rays emanating from a central point at the top of the page, filling the background with a warm, golden-yellow color.

**PREFEITURA
CONTAGEM**
Para todos

Uma cidade cada dia melhor.